



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICH
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FECAMPO

EZEQUIAS NAZARENO DE LIMA

**PRÁTICAS SOCIAIS: AÇÃO COLETIVA NAS RELAÇÕES DE
TRABALHO E RECIPROCIDADE NO PROJETO DE ASSENTAMENTO
LUÍS CARLOS PRESTES, IRITUIA – PARÁ**

MARABÁ – PA
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ – UNIFESSPA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICH
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – FECAMPO

EZEQUIAS NAZARENO DE LIMA

**PRÁTICAS SOCIAIS: AÇÃO COLETIVA NAS RELAÇÕES DE
TRABALHO E RECIPROCIDADE NO PROJETO DE ASSENTAMENTO
LUÍS CARLOS PRESTES, IRITUIA – PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, para obtenção do grau de graduado em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza.

Orientadora: Profa. Me. Rita de Cássia Pereira da Costa

MARABÁ – PA
2020

EZEQUIAS NAZARENO DE LIMA

**PRÁTICAS SOCIAIS: AÇÃO COLETIVA NAS RELAÇÕES DE
TRABALHO E RECIPROCIDADE NO PROJETO DE ASSENTAMENTO
LUÍS CARLOS PRESTES, IRITUIA – PARÁ**

Data da avaliação: _____ de _____ de _____

Banca Examinadora

Orientadora (Presidente): Rita de Cássia Pereira Costa – UNIFESSPA
Titulação: Mestre
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/FECAMPO-ICH

Membro: Cristiane Vieira da Cunha
Titulação: Doutora
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/FECAMPO-ICH

Membro: Cristiano Bento da Silva
Titulação: Doutor
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/Instituto de Estudos do Xingu-IEX

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa

Lima, Ezequias Nazareno de

Práticas sociais: Ação coletiva nas relações de trabalho e reciprocidade no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes, Irituia-PA / Ezequias Nazareno de Lima; Orientadora, Rita de Cassia Pereira da Costa.– Marabá:[s.n.], 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura de Educação do Campo, Habilitação em Ciências Agrárias e da Natureza, Marabá, 2020.

1. Agricultura – Aspectos sociais – Irituia (PA). 2. Coletivização da Agricultura – Irituia (PA). 3. Assentamentos humanos. 4. Agricultura familiar. 5. Trabalhadores rurais - Condições sociais – Irituia (PA). 6. Educação Rural. I. Costa, Rita de Cassia Pereira da, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. Ed.:338.1098115

Elaborado por Alessandra Helena da Mata Nunes – CRB2/586

AGRADECIMENTOS

Á Deus, pelo dom da vida.

Á minha família biológica, pela dedicação e acompanhamento em minha trajetória de vida e formação.

Á minha família sociopolítica-MST: por minha valoração enquanto ser humano, pelo aprendizado político.

Às famílias do assentamento Luís Carlos Prestes pelos ensinamentos na vida e no trabalho.

Aos professores da FECAMPO presentes em meu percurso formativo: pela dedicação e compromisso com a classe trabalhadora e ensino.

Aos camaradas cabanos e à CPP que pela convivência coletiva me oportunizaram permanecer no curso.

À minha orientadora, pela fundamental contribuição e ensinamentos na realização deste trabalho.

EPÍGRAFE

(...) Inútil buscar muito longe qual é o bem e felicidade. Eles estão aí, na paz, imposta no trabalho bem ritmado, alternadamente em comum e solitário, na riqueza acumulada e depois redistribuída, no respeito mútuo e na generosidade recíproca que a educação ensina. (MAUSS, 2003, p. 314).

RESUMO

Este trabalho refere-se às manifestações de práticas sociais coletivas e reciprocidade presentes nas relações de trabalho e produção vivenciadas pelas famílias assentadas no Projeto de Assentamento (PA) Luís Carlos Prestes. O PA pesquisado está localizado no Município de Irituia, região Nordeste do Pará. O propósito deste trabalho é analisar as distintas formas de trabalho que destas relações resultam. Com isso, comparar os distintos resultados que emergem da ação coletiva e/ou do trabalho individual. Metodologicamente o trabalho vem descrever as transformações ocorridas no PA pesquisado por meio da vivência e do trabalho produtivo das famílias assentadas. Por fim, vamos problematizar sobre a importância e o papel da escola e das instituições não-escolares presentes no Assentamento, analisar se a formação ofertada pela escola tem relação com o contexto local, qual a relação de suas atividades pedagógicas com a educação do Campo, enquanto que nos espaços não-escolares, como inserem o debate acerca das relações sociais presentes na vivência e no trabalho produtivo.

Palavras chaves: Trabalho, produção, reciprocidade, ação coletiva, formação, currículo e educação do campo.

ABSTRACT

Our work refers to the manifestations of collective social practices and reciprocity present in the work and production relations experienced by the families settled in the Settlement Project (PA) Luís Carlos Prestes. The PA studied is located in the Municipality of Irituia, Northeast region of Pará. The purpose of this work is to analyze the different forms of work that result from these relationships. With this, to compare the distinct results that emerges from collective action and/or individual work. Methodologically, the work describes the transformations that occurred in the PA researched through the experience and productive work of the settled families. Finally, we will problematize on the importance and the role of the school and non-school institutions present in the Settlement, to analyze if the training offered by the school has to do with the local context, the relation of its pedagogical activities with the education of the Field, while in the non-school spaces, as they insert the debate about the social relations present in the experience and in productive work.

Keywords: Work, production, reciprocity, collective action, training, curriculum and field education.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Figura 01: Mapa de localização do município de Irituia | 21 |
| Figura 02: Mapa de localização geográfica do PA Luís Carlos Prestes | 22 |
| Figuras 03 e 04: Pontes das estradas do PA Luís Carlos Prestes | 29 |
| Figuras 5 e 6 e Tanque de piscicultura tanques de piscicultura | 32 |
| Figuras 7: Tanque de piscicultura tanques | 33 |
| Figura 08: Mapa de distribuição das unidades familiar de produção e Área de Reserva Legal | 36 |
| Figura 9: Unidade familiar de produção com cobertura do solo | 45 |
| da espécie Braquiária | |
| Figura 10: Unidade familiar de produção com roça de manejo | 48 |
| em corte e queima | |
| Figura 11: Unidade de produção familiar com atividades voltadas á pecuária | 49 |
| Figura 12: Atividades com hortas no Assentamento | 49 |
| Luís Carlos prestes | |
| Figura 13: unidade de produção familiar com atividades | 50 |
| em Sistema Agroflorestal-SAF. | |
| Imagem 14: Viveiro de mudas com atividades em caráter | 69 |
| coletivo presente no Assentamento | |
| Figuras 15 e 16: Escola Antônio Santos do Carmo | 94 |
| Figuras 17 e 18: A Escola Nicolau Neres da Silva..... | 98 |
| Atende o assentamento Luís Carlos Prestes. | |
| Figura 19: Produção pedagogia: estágio docência ensino fundamental e Médio | 113 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 01: Quadro de localização e distância em quilômetros 24 entre o Assentamento e cidades próximas | 24 |
| Quadro 02: Quadro cronológico com breve histórico do Assentamento 27 Luís Carlos Prestes | 27 |
| Quadro 03: Composição dos lotes e núcleos das unidades 37 familiares no Assentamento | 37 |
| Quadro04: Dados dos números de transferência de lotes entre 2009 e 2017 57 | 57 |
| Quadro 05: Lista de propostas para exercícios de atividades coletivas 68 | 68 |
| Quadro 06: descrição do viveiro de mudas 70 | 70 |
| Quadro 07: A Área de Reserva Legal, APP e uso do Solo 71 no PA Luís Carlos Prestes | 71 |
| Quadro 08: Número de alunos por turma na EMEIF Antônio Santos do Carmo 95 | 95 |

Sumário

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| Capítulo I: PROJETO DE ASSENTAMENTO LUÍS CARLOS PRESTES: HISTÓRIA, NATUREZA E PRÁTICAS ECOLÓGICAS | 21 |
| Assentamento Luís Carlos Prestes: uma breve caracterização e o lugar da pesquisa | 21 |
| Práticas sociais, trabalho e estruturação do Assentamento Luís Carlos Prestes | 28 |
| Organização espacial do Assentamento Luís Carlos Prestes e a distribuição das unidades familiares | 35 |
| Capítulo II: PRÁTICAS PRODUTIVAS, TRABALHO E RECIPROCIDADE NO PA LUÍS CARLOS PRESTES | 40 |
| Práticas produtivas, trabalho e reciprocidade no Assentamento Luís Carlos Prestes | 40 |
| Práticas socioecológicas, produção e relações de reciprocidade no trabalho presentes no PA Luís Carlos Prestes | 44 |
| Das experiências e questões nas ações coletivas de trabalho Assentamento Luís Carlos Prestes | 59 |
| O trabalho e ação coletiva na concepção dos camponeses e camponesas do PA Luís Carlos Prestes e os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais decorrentes das práticas ecológicas | 63 |
| Capítulo III: INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E PERSPECTIVA CURRÍCULAR NO ASSENTAMENTO LUÍS CARLOS PRESTES | 76 |
| Instituições sociais, formação e currículo: um olhar para práticas Socioeducacionais | 76 |
| Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST | 77 |
| Centro de Estudo e Formação em Agroecologia e Cultura Cabana – CEFAC | 79 |
| EMATER e a Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER | 81 |
| Associação de Produção e Comercialização do Assentamento Luís Carlos prestes – APROLCAPEs | 84 |
| Igrejas, atuação e formação no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes | 88 |
| Escola do Assentamento Luís Carlos Prestes e o contexto histórico da educação brasileira | 94 |
| Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nicolau Neres da Silva | 97 |
| Projeto Político Pedagógico, pressupostos e Educação do Campo | 99 |
| CAPÍTULO IV: EDUCAÇÃO DO CAMPO, PERSPECTIVA E EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DE PESQUISAS SOCIOEDUCACIONAIS E ESTÁGIOS-DOCÊNCIA | 101 |
| Educação do Campo, formação contextualização e perspectivas..... | 101 |
| Educação escolar: algumas proposições e perspectiva curricular e interdisciplinar | 103 |
| Educação do Campo e práticas pedagógicas e experiências de Estágio-Docência em Ciências Agrárias e da Natureza | 110 |

| | |
|--|-----|
| Práticas pedagógicas e experiências de Estágio-Docência no Ensino Fundamental..... | 111 |
| Práticas pedagógicas e experiência de Estágio-Docência no Ensino Médio..... | 118 |
| Conclusão | 127 |
| REFERÊNCIAS | 132 |
| Apêndices | 136 |

INTRODUÇÃO

*Na colheita das espigas
Cantam homens e mulheres,
Na riqueza dos saberes,
Em poemas e cantigas.
Foram muitas mãos amigas
Para esta plantação,
No pulsar do coração,
Sob a luz dos pirilampos,
Nos **cantares da educação do campo**,
O campo se faz canção.*

(MST- SETOR DE EDUCAÇÃO)

A atuação do Estado em relação ao campesinato brasileiro tem se mostrado em certa medida por descaso na história do país. E de forma mais evidente, nas últimas décadas passa por retrocessos, em especial, no tocante à Reforma Agrária e às políticas agrícolas.

No caso da região nordeste do estado do Pará onde incide o campo de pesquisa e recorte de análise deste trabalho, no que diz respeito às políticas de incentivo a produção agrícola, estas têm sido pautadas, sobretudo, para atender o mercado externo. No caso do município de Irituia se observa em grande vulto de investimentos em grandes empreendimentos de cultivos de palmáceas, por exemplo. E nas áreas de competência da atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, os incentivos às linhas de créditos agrícolas sobressaem àqueles voltados à produção em sistema de monocultivo de dendê (*Elaeis guineensis*).

Este trabalho trata mais especificamente do Projeto de Assentamento (P.A) Luís Carlos Prestes, localizado às margens da rodovia Belém-Brasília ou BR 010, na altura do quilometro 19. Neste P.A as ações do INCRA para com a constituição formal e políticas voltadas para o Projeto de Assentamento pararam em face da implantação das políticas de infraestrutura. Isto é, com a construção das habitações para moradia dos Assentados, através de programa habitacional do governo federal, em 2010.

Observa-se que a presença do Estado, mas também marcada em certa medida pela inércia e impasses burocráticos acarreta consequências diretamente implicadas nas condições de permanência das famílias no campo. E, uma dessas, a meu ver, uma grave consequência, tem relação com as condições produtivas voltadas a manutenção das famílias, o que resulta que o Projeto de Assentamento se mostra com uma baixa produção e que têm dificultado à permanência e reprodução da existência por parte dos Assentados, inteiramente na localidade.

Considerado as questões das políticas governamentais e estas para além da competência do INCRA, o objetivo deste trabalho é estudar e analisar a reciprocidade que recobre mais distintas práticas socioambientais e os processos de ação coletiva no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes e a relação com as práticas produtivas na relação com o lugar e a natureza, bem como as condições de vida e trabalho para permanência no campo. Este trabalho de pesquisa, ora apresentado, se propõe estudar as práticas sociais e discutir acerca da ação coletiva no meio rural, da reciprocidade presente nas práticas cotidianas e nas relações de trabalho no P.A Luís Carlos Prestes.

Trata-se de compreender as experiências e as estratégias adotadas pelas famílias Assentadas com vista para as condições de permanência no campo.

E isto, em face à atuação do Estado e frente às questões e práticas locais na relação com a natureza e para o trabalho. Cabe problematizar, ainda, acerca da importância e do papel da escola, como as demais instituições sociais presentes no P.A e na relação com a comunidade.

De modo que caber considerar a relação comunidade/escola/comunidade no que concernem as práticas sociais e que marca as experiências locais e a importância de seu papel para o Assentamento também enquanto uma estratégia de permanência das famílias assentadas, e como reforço as ações que visem à reprodução social da comunidade.

Para fins desse estudo, se tem, em especial um olhar para as práticas educativas desenvolvidas a partir da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental- E.M.E.I. F Antônio Santos do Carmo e das ações de entidades e movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Igrejas, associação, entidades prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural-ATER. A problematização incide sobre o papel e contribuição na valorização dessas práticas e relações locais que visem a garantia da reprodução da existência no Assentamento. E através dessas questões identificar quais práticas sociais indicativas das ações coletivas e formas de reciprocidades. Sejam elas para o trabalho, a produção agrícola, extrativas e, demais práticas socioculturais constituídas na comunidade, são possíveis de observar e se acham presentes no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes.

A aproximação e interesse por essas questões da pesquisa se deu muito em função de ser membro do Projeto de Assentamento e pertencer ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Este fato, lugar da militância tem possibilitado atuar nas instâncias de organicidade do MST e ter contato mais diretamente com as famílias assentadas, o que permite observar e também vivenciar as problemáticas da comunidade do Projeto de

Assentamento Luís Carlos Preste, em Irituia do Pará. Outra situação que motivou o interesse e assim a melhor definição do tema deste trabalho e que tem caráter bastante relevante para a configuração da problemática da pesquisa se refere ao fato de ser estudante do curso de educação do campo e às experiências vivenciadas no curso de Licenciatura em Educação do Campo, a partir de do ano de 2014. Curso que tem em vista de sua organização e princípio por meio da “alternância pedagógica, da pesquisa e do trabalho docente como princípios educativos e da interdisciplinaridade como matriz formadora do currículo proposto pela Licenciatura em Educação do Campo” (PPC/ LPEC 2012).

Estas experiências tanto pela minha inserção no MST, quanto pela experiência no exercício acadêmico, motivou a olhar melhor e discutir a realidade, pautado pelo compromisso de intervir por meio de ações de pesquisa e ações concretas nessa realidade local. E que sem a pretensão de ser a panaceia, mas, sobretudo, propor um debate e contribuir na reflexão e a fim de conhecer as práticas sociais coletivas, as relações de reciprocidades no assentamento Luís Carlos Prestes. Como se constituem e se caracterizam? Quais os significados e implicações na vida e na realidade da comunidade? Mais especificamente, a percepção mais aguçada acerca dessa problemática se deu a partir da Pesquisa Socioeducacional-I no tema: “Histórias Locais: História de vida e comunidade”, a qual teve por foco levantar fontes da história oral e tratar acerca da narrativa de histórias de vida e da comunidade.

Por ocasião da realização dessa Pesquisa Socioeducacional as falas dos agentes sociais no Assentamento chamaram a atenção, em especial, quanto ao trabalho e práticas produtivas. E nesse caso, principalmente, no que se referia aos aspectos ecológicos, ou seja, quanto ao manejo do solo. E com destaque, apontamentos para o fator tecnológico cuja ausência de conhecimentos e mecanização para lhe dar especificamente com a vegetação que se apresenta nas unidades de produção, acarreta dificuldade para o trabalho e condições do mesmo, como aponta a agricultora a senhora Marlene Farias (...) *a gente não faz mais (...) por conta das dificuldades - as máquinas - que a gente não tem condições de arrancar capim muito com a mão, né?*

A partir de questões como estas, a pesquisa deste trabalho foi ganhando corpo, a fim de discutir essa realidade primeiramente visibilizada por meio das Pesquisas Socioeducacionais (PSEs) desenvolvidas no referido Projeto de Assentamento (PA) entre os anos de 2014 a 2018 e como parte do processo formativo no curso de Educação do Campo. E inicialmente a ideia também era de envolver a comunidade no debate sobre as condições de

vida e trabalho. E isso a partir dos diversos agentes sociais atuantes em processos de formação desenvolvidos no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes.

A relevância teórica deste trabalho a meu ver está no interesse de problematizar uma realidade que ao que parece e, por vezes, naturalizada acerca do campo. Nesse sentido, entende-se que propor o debate e mediar uma a reflexão sobre a necessidade de viabilizar alternativas para alterar a realidade social do Projeto de Assentamento em questão e no conjunto das realidades em áreas rurais tem grande relevância com implicações teóricas e práticas, igualmente.

Muitas dessas realidades historicamente marginalizadas e à margem das políticas públicas e do Estado, guardam experiências, e em comum, há o interesse de que visem propor alternativas na reprodução da existência.

Além disso, em termos de reflexões das práticas sociais e no que tange as instituições formativas locais e que participam das vivências locais cabe refletir em diálogo com o papel na formação e mediante práticas didáticas contextualizadas. E de que forma se efetivam por meio das diferentes instituições de formação com atividades pedagógicas presentes na comunidade e voltadas à vida e ao trabalho no Assentamento. E de que forma mantêm um diálogo e interação com a realidade, assim, no intuito de entender e problematizar essa questão perpassada nos processos educacionais vivenciados na comunidade.

Em relação ao referencial teórico de aporte às reflexões desse trabalho, estes foram escolhidos em função do diálogo com uma diversidade de categorias conceituais que também emergem das falas e mediante observações da realidade. As falas dos entrevistados nesse sentido se mostram significativas e reforçam a pertinência da questão por meio de termos que ressaltam e se referem às categorias como: “coletivos”, “mutirões”, “cooperação”, entre, outras, e que ganham sentido, mediante as experiências na realidade locais e com destacado interesse para a discussão deste trabalho.

No que concerne a ações de reciprocidade e com o propósito de compreender as categoriais que remetem às trocas de trabalho e outras doações na comunidade, este trabalho dialoga com o conceito discutido por Marcel Mauss em *Sociologia e Antropologia*, no “Ensaio sobre a dádiva” e acerca da “Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” (MAUSS, 2003).

Embora as relações, estudadas pelo antropólogo trate sobre dádiva entre comunidades primitivas da Polinésia e Melanésia, estas trocas para o autor se constituem em categorias de valor universal e presentes em diferentes grupos. Dessa maneira, as dádivas estudadas por Marcel Mauss são de grande interesse e constituem formas de relações que são presentes nas

comunidades contemporâneas. E tais são as práticas sociais de reciprocidade, a exemplo, das trocas de trabalho por meio de mutirões, trabalhos coletivos realizados no Assentamento.

No objetivo de melhor compreender e discutir as ações coletivas realizadas no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes e também as práticas de reciprocidade, este estudo tem por referência os autores Schmitz, Mota e Sousa (2017). Mais especificamente na discussão que fazem em *Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará*.

Júlia Figueiredo Benzaquen (2006) com o debate acerca de *A socialização para cooperação: uma análise de práticas de educação não-formal*, contribui para a reflexão deste trabalho a partir do diálogo com o tema da educação. E, mais propriamente para a compreensão de distintos conceitos de educação. E no propósito deste trabalho, afim de melhor perceber o papel das diferentes instituições presentes e atuantes nos processos educativos no Projeto de Assentamento.

No que tange ao tema e o diálogo a partir da educação e as instituições de ensino, e mais detidamente no terceiro capítulo, este trabalho abre uma discussão com Paulo Freire (1987 e 2000) com o propósito de embasar a discussão relativa ao sistema educacional. O diálogo com Freire se dá mediante a leitura de *A Pedagogia do Oprimido* e *A pedagogia da Autonomia* visando discutir acerca da concepção de educação enquanto prática humana e social.

O estudo em Freire nos possibilita discutir a formação para a humanização dos sujeitos com vista a propor alternativas pedagógicas com perspectiva de ruptura para com valores que desumanizam e estruturam as relações de desigualdades, e tendentes, ao meu ver, à inviabilização de ações de reciprocidade.

Saviane (1996) em *Educação Brasileira contemporânea: obstáculo, impasses, superação* permite refletir o contexto da escola do Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes com um olhar para o currículo vigente e de que maneira as proposições em execução são fundamentadas em que tipo de orientações teóricas e como se efetivam estas práticas educacionais, como sugere autor.

Ao se tratar da educação é importante frisar o recorte em relação ao debate necessário acerca de Educação do Campo, as reflexões a partir de Godoy (2009) e a discussão em *Educação do Campo e a teoria crítica em Gramsci*, permite discutir sobre o papel da sociedade civil, dos movimentos sociais, da Igreja, dos educadores e a relação destes com a Educação do Campo.

Maria do Socorro Silva (2006) em *Da Raiz à Flor: Produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo*, neste trabalho considera discutir acerca dos

conceitos distintos sobre os processos de educação. E aprofundar o debate acerca do papel das instituições de formação presentes na comunidade. E vale ressaltar, dos movimentos com atuação no Projeto de Assentamento. Sendo, mais especificamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, em vista de ser este o sujeito político de representação pelos quais as famílias se organizam no Assentamento.

No que concerne as discussões sobre currículo com um olhar para as instituições de educação formal, Tomaz Tadeu Silva (2007) assim como Antônio Flavio Barbosa Moreira e Vera Maria Candau (2007) propõe contribuições para que se possibilite à luz de suas contribuições discutir uma proposta de Projeto Político Pedagógico que abranja não só os conhecimentos escolares, mas, outras especificidades e referente a identidade dos sujeitos em formação, a partir do contexto no qual está inserida a escola.

E na leitura de Mônica Molina e Sá Mourão (2012) sobre a concepção de Escola do Campo contribuem na reflexão sobre as perspectivas de um Projeto Político Pedagógico para se pensar a escola. E como argumentam estes autores “conectada ao mundo do trabalho e às organizações políticas e culturais dos trabalhadores do campo (p.2)”.

Em termos metodológicos esta pesquisa contou dados que consistem e são oriundos de registros fotográficos realizados em campo. Entrevistas foram efetuadas a partir da utilização de roteiro semiestruturado e a fim de orientar a sequência das questões a serem abordadas, com gravação das mesmas. Entretanto, por este meio de coleta destes registros através de roteiro foi possível notar certa dificuldade para estabelecer um diálogo de maneira mais espontâneo. E a meu ver pode ter resultado na restrição quanto disponibilidade para as informações dado o grau da formalidade estabelecida.

Por outro lado, também são fontes dessa pesquisa, as conversas informais estabelecidas e que favorece a interação entre pesquisador e agentes sociais envolvidos na pesquisa. Além de observação direta e efetuada no cotidiano da comunidade. E nesse caso, se faz ainda necessário ressaltar que em virtude da vivência e na dinâmica da comunidade tendo em vista o fato de ser integrante da comunidade e atuarmos em instâncias organizativas do MST no Projeto de Assentamento.

A pesquisa também se dá em caráter etnográfico com observação sistemática e em face ao vivenciar cotidianamente a realidade das famílias, as dinâmicas de vida e das práticas produtivas. E a partir das quais nos proporciona informações importantes para a pesquisa, e como argumenta Montoya (2012, p. 5).

O campo antropológico supõe não apenas ir e ver ou ir e pegar amostras, mas algo mais complexo: uma co-residência extensa, uma observação sistemática, uma interlocução efetiva (língua nativa), uma mistura de aliança, cumplicidade, amizade, respeito, coerção e tolerância irônica (CLIFFORD, 1999, p. 94). Em uma palavra, o trabalho de campo antropológico consiste em estabelecer relações com pessoas.

Nesse processo da pesquisa é de fundamental importância a revisão da produção acadêmica realizada no percurso formativo no curso de licenciatura em Educação do Campo e mediante as Pesquisas Socioeducacionais (PSEs). Pois estas pesquisas permitiram o levantamento de dados e apontar para diferentes problemáticas da realidade local.

Ademais, as leituras e revisão bibliográficas a partir dos diferentes componentes curriculares e da temática deste estudo permitem um embasamento teórico para estudar as categorias e definir os termos conceituais do trabalho em diálogo com a realidade observada. As pesquisas de campo que dão suporte para este trabalho vêm sendo desenvolvidas, sobretudo, no período entre o período de 2014 a 2018 e se deram em mediante as PSEs.

Nesse período de desenvolvimento das Pesquisas Socioeducacionais foram entrevistados 22 pessoas. Sendo as mesmas agricultoras e agricultores da comunidade, lideranças religiosas, pais de alunos, lideranças políticas, membros de associação local, técnicos de ATER e, educandos e educadores atuantes na escola da comunidade, ou seja, a Escola Municipal de Ensino infantil e Fundamental Antônio Santos Do Carmo.

A outra escola também pesquisada, trata-se da Escola Nicolau Neres da Silva, situada no Km 14 da Rodovia Belém Brasília, distante 5 km do Assentamento Luís Carlos Prestes onde foram realizados os Estágios-Docência durante o processo formativo no curso de Educação do Campo, em virtude desta escola atender aos educandos do assentamento .

Este trabalho se organiza em quatro capítulos. E para o primeiro trata de apresentar a comunidade e a história do Assentamento Luís Carlos Preste.

As unidades destinadas às atividades produtivas foram organizadas em núcleos familiares compostos por até dez famílias. A distribuição por parte da coordenação local e do INCRA. Quanto á localização destes núcleos, estes são separados geograficamente dentro do próprio assentamento, com distancia de ate 12 km.

Portanto, também se procura descrever unidades familiares constituídas e organizadas para a produção através da realização das práticas produtivas realizadas no Assentamento. E com isso analisar a relação e implicações na sociabilidade local e entre as famílias,

Assim como descrever as relações de reciprocidade presentes nestas práticas produtivas desenvolvidas nas unidades familiares. E que mudanças têm ocorrido na localidade mediante a relação com a natureza e constituídas enquanto práticas ecológicas.

No segundo capítulo propõe-se uma discussão das práticas produtivas e sobre as formas de trabalho perpassadas pelas relações de reciprocidade. Considera-se para essa questão as observações e narrativas que remetem as relações sociais com a natureza e como estas ocorreriam no passado e ocorrem no presente. Com isso, discutir e relacionar conceitos e relatos produzidos pelos agentes sociais e analisar em que situações aparecem as práticas coletivas e as relações de reciprocidade. Consideradas as situações de trabalho na realização das práticas produtivas é de interesse investigar as distintas concepções sobre trabalho. Bem como, a compreensão dos sujeitos sobre práticas sociais coletivas na relação trabalho e produção. E descrever as estratégias empreendidas pelas unidades familiares para superar os desafios na realização dos trabalhos demandados e diante da falta de apoio e de políticas públicas.

O terceiro capítulo discute o papel das instituições escolares e não escolares, as quais com ações de formação no Assentamento. E de que modo acionam ou não no currículo pensado e praticado questões relacionadas às práticas produtivas ecológicas e ações coletivas e de reciprocidade.

No quarto capítulo propomos discutir acerca das experiências sociais e de formação no Assentamento Luís Carlos Prestes, bem como trazer uma abordagem das experiências vivenciadas em pesquisas socioeducacionais e estágios-docência realizados no processo formativo no curso de Educação do Campo. Nesse sentido, cabe discutir sobre o currículo em perspectiva interdisciplinar com o propósito de conhecer e problematizar as práticas formativas e a percepção com um olhar para a valorização destas questões e no que tange as ações coletivas e reciprocidade nas relações sociais e com a natureza.

Capítulo I

PROJETO DE ASSENTAMENTO LUÍS CARLOS PRESTES: HISTÓRIA, NATUREZA E PRÁTICAS ECOLÓGICAS

MARCHAR E VENCER

*As fileiras como cordões humanos
Mostram os sinais dos rastros perfilados
Dizendo em seu silencio
Que é preciso despertar
E colocar em movimento
Milhões de pés sofridos, humilhados em todo tempo
Sem temer tecer a liberdade.
E nessas marchas de bravos lutadores
Iniciamos a edificação de novos seres construtores
De um projeto que nos levará a nova sociedade.*

(ADEMAR BOGO)

Assentamento Luís Carlos Prestes: uma breve caracterização e o lugar da pesquisa

Este primeiro capítulo trata de elementos que caracterizam e traçam alguns apontamentos para a história do Assentamento Luís Carlos Preste, no município de Irituia, estado do Pará. Trata de um apanhado com a descrição da comunidade com elementos do passado e presente e da organização social e das práticas das unidades familiares. Com destaque para a relação com a natureza, práticas ecológicas e das ações coletivas e referentes à reciprocidade nas práticas produtivas.

O Assentamento Luís Carlos Prestes está localizado a 15 quilômetros a Oeste da sede do município de Irituia, à margem direita da rodovia BR 010 (sentido Belém Brasília). O mesmo se encontra inserido na Gleba Palheta, área foi discriminada e arrecadada¹ pelo INCRA em 1995. O município pertence à mesorregião do Nordeste Paraense, microrregião do Guamá e inserção na hidrográfica Costa Atlântica, Sub-região Hidrográfica Guamá-Moju. A Microrregião Guamá é formada pelos municípios de São Miguel do Guamá, Irituia, Capitão Poço, Ourém, Mãe do Rio, Aurora do Pará, Ipixuna do Pará, Cachoeira do Piriá, Nova Esperança do Piriá, São Domingos do Capim, Santa Luzia do Pará e Vizeu.

1 O termo refere-se à retomada—pelo poder público— de porção de área rural pertencente á união do domínio particular e destinar à Reforma Agrária por intermédio do INCRA (Art. 28 da Lei 6.383/76. Jusbrasi.com.br. acessado em 12 de 9 de 2016)

Conforme informações levantadas em pesquisa documental junto a associação local (RVA/LVA, INCRA), o Assentamento foi criado a partir da Portaria INCRA/SR - 01 N° 94 de 30 de dezembro de 2008, com o título de Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes, Cód. SIPRA, PA 0493000. A área foi arrecadada através da portaria INCRA- SR/01/G/N° 72 e 73 editadas em 22 de agosto de 2007, sendo sua emissão de posse emitida em 30 de Dezembro de 2008. (INCRA, RVA/LVA. 2008, EMATER, 2013. PDA. p.36).

O acesso ao Assentamento se dá a partir da capital paraense através da BR 316 e desta passando pelo município de São Miguel do Guamá percorre-se mais 14 km até o chamado Trevo da entrada de Irituia na rodovia 253. E com um percurso de mais 5 quilômetros na BR 010 chega-se a entrada do Assentamento. E o acesso oriundo do sul do país é possível pela BR 010, e dista por esta rodovia 29 quilômetros desde o município de Mãe do Rio, na entrada de Perseverança ou São Domingos do Capim (no quilômetro 21 da rodovia estadual – PA 127) chega-se a entrada do Assentamento. (INCRA, LAF. 2008).

Quadro 01: Quadro de localização e distância em quilômetros entre o Assentamento e cidades próximas

| | |
|---------------------|--------|
| CENTRO DE IRITUIA | 15 KM |
| SÃO MIGUEL DO GUAMÁ | 16 KM |
| MÃE DO RIO | 25 KM |
| CAPITÃO POÇO | 58 KM |
| CASTANHAL | 92 KM |
| BELÉM | 160 KM |

Fonte: INCRA, LAF, 2008.

Segundo descrição do INCRA os municípios confluentes com Irituia são configurados da seguinte maneira: Sendo a norte com São Miguel do Guamá, a leste com Capitão Poço, a sul com Capitão Poço e Mãe do Rio e a oeste com São Domingos do Capim e Mãe do Rio (INCRA, 2008). Este fato coloca o Assentamento em uma posição geográfica cujo a distância e acesso dos centros e meios de acessos as políticas públicas não deveriam ser os maiores problemas.

História do Assentamento Luís Carlos Prestes

A história do Assentamento Luís Carlos Prestes reflete as dificuldades de territorialização das famílias camponesa dado o grau de concentração de terra nas mãos de

uma pequena parcela e que marca a região nordeste do Pará. Frente a esta questão emerge a atuação de agentes sociais envolvidos na luta pela posse da terra. E em particular advindo da atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

O Movimento Sem Terra em suas atuações pleiteia áreas públicas na região organizando as famílias através do trabalho de base. Esta estratégia de atuação e abordagem utilizada pelo movimento para o engajamento das famílias na luta e conquista da terra.

No caso do Assentamento Luís Carlos Prestes a busca pela terra como meio de garantia de produção da existência e da dignidade por parte das famílias que se engajaram nesta questão por meio do movimento social teve início no ano de 2002. E com a primeira tentativa por parte das famílias de se firmarem no território da região se deu na Fazenda Chão de Estrela no km 75 da BR 010 no município de Aurora do Pará.

Entretanto, as famílias foram despejadas dessa área em função do poder político de famílias influentes como os Barbalhos que se dizia detentora da área, e com isso conseguiram promover uma ação de despejo. Assim sendo, o grupo retirado dessa ocupação, posteriormente montou Acampamento em frente à Fazenda Reunidas. Esta pertencente ao grupo empresarial Jonasa e onde permaneceram até 2004 e novamente foram despejados. Ocasão esta em que tiveram as roças, já em fase de colheita, destruídas.

Após esse episódio os agricultores expulsos acamparam em uma área cedida pelo INCRA no quilometro 34 à margem da BR 010- Belém Brasília e lá permaneceram até 2005. Neste ano houve o fato que 21 famílias remanescentes das primeiras ocupações se dividiram ou como dizem na linguagem local, *racham*. Com a divisão do Acampamento motivada por conflitos e divergências de concepções entre MST e FRETAF.

Porém, em 2006 o grupo reata novamente e por decisão das famílias sob a liderança do MST. Ainda no final daquele ano o MST através de trabalho de base organiza 150 famílias de diversos municípios vizinhos, como Mãe do Rio, São Miguel do Guamá, Irituia e São Domingos do Capim.

Em janeiro de 2007, quando grupo se dirigia para uma tentativa de ocupação de uma área, são detidos pela polícia militar durante todo o dia acerca de dez quilômetros da área pretendida. E os mesmos só foram liberados ante a forte pressão exercida por parte de familiares. Diante disso, o grupo acampa em frente à Fazenda São Felipe, no quilômetro 19 da BR 010 no município de Irituia, a fim de reivindicar o direito de acesso à terra.

Acampados nessa situação e com este propósito, em poucos mais de 15 dias já contavam com cerca de 300 famílias. Apesar das denúncias acerca dos conflitos e dos atos de ameaças e de tiros por cima dos barracos, a vistoria na área foi realizada somente após 60

dias. E após 30 dias de realizada a vistoria e dadas as fortes ameaças e a insegurança que se encontravam as margens da rodovia, no dia 02 de maio as famílias adentram a fazenda São Felipe e montam o Acampamento dentro da terra pleiteada. E por esta ocasião da entrada, segundo informação das famílias, em torno de 25 homens armados contando pistoleiros e policiais passam pelo grupo em uma caçamba basculante, de onde desferem contra eles disparos de diferentes armas e calibres deixando vitimado um camponês e outros seis feridos.

A ação das famílias de adentrarem a área tinha o objetivo de forçar o INCRA a distribuir a terra de forma legal, mas ocorrendo o conflito onde foi ceifada a vida do camponês Antônio Santos do Carmo e a tentativa de frear a luta pela conquista da terra teve efeito inverso. As famílias ocupam em definitivo a sede da fazenda no dia 03 de maio, permanecendo acampadas por dois anos.

O Assentamento Luís Carlos Prestes foi finalmente legalizado em 30 de Dezembro de 2008. Através da portaria de nº 94, assinada pela Superintendência Regional – 01 do INCRA em Belém. Foram assentadas, por este ato, 47 famílias das 70 que persistiram e resistiram no processo de acampamento e ocupação. Das 23 que não acessaram a terra, pela portaria de 2008, 15 delas ainda permanecem acampadas no mesmo perímetro e onde se encontra o Assentamento Luís Carlos Prestes.

Efetivamente, no ano de 2009 as famílias transferem-se para os sonhados lotes. No mês de maio o INCRA concretiza o trabalho de topografia e no mesmo ano o grupo marcha do Assentamento até Belém e ocupam o INCRA e mediante pressão conquistam o direito ao recebimento do crédito de Apoio Inicial e Crédito Habitação. Tempo este em que a Escola Antônio Santos do Carmo foi regularizada pela prefeitura.

Em julho de 2010 teve início o processo de construção de 42 casas no Assentamento e que foram concluídas em agosto de 2011. Até 2018 por ocasião de umas atividades de pesquisa apenas uma das habitações previstas não tinha sido concluída para a conclusão do projeto de financiamento da habitação. Ainda em 2011 a estrada do assentamento é construída, porém sendo concluída somente em 2014 assim como o acesso à prestação de assistência técnica no PA.

Além dos dados de pesquisas levantados sobre o Assentamento e a região e parte das observações em acompanhamento da história do Assentamento, a realização das pesquisas socioeducacionais no processo formativo foram de suma importância para levantar e registrar de forma mais sistemática a história do Assentamento Luís Carlos Prestes. E mais propriamente, na Pesquisa Socioeducacional-I em 2014 no tema “Histórias locais: História de vida e comunidade” cujo objetivo se volta á Produzir a história do Assentamento Luís

Carlos Prestes através de fontes orais sobre as trajetórias e experiências de vida dos moradores do Assentamento e na Pesquisa Socioeducacional-VI, realizada em 2017 no tema “Juventude e trabalho”, objetivando compreender as condições de vida e dignidade, estudo, trabalho e cultura, elementos cruciais à permanência desse tecido social no campo.

Estas pesquisas possibilitaram traçar um quadro cronológico de alguns acontecimentos e parte da história local e de constituição do Assentamento Luís Carlos Prestes. As mesmas privilegiaram as narrativas dos assentados e demais pessoas que compartilham da história da comunidade.

Outro aspecto metodológico importante deste trabalho é o que trata de privilegiar o ponto de vista dos interlocutores sobre um dado fato: nesse caso, a história do lugar.

A partir desse percurso metodológico foi possível compreender, também, as relações estabelecidas internamente e com os agentes externos, que indicam as práticas configuradas no assentamento, tais como práticas produtivas oriundas das ações das políticas de reestruturação do mesmo e da própria dinâmica interna.

Quadro 02: Quadro cronológico com breve histórico do Assentamento Luís Carlos Prestes

| DATAS | EVENTOS |
|--------------|---|
| 2002 | Acampamento Fazenda Chão de estrelas no km 35 BR 010 |
| 2003 | Acampamento Quintino Lira, Fazenda Santa Bárbara, km 14 BR 010. |
| 2004 | Marcha Estadual do MST de Castanhal à Belém |
| 2005 | Acampamento Reijane Guimarães na Fazenda Chão de Estrelas no Km 75 da BR 010 |
| | Acampamento no Km 34 da BR 010 |
| | Disputa política entre MST e FETRAF com divisão das famílias |
| | Fusão dos Acampamentos Reijane Guimarães, Roseli Nunes e Iza Cunha na região Nordeste do Estado para o nascimento do Acampamento Abril Vermelho no Município de Santa Bárbara na região metropolitana de Belém. |
| | Acampamento Quintino Lira e depois Doroty stang na Fazenda Reunidas no Km 35 na BR 010 |
| 2006 | Trabalho de Base do MST para organizar ocupação de uma área na região |
| 2007 | Acampamento Luís Carlos Prestes em Frente à Fazenda São Felipe No Km 19 da BR 010 |
| | Ocupação da Fazenda São Felipe no Km 19 da BR 010 |
| 2008 | Portaria de nº 94 de 30 de Dezembro para a regularização do Assentamento Luís Carlos Prestes |
| 2009 | Serviço de topografia e transferência das famílias do acampamento para os lotes |
| | Marcha estadual do MST de Irituia a Belém |
| | Implantação do crédito Apoio Inicial e Credito Habitação |
| | Fundação da Associação local |
| | Regularização da Escola Antônio Santos Do Carmo |
| 2010 | Acesso ao crédito apoio inicial |
| | Acesso ao Crédito Habitação |
| | Construção da estrada do Assentamento |
| | Parceria com a Universidade de Alicante da Espanha para a reforma do CEFAC |
| 2011 | Prosseguimento na construção das habitações |
| | Transição da coordenação da Associação local |
| 2012 | Reforma do CEFAC |
| | Introdução de ATER/EMATER |
| | Formação do grupo de Mulheres |
| 2013 | Eleição da nova diretoria da associação local |
| 2014 | Introdução de ATER/FLORANATIVA |
| 2017 | Implantação do programa “luz para todos” |
| | Parceria MST/IDEFLOR para implantação do viveiro de mudas |

Fonte: PSE I, 2014. PSE VI, 2017

O quadro acima traz uma sequência cronológica dos eventos ocorridos em relação à constituição do Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes. Os destaques apresentados são recortes que emergem de pesquisas documentais como o Relatório de Viabilidade Ambiental, o Laudo de Viabilidade Ambiental desenvolvidos pelo Instituto de Colonização e Reforma

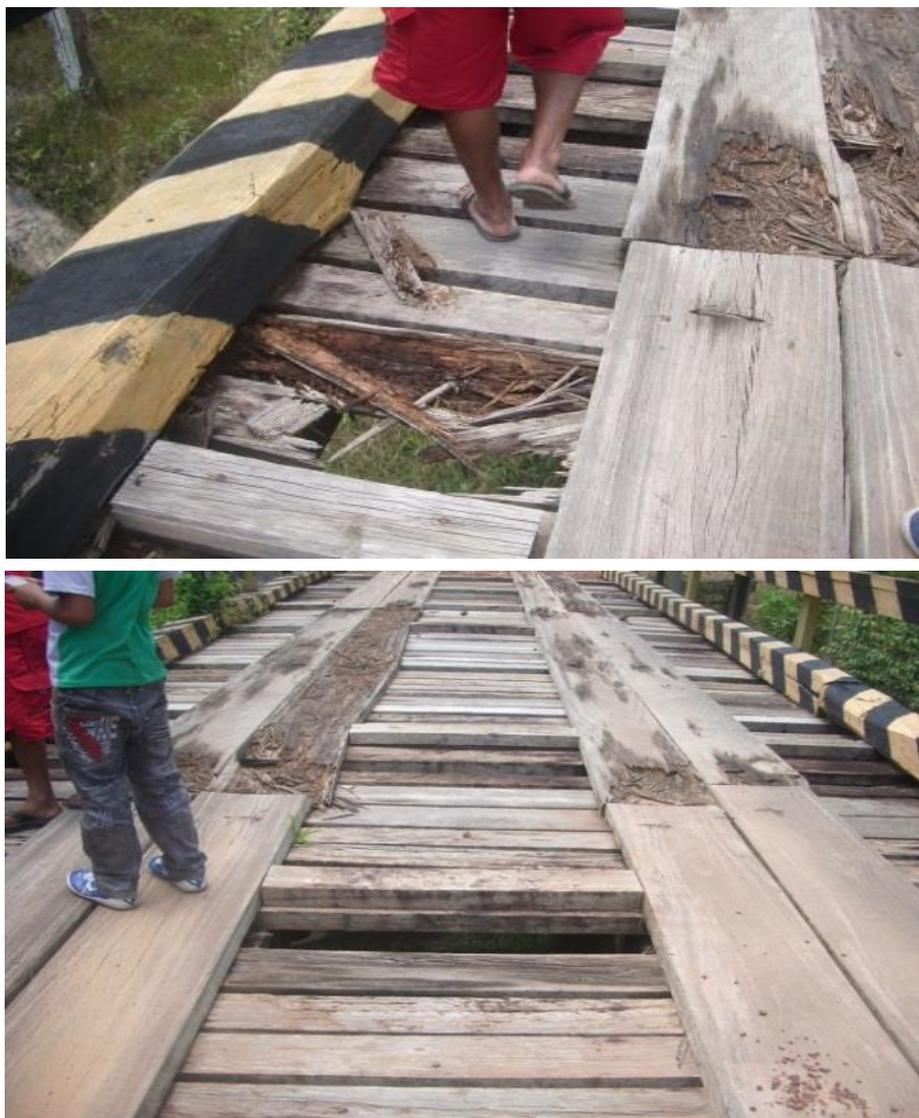
Agrária- INCRA. Outro instrumento utilizado para a riqueza destes detalhes são elementos oriundos das PSEs desenvolvidas por meio do curso de licenciatura, e, por conseguinte, emergem das narrativas dos sujeitos da pesquisa. Importante dizer que determinados elementos que se apresentam no quadro acima são eventos ocorridos anteriormente á consolidação do assentamento, mas que merecem registros em virtude de serem parte constituinte da luta das famílias pela conquista da terra. Estes eventos tratam-se dos acampamentos em outras áreas ocorridos em períodos anteriores ao acampamento da fazenda São Felipe em 2007, o qual resultou na consolidação do assentamento.

Práticas sociais, trabalho e estruturação do Assentamento Luís Carlos Prestes

A constituição do Assentamento Luís Carlos Prestes cabe ressaltar resultou de uma ação em que o Estado agiu de forma rápida em função da forte pressão popular e política. Nesse sentido, alguns trâmites foram relativamente acelerados tendo em vista que a criação do Projeto de Assentamento se deu em 2008 e em 2009 ocorreu a partilha dos lotes. E em 2010 deu início a construção das casas dos assentados, e com muitas delas concluídas em 2012. Estas casas foram construídas através de projeto habitacional do governo federal e empreendido pelo INCRA. Importante reportar que assim como as casas, algumas obras de infraestruturas foram realizadas mesmo antes da conclusão do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA).

Vale lembrar que as pressões sociais após a portaria de criação do Assentamento continuaram e foram fundamentais tanto para a implantação das casas e no intuito de garantir a infraestrutura do Assentamento. Assim em 2011 teve início a construção da estrada, porém não foi finalizada até a atualidade, não oferecendo condições razoáveis de trafegabilidade como demonstrada nas figuras 3 e 4.

Figuras 3 e 4: Pontes das estradas do Assentamento Luís Carlos Prestes.



Fonte: Pesquisa Socioeducacional – PSE I, 2014

Assim sendo, se algumas das infraestruturas previstas foram garantidas ou iniciadas para as famílias assentadas elas ainda tiveram grandes dificuldades para a conclusão e a fim de estabelecer condições de permanência das famílias seja com a oferta de serviços básicos e das práticas de produção de existência dentro dos lotes.

A eletrificação com a oferta de energia elétrica para os assentados somente foi instalada em 2016. E, até o ano de 2018 não havia ocorrido a emissão do Contrato de Concessão de Direito de Uso Real da terra (CCU). Importante ressaltar que o CCU possibilitaria assegurar para as famílias o acesso às linhas de créditos agrícolas necessários ao desenvolvimento produtivo. Percebe-se que por esta razão até 2018 não ocorreu nenhuma

concessão de créditos agrícolas e, exceto que tiveram a concessão do crédito habitação, como foi apontado. O que tem ocasionado diversas dificuldades, embora a resistência, a conquista e mudanças ocorridas no Assentamento desde sua criação.

Com isso e em relação às práticas socioeconômicas, é possível observar que a permanência das famílias na comunidade se marca pela independência e precede a efetivação de políticas públicas direcionadas para Projeto de Assentamento e necessárias ao pleno desenvolvimento das práticas produtivas, a exemplo disso as políticas relativas ao aporte de infraestrutura, onde a própria legislação que rege os direitos.

Estes direitos e obrigações deveriam estar assegurados como visam as cláusulas do CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO-CCU em seu *Art. 7º do Decreto-lei nº 271, de 28 de Fevereiro de 1987* o qual trata das *cláusulas e condições* que devem ser estabelecido com os assentados e levado a cabo com a intermediação do INCRA.

Constata-se que embora o que rege o citado Contrato, há uma grande distância e impasses para que na prática o que rege as cláusulas do mesmo se efetivem como previstas. E a exemplo do que indicam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA QUARTA – Assegurar o uso e o gozo pleno do imóvel, bem assim o acesso ao crédito e demais serviços indispensáveis ao progresso social e econômico do(s) concessionário(s) e de seus familiares.

CLÁUSULA SEXTA – Cabe ao(s) concessionários (as) na vigência deste contrato, o direito ao crédito, a assistência técnica e demais serviços julgados indispensáveis ao progresso social e econômico de sua(s) produção, ficando o INCRA na obrigação de promovê-los. (CCU, INCRA, 2018).

Importante ressaltar o cumprimento da legislação, que deveria ter sido realizado imediato a emissão da portaria de criação e formalização do Projeto de Assentamento instituída em 2008. Entretanto, a implantação mesmo dos projetos iniciais e que foram referentes ao Crédito Apoio Inicial e Crédito Habitação ocorreram só em 2010.

E quanto às ações do referido CCU até o ano de 2017 ainda não tinham sido concretizadas. O que aponta para os impasses burocráticos e mesmo a inércia do INCRA, que refletem e influem para a instabilidade das famílias, sobretudo, no que afeta e dificulta a realização de práticas produtivas de maneira mais efetiva, e pela ausência de políticas públicas e de incentivo à produção.

Além disso, muitas vezes as ações empreendidas se mostram em descompasso com as demandas e de acordo com a realidade e as condições ambientais vivenciadas pelos assentados e como relata a agricultora entrevistada Francisca Paixão.

Eles [técnicos] tão dando essas palestras aí e ninguém tá vendo resultado de nada (...). A minha necessidade pra cá era o meu projeto (...) que era a minha plantação de açaí e a minha criação de porcos. Mas no seco também não posso fazer isso, porque quando chega o verão morre tudo, até os pezinhos de açaí eu tenho por aí, que veio da EMBRAPA (...). Nesse verão vai morrer tudo. (PAIXÃO, Francisca, 52 anos, Entrevista concedida em Pesquisa Socioeducacional-PSE II, 2015).

O descompasso na relação com a burocracia exigida para acesso às políticas de crédito com fomento as práticas produtivas também se colocam como uma questão como ressaltado nas experiências dos assentados. Além disso, as orientações técnicas e as condições ambientais para realização de determinada atividade, nem sempre caminham nos mesmos passos com a garantia de recursos financeiros necessários a implantação da atividade produtiva. A exemplo da piscicultura e como destaca a narrativa de Michelle Cristina, tecnóloga em piscicultura da equipe de assistência técnica do Instituto Socioambiental Floresta Nativa - ISAF, a seguir.

Nas áreas de assentamento essa questão da piscicultura sempre ela é muito batida, porque todas as assistências que chegam sabem que é uma área que não gera muito custo, que os lotes, alguns têm água, tem como capitar água. Então é uma atividade potencial do Assentamento. Mas a maioria das pessoas que não aplicaram as técnicas realmente por falta de recurso, questão da falta de recurso é o maior *gargalo*, não só no assentamento Luís Carlos Prestes. (CRISTINA, Michele, 25 anos, Entrevista concedida em Pesquisa Socioeducacional-PSE II, 2015).

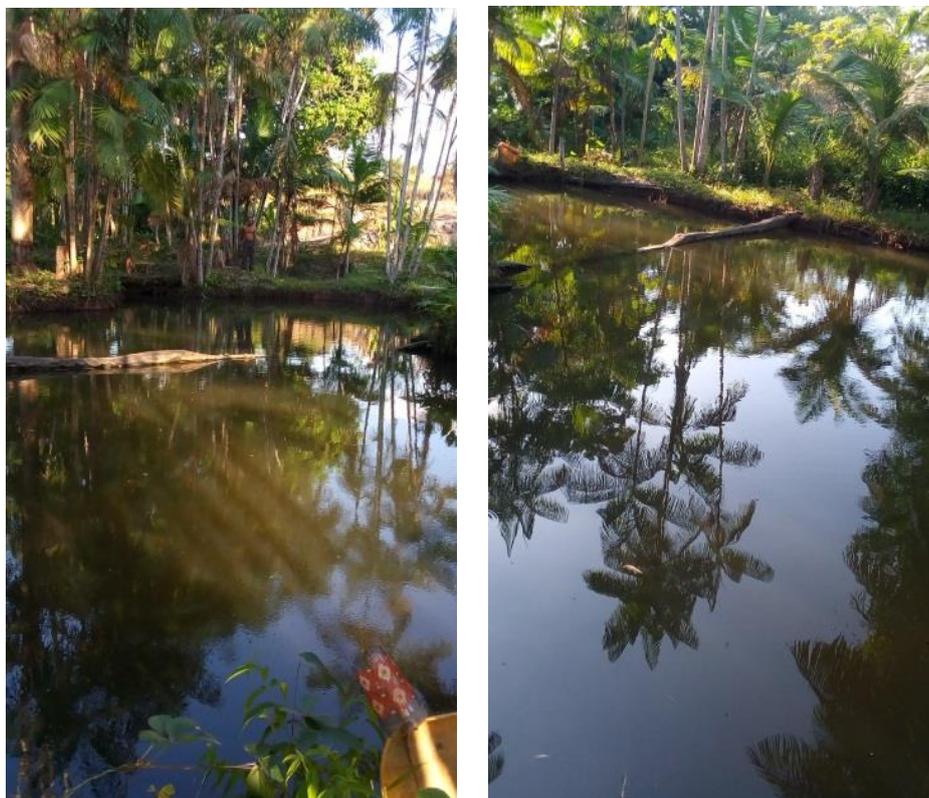
No que se refere às dificuldades para as atividades de piscicultura a que se refere a tecnóloga Michele, importante ressaltar que as famílias não acessaram o documento de Declaração de Aptidão Ao Pronaf- DAP. Este documento que deveria ser emitido pelo INCRA e que consta nas cláusulas do CCU. O referido documento é a via de acesso direto às linhas de crédito.

No interesse de desenvolver a piscicultura a comunidade efetivou a construção de tanques em duas áreas do Assentamento. Trata-se de duas experiências em que a primeira foi construída de forma artesanal, com o trabalho realizado pelos membros da família do senhor Francisco Herizon.

As alternativas para a otimização da atividade de piscicultura para a possibilidade de alteração relativa ao fator de produtividade seria viabilizada a partir da efetivação de políticas de incentivo á produção. Nos dois tanques apresentados nas figuras 5 e 6, a família do senhor Francisco Herizon desenvolveu as atividades para a construção dos mesmos de forma

artesanal, conseguindo implantar tanques com pequena proporção. Um desses tanques com dimensões de 60m³ (15 X 4) e outro com 30m³ (10 X 3).

Figuras 5 e 6: Construção e de tanques de piscicultura em unidade familiar do Assentamento



Fonte: Dados de campo

Necessário dizer que a realização destas obras depende do número de componentes na família bem como de recursos disponível. E em relação á mão de obra, seria de fundamental importância a unidade entre as famílias para que por meio de coletividade se possibilitasse alterar as dimensões dos mesmos, visto que com tanques nestas dimensões a viabilidade para a produção se dá apenas ao consumo da família.

. Percebe-se que se cada família que consegue fazer um pequeno tanque se juntasse dentro dos próprios núcleos, certamente conseguiriam alterar as dimensões de seus tanques. Nesse caso é que se faz importante um trabalho de base que consiga elevar o debate a se mobilizar as famílias ao trabalho solidário, tendo em vista que o assentamento tem potencialidade de recursos hídricos, o que possibilitaria melhores condições de vida.

Em outra unidade de produção familiar, a família do senhor Nunes conseguiu construir um tanque em maior dimensão. A possibilidade para a realização da obra se deu

por meio de mecanização. Nesta experiência as dimensões do tanque são de 133 m² (19X7) no qual foram utilizadas 16 horas de máquinas ao custo de R\$180,00/h, o que totalizou um custo de R\$ 2.880,00. Os recursos para custear as despesas - segundo o que declarou informalmente o senhor Nunes-, vieram de trabalho externo fora do estado.

Figura 7: Construção de tanques de piscicultura em unidade familiar do Assentamento



Fonte: Arquivo da família Nunes

Observando os aspectos relativos à ecologia, percebe-se que o manejo necessário à produção de peixes precede condições distintas, segundo os aspectos socioeconômicos e ambientais.

Percebe-se que em ambas as experiências, é importante destacar o resultado da atividade em Piscicultura, tendo em vista que atividade amplia as alternativas de fonte de alimentação, alterando positivamente as condições de vida.

No que se refere às condições socioeconômicas, o fato de a primeira família trabalhar na construção dos tanques de forma artesanal e contando apenas com a mão de obra da família implica diretamente nas dimensões do tanque, e com isso também no fator de produtividade, enquanto que na segunda experiência, o senhor Carlos Nunes ainda que consiga construir um tanque em dimensão maior, o que implica diretamente em produtividade, este assentado também por não dispor de recursos por meio das linhas de créditos de incentivo à produção, busca alternativa com trabalho externo.

Portanto, estas famílias por não contarem com mão de obra suficiente, bem como por não disporem de acesso às linhas de créditos necessários ao custeio das atividades de

piscicultura, as mesmas têm dificuldade quanto a viabilidade para expandir a produção de peixes.

Neste sentido, fica evidenciada a importância de se refletir sobre as relações sociais e em termos das ações coletivas e de reciprocidade como proposta neste estudo.

Estas experiências do presente e as dificuldades também chamam a atenção para as mudanças nas relações sociais para o trabalho dentro do Assentamento. E também remete as memórias do início do Assentamento quando as práticas de trabalhos coletivos e, portanto, que de ações coletivas eram mais fortemente estabelecidas. E como destaca a liderança do Assentamento, Marlene Farias.

(...) A gente trabalhava em cooperação. Com mutirão, com família. Uma, duas, três, até cinco. Chegamos até a fazer um mutirão, um coletivo de dez famílias pra trabalharmos juntas. Então a gente ia pra o roçado dez, onze, às vezes duas pessoas de cada casa. Então a gente via que tinha avanço na produção da gente. (...). Era mutirão de famílias, de comunidade. (FARIAS, Marlene Moreira, 2017).

O relato destaca de forma significativa as ações coletivas e remete a reciprocidade presente nas relações estabelecidas do momento do Acampamento e início do Assentamento. Pois, a experiência relatada pela senhora Marlene Farias compreende os anos entre 2007 a 2009. Período este de transição entre Acampamento e a constituição do Assentamento.

Nas relações de reciprocidade e da dimensão que se constituíam das trocas de trabalho entre grupos de pessoas e as famílias no período de acampamento com um número significativo de pessoas no trabalho e que de certa forma se estendeu até o início da constituição do Assentamento. O que na fala de Marlene Farias, proporcionava avanços na realização da prática produtiva. Essa questão reitera o argumento acerca da importância das práticas instituídas das dádivas como discute Marcel Mauss (2003).

De acordo com a literatura acerca do tema, essas dinâmicas de reciprocidade pautadas nas mais diversas formas de trocas e de práticas instituídas em coletividade são fundamentais e nessa análise se consideram cruciais no favorecimento das condições de reprodução e de permanência no Projeto de Assentamento.

No que concerne à atuação do Estado no que corresponde à execução de políticas públicas, embora os descompassos e a não concretização dessas políticas, a experiência sugere que se o Assentamento não avança no desenvolvimento produtivo, a responsabilidade é atribuída aos mesmos. Dessa maneira não se exprime pela atuação dos órgãos responsáveis como o INCRA. E muitas das dificuldades das famílias se marcam pela falta de cumprimento

das ações de estruturação, falta de assistência técnica e políticas de acesso à serviços e créditos. Assim, sem reunir condições necessárias em infraestrutura, serviços e créditos necessários á produção, as famílias apresentam maiores dificuldades em relação à efetivação das práticas produtivas de maneira que a produção possibilite a garantir a reprodução social e condições de existência no Assentamento.

Ante a estes desafios e considerada a relevância das ações coletivas e de reciprocidade como frisado nas próprias narrativas, entende-se que estas práticas sociais da vivência e das experiências consistem em estratégias e devem ser fortalecidas, dada sua importância. Dessa maneira a prática entre as famílias sugere relevância das atividades coletivas vivenciadas no processo de conquista da terra e para as ações presentes.

Organização espacial do Assentamento Luís Carlos Prestes e a distribuição das unidades familiares

É importante situar a organização espacial do Assentamento Luís Carlos Prestes e distribuição das unidades familiares de forma a entender como esta pode manter relação para refletir a dinâmica de vida e do trabalho nas práticas exercidas pelas famílias assentadas.

Como já foi apontado, o Assentamento resultou da ocupação de uma área pelos Acampados que já tinham feito outras tentativas de ocupar a terra na região e sofreram pressão e despejo. Assim que como ato de resistência e também como estratégia de ocupar para conquistar a terra o grupo ocupou a área denominadas Fazendas São Felipe e Fazenda Divisa. E após a efetivação da ocupação e o reconhecimento por parte do INCRA e como segue os procedimentos a área foi distribuída entre agricultores até então acampados. E como dados do Laudo Agrônômico de Fiscalização- LAF do INCRA (2008).

O Assentamento Luís Carlos Prestes que anteriormente era a Fazenda São Felipe e Divisa possui uma área de **1.241,2990 ha**. Desse total, foi deduzido o equivalente a **113,4795 ha**, correspondente às **Áreas de Preservação Permanente (APP)** e **902,2557 ha** para recomposição da **Reserva Legal (RL)** de acordo com as emanações do Código florestal Brasileiro (Lei 4.771/65). Foi suprimido ainda, o equivalente a **3,3824 ha** destinados ao abrigo do patrimônio do assentamento e vicinais existentes. O restante da área foi dividido em lotes individuais que equivalem em média a **12,5 ha** os quais foram organizadas a partir do modelo tradicional de lotes e ou parcelas, cada uma residindo no seu próprio lote e, depois divididas em núcleos. (LAF, INCRA. Belém, 2008, p. 27).

De acordo com os dados citados no Laudo de Viabilidade Ambiental desenvolvido e emitido pelo INCRA, a área recebida pelas famílias assentadas foi uma área da qual foi

deduzida a Área de Preservação Permanente (APP), sendo esta com um pouco mais de 902 hectares. Esta mesma de APP foi destinada à Reserva Legal a fim de seguir as orientações do Código Florestal Brasileiro. Outra área foi destinada à instalação e concernente ao patrimônio e constituição das vicinais do Assentamento.

Nesse sentido, excetuadas estas áreas o restante coube destinação à divisão no sistema de loteamento com atribuições individuais com lotes por família e, com média de 12,5 hectares cada um. Sistema que segundo o próprio relatório do INCRA (2008) atribui de “modelo tradicional de lotes ou parcelas”. Nesta forma da organização espacial do Assentamento os lotes individuais também constituem os chamados núcleos. Dessa forma, a divisão das unidades se deu em grupos que variam de 8 a 10 famílias em se localizando em parte distintas dentro do Assentamento, como é destacada em partes em cor branca dentro do mapa.

Figura 08: Mapa de distribuição dos lotes e da Área de Reserva Legal do Assentamento Luís Carlos Prestes



Fonte: Relatório de Viabilidade Ambiental-RVA/INCRA, 2008

Observa-se que o modelo de organização espacial do Assentamento a distribuição das unidades familiares se deu considerando os aspectos ambientais e geográficos. Em relação aos aspectos ambientais, a distribuição foi organizada considerando o conhecimento das famílias sobre a área, e as considerações técnicas do INCRA para aproveitamento de áreas degradadas, assim como para a preservação das áreas em recuperação, ou seja, as capoeiras.

Quanto ao aspecto geográfico, trata-se da organização política das famílias em virtude de que o debate interno se dava por meio de suas estruturas orgânicas pautada em coordenação de Núcleos de famílias assim descrito no quadro abaixo.

Quadro 03: Composição dos lotes e núcleos das unidades familiares no Assentamento

| | | |
|-----------------------------------|--------------------------------|---------------|
| NÚCLEO 02 | Lotes de 01 a 08 (08 famílias) | 69,0607 ha |
| NÚCLEO 05 | Lotes de 09 a 18(10 famílias) | 91,0195 ha |
| NÚCLEO 01 | Lotes de 19 a 27(09 famílias) | 80,6742 ha |
| NÚCLEO 03 | Lotes de 28 a 37(10 famílias) | 117,0304 ha |
| NÚCLEO 04 | Lotes de 38 a 47(10 famílias) | 91,0863 ha |
| ÁREA TOTAL DOS NÚCLEOS | | 447,8711 ha |
| Área total levantada e vistoriada | | 1.241,2990 ha |

Fonte: LAF, INCRA, 2008. Com reformulação para este trabalho

Ainda em relação ao aspecto e organização política das famílias, - de acordo com informações em caráter informal e de parte das famílias-, o planejamento elaborado para a distribuição dos lotes a partir da aproximação entre os mesmos organizados por agrupamentos de famílias. E assim compondo unidades maiores, o que proporcionaria organicidade comunitária pautada na vivência coletiva.

A proposta de tais dinâmicas comunitárias se encontra relacionada aos princípios organizativos do (MST). E este como sujeito político em torno do qual ocorreram as mobilizações dos agentes sociais que constitui o Acampamento e passaram a reivindicar a terra no território em 2007.

De acordo com informações, as parcelas foram distribuídas de acordo com sorteio prévio organizado pela coordenação do Acampamento. E para tanto, discutido e acordado com o INCRA, responsável pelos procedimentos formais e de regularização.

Do ponto de vista geográfico e da organização espacial das unidades familiares a ideia era de que a proximidade entre as unidades produtivas proporcionaria melhor organicidade e uma estratégia de sobrevivência e permanência no lugar. Bem como, a realização de trabalho em grupos e conforme costumava ocorrer em período em que se encontravam no Acampamento em 2007. E se efetivava até a partilha e distribuição dos lotes em 2009.

A experiência sugere que a nucleação aproximou as famílias dentro de um mesmo núcleo, porém a distância separou os diferentes núcleos, pois há uma distância de até 12 km entre um núcleo e outro. Essa distribuição alterou a dinâmica nas relações entre as pessoas nestes espaços e, por conseguinte as relações que costumavam estabelecer mais

proximamente e incluso as de reciprocidade. O que implica em alteração nas dinâmicas vivenciadas, em especial, por ocasião do Acampamento. E como destacam os assentados como Raimundo Lima e Raimundo Carvalho.

Nós começamos numa cooperação, mas eram só quatro companheiros. Foi muito bem nossa cooperação (no início). Mas aí foi o tempo que começou sair um *pro* lado, outro *pro* o outro. Aí nós desmanchamos a cooperação. Porque eram quatro, foram embora dois (...). Mas aí nós ainda vive lutando (...). Agora é só a família de casa mesmo. (LIMA, Raimundo Pereira de. 2017).

Só que as pessoas que eu combinava *pra* trabalhar coletivamente, nos separamos, ficou distante. (CARVALHO, Raimundo Ramos, 2017).

Estas questões como acima descritos, assinalam para as mudanças e interferência em certas práticas em que eram promovidas ações coletivas e com práticas de trabalho sugestivas e destaca a importância das trocas locais e para o trabalho em especial. Entretanto, embora significativas e capazes de influir na dinâmica não são suficientes para determinar inviabilidade dessas formas de trabalho entre os grupos, tendo em visto que para Smith, Mota e Souza (2017):

A ação coletiva visa a tentar resolver uma causa pontual e, para isso, não requer a existência anterior de uma união profunda, de uma confiança ou de um alinhamento ideológico entre os participantes. (...) a qual se constitui apenas a partir de uma ação conjunta, resultado de um engajamento voluntário de indivíduos (p. 05).

Assim novas dinâmicas e rearranjos também ocorrem de modo que apesar da distância entre os núcleos de famílias, permite internamente a configuração de novos vínculos de reciprocidade entre as famílias organizadas em um mesmo núcleo e para uma melhor organização na realização das práticas produtivas e na sociabilidade local. Dessa maneira os vínculos entre as famílias são de suma importância e para a organização interna e do trabalho, com a possibilidade de estabelecer as ações coletivas.

Com estas estratégias, e rearranjos percebe-se também que mesmo com a ausência de apoio, fruto de políticas governamentais e de parte do Estado, as famílias produzem e buscam criar as condições de permanência no campo. Assim ao enfrentarem as dificuldades relativas ao trabalho e produção, assim como compreendem também a necessidade da organização para o desenvolvimento do trabalho em grupo.

Essa organização para o trabalho em grupo embora não seja de forma generalizada no presente, elas são possibilitadas e tem como referência as experiências vivenciadas ainda no período de Acampamento. E quais são frequentemente relatadas e como forma de ressaltar a importância das práticas coletivas e trocas recíprocas para o desenvolvimento das práticas produtivas e em geral que garante a organização do Assentamento. E isto que se procura destacar neste trabalho enquanto experiência e enquanto importância na prática social do grupo.

Capítulo II

PRÁTICAS PRODUTIVAS, TRABALHO E RECIPROCIDADE NO PA LUÍS CARLOS PRESTES.

A hora dos ferreiros

*Homens (e mulheres) de terra e relâmpago!
Convertei em fuzis vossos arados,
Armai com farpas e pontas
A paz de vossas espigas!*
(Caderno poesias da terra, MST)

Práticas produtivas, trabalho e reciprocidade no Assentamento Luís Carlos Prestes

Este capítulo tem por objetivo apresentar e discutir sobre as práticas produtivas e as experiências de trabalho nela realizados e com foco em compreender as relações de reciprocidade estabelecidas entre as famílias para a produção. Para melhor entender essa questão se faz necessário descrever as principais atividades produtivas. E também como elas vêm sendo desenvolvidas e quais as mudanças ocorridas no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes mediante a relação com a natureza, no passado e no presente. E dessa maneira tecer a compreensão dessa questão atenta para as categoriais conceituais e da realidade as práticas sociais na relação com a natureza e com as relações de trocas e para o trabalho.

No que se refere á produção é possível considerar dois momentos, um deles, constitui o período do Acampamento. Em que apesar das limitações relativas à infraestrutura é possível atribuir que naquele período de acampamento (2007, 2008) as famílias se organizavam a partir de trabalhos em grupos, expressando a reciprocidade como estratégia de territorialização das famílias acampadas.

E que a partir dessa dinâmica de trabalho obtiveram consideráveis avanços na produção. Onde as práticas produtivas determinantes para a manutenção do grupo eram por meio do cultivo de mandioca, milho e feijão. Com a produção voltada a atender as necessidades e superação de contingente socioeconômico, e seja, produzir para o consumo interno e familiar dos acampados.

Outro momento que marca a forma de organização e desenvolvimento das práticas produtivas se dá com o processo de estruturação do Assentamento e com a realização a partir da partilha da terra em 2009. Nesse sentido, as famílias dessa feita , assentadas têm sua organização focada mais nas unidades familiares produzindo autonomamente, e não tanto

pautada nas relações com outras unidades familiares, como fizeram antes do assentamento ser "instalado" ou legitimado.

A partir desse período seguiram as práticas com cultivos em pequenas proporções como declara o assentado Raimundo Carvalho de 64 anos, dirigente da Assembleia de Deus. Ele ressalta as práticas da sua unidade familiar e do Assentamento. Em que tem destaque cultivos de roças e hortaliças, além das criações, produção de artesanatos, entre outros.

(...) Tem os trabalhos com mandioca, feijão, milho, outros trabalham com hortaliças, outros trabalham com criações e assim por diante. Outras trabalham com artesanatos.. E aí tem vários tipos de trabalho. (RAMOS, Raimundo Carvalho, 2017).

Assim, um importante aspecto que reflete na narrativa do assentado Raimundo carvalho reflete no que caracteriza o campesinato em suas múltiplas expressões identitárias- a diversidade produtiva e o trabalho familiar. Estas, por sua vez, são formas de territorialização ancestrais e que ainda hoje se encontram em pleno funcionamento, apesar de haver debates seculares sobre o fim do campesinato.

E na atualidade a maioria das famílias tem da mesma maneira baseada nos cultivos de mandioca, feijão, milho e hortaliças e também criações como a piscicultura e aves voltadas para o consumo familiar e interno, conforme relata o assentado Carlos Nunes a seguir.

É disso que a gente está sobrevivendo. Do que a gente produz do lote. (...) assim que a gente chegou pra cá a nossa produção era só mesmo mandioca.. feijão, né? Agora a gente já está produzindo assim não pra vender, mas para o consumo da gente, a gente já produz açaí que é da *nossa planta* mesmo. O peixe também a gente já ... só pro consumo , mas a nossa expectativa e que a gente amplie mais pra poder melhorar mais a situação *do brasileiro* né? (NUNES, Carlos, 2017).

Após a estruturação do assentamento, percebem-se mudanças significativas em relação atividades produtivas. Assim, a narrativa do senhor Carlos Nunes trás esclarecimentos importantes quando declara a diversificação da produção, com acréscimo da atividade de piscicultura, de plantio de açaizeiros, distinguindo as mudanças em relação ao período de Acampamento. Nesse período a produção se resumia apenas os cultivos sazonais e destinados para as necessidades mais imediatas, enquanto que já no período de 2017, essas atividades estão voltadas tanto para as necessidades imediatas, mas, também para a reprodução de vida e permanência no campo. E dessa feita, já ocorre um diversificação da produção, inclusive com o cultivo de espécies perenes como o açaizeiro e com que é possível atender as necessidades

mais imediatas e básicas, embora de tudo não seja suficiente para constituir renda estável de modo mais permanente citado pelo entrevistado.

Não obstante as diferentes atividades desenvolvidas, todas as atividades são fundamentais para garantir a existência durante o ano, no entanto a que tem grande importância como fonte de renda para a maioria das famílias do Assentamento ainda é gerada a partir da produção de farinha de mandioca, como se observa em campo. E, conforme dados de pesquisa do *Diagnóstico do Projeto de Assentamento* “o plantio de mandioca é a principal atividade dos agricultores, despontando em relação às demais culturas trabalhadas” (EMATER, PDA, p. 70). Além do cultivo de milho, feijão, espécies frutíferas e as criações das práticas produtivas do Assentamento, conforme indicado da seguinte maneira:

Milho 25% e feijão 8% não geram renda direta; (...) O cultivo de espécies frutíferas. (...) caju (*Anacardium occidentale*), açaí (*Euterpe oleracea*), goiaba (*Psidium guajava* L.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) e citros (*Citrus aurantium*) (...) Há isoladas criações artesanais de pequenos animais (aves, suínos e peixes) que se destinam ao consumo familiar, porém ainda é insuficiente para suprimento proteico da cadeia alimentar., PDA, EMATER, 2013, p.65)

Embora estas práticas produtivas venham sendo realizadas, de acordo com o diagnóstico apresentado pelos serviços de ATER no Assentamento, todavia, apresenta um fator condicionante bastante relevante relacionado à baixa renda das famílias. E como é ressaltado Diagnóstico do Projeto de Assentamento da seguinte maneira:

Os produtos gerados na Unidade Familiar são destinados a atravessadores, já que os agricultores não dispõem de transporte particular e não há veículos de frete para deslocar a mercadoria. (PDA, EMATER, 2013, p. 66)

Na questão dos atravessadores a falta de alternativa e as inconstâncias econômicas levam algumas famílias a recorrerem à figura desses intermediários. E que acabam encontrando nos limites do Assentamento um potencial por meio do controle da compra da produção agrícola.

Neste sentido o diagnóstico converge no mesmo argumento com os relatos das pessoas entrevistadas, e no que se referem algumas condições com implicações na dimensão econômica da vida no Assentamento e a capacidade de renda advinda da produção agrícola das unidades familiares. Uma dessas dificuldades compreende as condições necessárias para a comercialização e a relação com atravessadores.

De acordo com a assentada Antônia Nascimento, a situação de controle e dependência para com os atravessadores se dá principalmente em função das condições de infraestrutura do

Assentamento e relativas ao transporte. As famílias não atendidas com regularidade e o que se tem se deve ao transporte dos alunos da comunidade, oferecido pela Secretária de Educação.

Mas também era nossas estradas. Não tem, né? É por causa das crianças. Agora que melhorou. Mas por causa desse transporte. [que somente neste período a SEMED regularizou o transporte escolar com ônibus adequado] Nós não temos uma estrada que preste. (NASCIMENTO, Antônia Marinalva Conceição, 2017).

Para o senhor Raimundo Pantoja algumas questões poderiam contribuir para a superação dessas dificuldades econômicas referentes à produção e à renda das famílias do Assentamento, quais sejam, a oferta da produção em feiras livres, a organização de cooperativas, acesso a créditos, como argumenta:

Se tivesse uma feira. A cooperativa, né. Sobre o trabalho, se fosse cooperado era mais fácil. Concessão de créditos. Acho que era uma forma melhor do que individual. (PANTOJA, Raimundo Haroldo, 2017)

Narrativas como estas sugerem a preocupação e demanda dos Assentados diante da realidade local e de conhecimento das famílias. E suas perspectivas visando à promoção de condições de realização das práticas produtivas e com vista a permanência no campo, como questões de interesse.

Além das práticas produtivas já mencionadas, a exemplo das roças, e das pequenas criações tem surgido como estratégia e intuído de geração de renda a criação de gado leiteiro. A bovinocultura de leite se apresenta nos últimos e entre 2015 e 2018 após desenvolvimento de atividades dos serviços de ATER. E esta atividade já alcança um número de 15 famílias, que significa 31, 9% dos Assentados. E sugere para as mudanças na relação com o espaço e as práticas produtivas empreendidas pelo grupo.

Mas, embora as mudanças e a introdução da criação de gado e considerado os apontamentos das práticas produtivas desenvolvidas, percebe-se que as famílias em sua maioria ainda têm sua base de produção assentada na produção agrícola com cultivos de mandioca para produção de farinha e de milho e feijão. Produção esta voltada ao sustento da família, ainda que apresente dificuldades, também implica na garantia da reprodução social.

De modo que, apesar das dificuldades as famílias vêm constituindo práticas produtivas com iniciativas significativas em relação a diversificação na produção apresentando enormes possibilidades para superação destas dificuldades econômicas e criando condições de vida e permanência no campo.

Práticas socioecológicas, produção e relações de reciprocidade no trabalho presentes no PA Luís Carlos Prestes

O objetivo deste tópico é identificar as formas de trabalho presentes no Assentamento Luís Carlos Prestes e implicadas no manejo dos agroecossistemas locais. E analisar os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais decorrentes das práticas produtivas desenvolvidas na comunidade. E além disso, considerar as mudanças nas práticas e produção para entender a dinâmica local. Como foi apontado, o Assentamento foi estabelecido em antiga área de fazenda, o que impôs forte modificação ao ambiente natural. Assim, para transformar o ecossistema local em fazenda, os latifundiários suprimiram a vegetação natural e a substituíram por pastagens para a criação bovina.

Com esse tipo de uso e exploração do solo e a constituição de uma vegetação uniforme impõe uma degradação sistêmica e que afeta o processo de ciclagem dos nutrientes. E que tende para a exaustão dos nutrientes presentes no solo. E que resulta em geral no abandono dessas áreas de pastagens, em que passam a predominar enquanto cobertura vegetal a espécie *Brachiaria* e ervas invasoras do tipo *malícia*.

De acordo com informações em caráter informal de parte dos agricultores durante a pesquisa de campo, esse tipo de erva invasora se desenvolve em solos com Ph caracterizado pela presença de acidez. E é nesse agroecossistema impactado por anos de impactos e degradação em face à grande pressão intensiva da criação de gado que posteriormente se tornou a área do Assentamento e dos estabelecimentos das unidades familiares.

Desse modo, esse ambiente modificado e degradado implica em desafios enormes e dificuldades no manejo e práticas produtivas desenvolvidas que buscam implantar no Assentamento. E sobressaem nos relatos as dificuldades, sobretudo, que impõe realizar as atividades de roças em áreas de antigas pastagens conforme relato da assentada Maria de Nazaré.

Tá bom, aí eu tô aí. Já tô ficando velha, mas ainda dô conta de ..., *fuçando* em tronco de capim inda dô conta ainda. (NASCIMENTO, Maria de Nazaré, 2014)

Com as unidades familiares composta de vegetação em destaque para a presença de capim da espécie *Brachiaria* e outras ervas que avançam sobre os cultivos e como ressalta o agricultor Rosivaldo Freitas.

[...] aí minha roça entrou no mato, o capim, que é só capim, aí o capim tomou de conta, aí, quando eu voltei não dei mais conta dela. (FREITAS, Rosivaldo, 2014)

Para a assentada Marlene Moreira, diante de dificuldades inerentes para o manejo em solos com essas características requer apoio de mecanização para que se possibilite avançar no processo produtivo.

(...) a gente não faz mais é como eu tô dizendo, a gente não consegue é ... se prolongar' muito na agricultura por conta da dificuldades - as máquinas - que a gente não tem condições de arrancar capim muito com a mão , né? (FARIAS, Marlene Moreira, 2014)

Os relatos e a figura 9, de uma das áreas do Assentamento são indicativos da situação e de antigas áreas de pastagens. Elas impõem dificuldades a práticas produtivas pelas condições na cobertura vegetal que disputa de forma intensa com os cultivos. E como destacados na experiência dos Assentados entrevistados.

Figura 9: Área de antigas pastagens e utilizadas pelos assentados com o solo coberto da espécie braquiária



Fonte: Arquivo MST, 2009

Segundo dados de estudos realizados pela ATER/EMATER, os tipos de solo encontrados no Assentamento Luís Carlos Preses variam entre os seguintes:

Latossolo: classe de solos espessos com baixo gradiente textural entre os horizontes A e B, baixa CTC, baixos ou nulos teores de minerais primários de fácil intemperização, baixo índice, critérios segundo Camargo et al (1987) e EMBRAPA (1999). Corresponde a ordem dos Oxisols do sistema americano (Soil Taxonomy).

Latossolos Amarelos: são solos constituídos predominantemente por material mineral, apresentando horizonte B latossólico imediatamente abaixo de qualquer tipo de horizonte A, dentro de 200 cm da superfície do solo ou dentro de 300 cm, se o horizonte A apresentar mais que 150 cm de espessura. São solos em geral profundos, velhos, bem drenados, baixo teor de silte, baixo teor de materiais facilmente intemperizáveis, homogêneos, estrutura granular, sempre ácidos, nunca hidromórficos.

Distróficos: porque apresentam saturação por bases inferior a 50%. Este tipo de solo constitui 100% da área do Assentamento. (PDA, EMATER, 2013, p. 38)

De acordo com as características físicas descritas no diagnóstico da EMATER 2013, a acidez do solo implica em dificuldades ao desenvolvimento das plantas, trazendo limitações relacionadas ao fator de produtividade. E também na percepção dos assentados há a necessidade de se melhorar as condições do solo para o plantio.

No Assentamento se apresenta solos de variação e composição distintas, inclusive, em um mesmo subsistema², implica em desafios para o conhecimento dessas variações e das ações que possam de certo modo contornar as dificuldades para o uso do solo. E quais os agricultores Assentados demandam, por diversas vezes, e como destacou Raimundo Carvalho.

Do sistema produtivo aqui do lote eu preciso muito de uma análise de solo; inclusive eu conversei com uma técnica do Florianativa³ e eles me prometeram uma vistoria sobre tanque de piscicultura mas eu não tô em RB (Relação de Beneficiário), eles não me procuraram pra fazer essa vistoria, e aí tá tudo parado. (...) Eu não tô sendo atendida com análise de solo, que eu tenho muita precisão, né? Não tem serventia de nada. Tem serventia sim, por exemplo, eu fazer esses cursos e depois minha condição financeira der pra “mim” mexer eu mesmo por minha conta (...), mas se a condição não der pra “mim”, aí é perda de tempo. (CARVALHO, Raimundo, 2015).

Além disso, os serviços de ATER ofertados também não dão conta de uma formação e serviços no sentido de proporcionar conhecimentos e recursos técnicos de acordo com a

2 Segundo Gliessman (2011/12), *agroecossistema* deve estar pautado na interrelação entre o solo, a água, as matas, os animais sem nos desvincular como parte dos sistemas de produção, ou seja, trata-se de um ecossistema modificado para a produção de alimentos. Um subsistema é uma parte de determinada atividade produtiva dentro desse agroecossistema.

3 Empresa prestadora de serviço de ATER no PA pesquisado

demanda e efetividade no manejo das práticas locais em condições de possibilitar a conhecimentos necessários e efetividade na produção desenvolvida.

As políticas públicas e de assistência técnicas não têm, adequadamente, possibilitado um estudo sistemático e do solo e desenvolvido condições técnicas e de manejo que possibilite o seu melhoramento. Assim sendo, os serviços de ATER por maior esforço que façam, não acumulam em sua formação os conhecimentos e ações ecológicas pautadas em alternativas que incluam e incentive efetivamente no Assentamento práticas de compostagem, instalação de minhocários, o cultivo de espécie de leguminosas enquanto adubação verde e rotação de culturas.

Nesse sentido, que conseqüentemente permita melhor aproveitamento e mesmo possibilidades para diversificação da produção, considerando as especificidades e interesse das famílias. Pois, ocorre que nessas condições há pessoas que passam pelas formações, mas não se identificam ou veem viabilidade pela ausência de meios de concretizarem as ações, como frisou a assentada Francisca Paixão.

(...) Mas os cursos que eu fiz eu não vi nada, porque a gente não tem condições de fazer só com a nossa vontade, força e coragem, não tem? Se não tiver um benefício do governo a gente não vai pra frente. Eles tão dando essas palestras aí e ninguém tá vendo resultado de nada. A gente sai daqui a 1 hora da tarde e chega as 6 horas da tarde, pra quê? Só pra dizer que eles vieram fazer um curso e receber o dinheiro deles e pronto. E os assentados ficam na mesma condição que tá? (PAIXÃO, Francisca da, 2015)

Em relação ao manejo dos agroecossistemas locais, as técnicas empregadas para a realização das práticas produtivas de cultivos de roça, por vezes, se procede através de uso de trator utilizado para aração. Mas em geral, a aração ocorre apenas pontualmente, a antecedida de corte e queima. Estas últimas sendo a maneira mais frequente de preparo do solo e trato através da capinação, que são feitos manualmente pelos membros da unidade familiar. E como apontam os Assentado e o estudo a seguir:

... Os agricultores fazem uso do fogo e da capina o que demanda grandes esforços no preparo de área e limita a expansão do cultivo, além de exaurir o solo impossibilitando o plantio consecutivo da cultura na mesma área. Não realizado adubação e nenhuma tecnologia de processo é aplicada resultando em baixa produção e produtividade do roçado. INCRA, PDA. 2013 p. 65

Figura. 10: Área de roça recém-implantada e realizada em sistema de corte e queima



Fonte: Arquivo MST, 2011

Assim, no que se refere aos aspectos ecológicos predominantes nas unidades de familiares, e acerca dos recursos e técnicas empregadas em relação ao manejo os aspectos destacados demandam as estratégias das famílias para o uso do solo. E, isto é, com destaque para o fato de o Assentamento ter o seu extrato vegetal predominantemente composto pela espécie braquiária.

Outra questão decorrente dessa questão está no fato que pela presença dessa cobertura que, sobretudo, incide nas unidades de produção familiar tem direcionado alguns grupos a se voltarem ou incluírem nas práticas produtivas a atividade de bovinocultura. Assim, em virtude dessas condições ecológicas, as atividades de bovinocultura torna-se importante alternativa de produção de renda para famílias de Assentados.

E este fato passa a ser considerado pelo caráter da viabilidade econômica e como uma atividade capaz de possibilitar aporte na geração de renda através da comercialização do leite e seus derivados, tais como o queijo, ainda que em pequena quantidade.

Ademais, necessário considerar também a renda não monetária que é constituída a partir da produção de leite inserida na alimentação do grupo familiar. Além disso, é possível ainda apontar as interações possíveis no agroecossistema com a fertilização do solo com o esterco depositado e por meio da introdução de nitrogênio. E o fato que essas práticas

constituídas e configuradas em experiências socioculturais são perpassadas de processos de aprendizagem e vivenciadas e socializadas entre os grupos geracionais com os pais e filhos.

Figura 11: Criação de gado leiteiro por agricultor no Assentamento Luís Carlos Prestes



Fonte: Arquivo pessoal família Nunes Souza

A família do agricultor Carlos Nunes destaca as possibilidades de diversificação da produção e a introdução de práticas distintas. Prática como piscicultura, bovinocultura, hortaliças adotada por parte de algumas famílias enquanto estratégias às condições de permanência no campo.

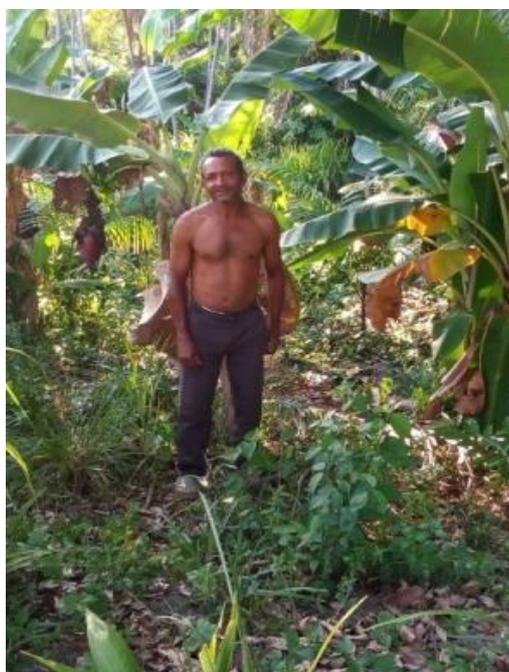
Figura 12: Atividades produtivas com hortas no Assentamento Luís Carlos Prestes



Fonte: dados de pesquisa de campo

Além do desenvolvimento dessas atividades, há as experiências com implantação de pequeno Sistema Agroflorestal-SAF, a exemplo dessa atividade desenvolvida também pela família do senhor Francis Herizon como retrata a imagem abaixo. Atividades estas que correspondem aos exercícios de formação em atividades práticas vivenciados por meio da formação ofertada pelos serviços de ATER em Unidades demonstrativas e que por conseguinte, reverberam nas unidades familiares.

Imagem 13: Experiência de Sistema Agroflorestal-SAF desenvolvido no Assentamento



Fonte: Pesquisa de Campo no Assentamento, 2017

No que se refere à força de trabalho empregada no desenvolvimento das práticas no SAF da família do senhor Francisco Herizon, cabe destacar que todas as atividades contam com a participação dos membros da unidade familiar. Assim sendo, envolve os pais e mais dois jovens. Ademais, disso também realizam em sistema de trocas de diárias, com rodízio entre os vizinhos.

Nessa experiência, essas iniciativas favorecem as condições de o pai poder sair em determinados períodos do ano para trabalhar fora do estado, como é o caso do senhor Carlos Nunes, a fim de agregar renda à unidade familiar, atividade esta que se torna importante estratégia de reprodução. O que possibilita investimentos extras na produção, a exemplo da

aquisição de bovino e contratação de máquinas empregadas no preparo de áreas com a construção de tanques para a piscicultura.

Em se tratando da força de trabalho empregada na produção é importante chamar atenção para as experiências de ação coletiva e como se encontram presentes ou carecem nas relações sociais no Assentamento o que é possível um registro através do acompanhamento e descrição das atividades desenvolvidas pelas unidades familiares e de produção.

É possível observar que as experiências das práticas de ação coletiva vivenciadas no Assentamento Luís Carlos Prestes seguem dois momentos e como foi brevemente mencionado. Sendo, o primeiro momento consiste nos mutirões organizados durante o período do Acampamento que compreende os anos entre 2007 e 2008. Esses mutirões eram realizados de forma a superarem as dificuldades mais urgentes, mas também com o objetivo de se consolidarem posteriormente, em face da constituição do Assentamento.

Com o processo de reconhecimento e instituição do Assentamento ocorrida em 2009 os mutirões são designados pelas famílias com o termo “trabalho coletivo” para se referir ao trabalho em grupo, ou seja, aos mutirões. Esse “trabalho coletivo” trate-se de categoria local, categoria etnográfica ou "categorias êmicas" , no sentido mais antropológico do termo.

Com isso, percebe-se que de certa forma o termo “trabalho coletivo” configurados nos mutirões do acampamento sugere que estão relacionados à categoria de “ação coletiva”, embora que se trate de ações coletivas de caráter mais pontual do que sistêmico. Dessa forma compreendem o conceito de ação coletiva de Schmitz, Mota e Sousa (2017 p. 5), visto que para esses autores, a ação coletiva “pode ser compreendida como o esforço de um conjunto de pessoas para atingir um objetivo comum”. Neste caso o objetivo a ser atingido refere-se às necessidades individuais da família atendida pelo conjunto de pessoas que lhes prestaram solidariedade, ou seja, não compreende o objetivo mais sistêmico de atingir o conjunto da comunidade. Isto, porque essas práticas também passavam por orientações pedagógicas inseridas nas diretrizes e princípios seguidos pelo MST. E que, compreendem o caráter de educação não formal, e parte dos processos formativos do movimento.

Embora isso e considerando as diversas modalidades de trabalho em grupo que se apresentam no campo e especificamente se tratando do Assentamento Luís Carlos Prestes, este trabalho procurar levantar e conhecer as experiências e categorizações a partir dos registros etnográficos e em base as informações oferecidas pelas famílias do Assentamento e em diálogo com a literatura adotada.

A partir da vivência e das observações das práticas e sociabilidade local e mediante as ações de pesquisa, percebe-se que entre as práticas de trabalho coletivo se destacam os

mutirões. E que estes se fazem presentes no Assentamento em suas formas distintas a depender do objetivo a que está voltado.

Assim se encontram os mutirões frequentemente realizados pelas Igrejas (evangélicas ou católicas), e estes tipos citados tendem a ocorrer com maior frequência em comparação aos mutirões empreendidos para o trabalho nas unidades familiares entre as pessoas do Assentamento com vista ao desenvolvimento das práticas produtivas dos grupos locais. Entretanto, ela teve maior peso no passado e imbuída do caráter de reciprocidade. E que de acordo com entrevistados tem se tornado menos frequente na realização dos trabalhos.

Na comunidade geral a maioria é individual... As pessoas trabalham individual. Cada um acha que ali sozinho ele vai conseguir. Que a gente vê que ele não avança (.....). Mas a gente já fez essa tentativa várias vezes. A gente conversa, a gente cutuca, mas algumas famílias acham que não. Porque trabalhavam sozinhas antes de virem pra cá. Então acha melhor nem convidar. (FARIAS, Marlene Moreira, 2017)

Para o assentado Raimundo Carvalho, existem mutirões para o trabalho produtivo, porém, estes são realizados de forma pontual e de acordo com as necessidades que surgem. O que significa que ainda são feitos, porém, em menor proporção considerando as práticas do período do Acampamento e início do Assentamento.

Tem o pessoal que trabalha familiar, coletivo. A gente trabalha coletivo. Mas não é assim, geralmente, é aqui, acolá. A gente precisa uns dos outros e se une e faz aquele trabalho (...). Tem esse tipo de ajuda. Um se aperreia, vai com o outro, o outro ajuda. Aí tem trocas de dias. (RAMOS, Raimundo Carvalho, 2017)

Essa redução nas práticas de ação coletiva entre a maioria das famílias não inviabiliza a produção, porém sugere ser fator importante no que se refere aos fatores de produtividade tendo em vista a baixa renda oriunda das atividades produtivas, dificultando as condições econômica e social.

Entretanto, no seu conjunto e como se nota e pelas narrativas os mutirões presentes nas práticas socioculturais do Assentamento e, sejam, tanto os desenvolvidos pelas Igrejas, quanto pelas unidades familiares e produção se referem à ação coletiva, contudo, o que as distingue é sua objetividade, seja para beneficiar uma família em caráter pontual ou o coletivo institucionalizado da igreja.

Em se tratando de categoria e em relação à ação coletiva, as pessoas entrevistadas também se referem à mesma como cooperação, reconhecendo sua importância no sentido de

superarem as dificuldades inerentes do trabalho na lavoura, como aponta o assentado Raimundo Carvalho.

É importante a cooperação por que a gente cooperando um com o outro, o trabalho se torna maneiro. (...) Eu achava que talvez houvesse melhoria nisso aí. (...) Então um tipo de cooperação... Se combinassem... Mas é um tipo de coisa que eu acho que dá resultado. (RAMOS, Raimundo Carvalho, 2017)

Neste sentido, ou seja, a depender da objetividade, e de acordo com Benzaquen (2006), percebe-se que os trabalhos coletivos configurados em mutirões entre as famílias para o trabalho e produção não dialogam com conceito definidos como cooperação, visto que para a autora “**cooperação** é uma forma de interação social, na qual os indivíduos se empenham na obtenção de um fim coletivo e comum”, ou seja, esta “interação social” está mais centralizada no núcleo religioso, enquanto que os mutirões desenvolvidos no âmbito do trabalho produtivo são de uma realidade comum mais da família atendida pelo grupo.

Portanto, no que se refere às experiências vivenciadas tanto para o aspecto da produção agrícola chamado pelas famílias assentadas de “trabalho coletivo” ou de cooperação, para fins conceituais utilizaremos o termo “ação coletiva” que de acordo com Schmitz, Mota e Sousa (2017. p. 5).

Podemos identificar ações coletivas que são resultado de uma mobilização espontânea ou seguem regras consuetudinárias, sem dispor de um centro de decisão ou de uma fonte visível de iniciativa, e outras que precisam mais do poder como força estruturante (Crozier; Friedberg, 1977).

Enquanto que para o termo cooperação, embora também considerado pelas familiares enquanto trabalho em grupo para fins de produção agrícola, vamos considera-lo de acordo com Benzaquen (2006) para as atividades coletivas da igreja visto que referem-se um grupo com fins “coletivo comum”, ou seja, o coletivo institucionalizado.

Nos casos que os trabalhos de mutirões relativos á produção agrícola se tornam mais escassos e quando perguntados se conseguem produzir para viver do lote de forma individual fica evidentes que outras estratégias tornam se busca como meio de superar os desafios e dificuldades e emprego do trabalho necessário no desenvolvimento das práticas produtivas. O senhor Raimundo Pantoja, por exemplo, indicou que como alternativa contrata, sempre que possível, o trabalho através de pagamento de diárias. Fato que também foi identificado pelos levantamentos para o Diagnóstico do Projeto de Assentamento (INCRA, PDA, 2013), como se ver a seguir.

Sempre a gente paga diárias para a pessoa (contratada) ajudar (...) Têm alguns que trabalham em coletivo ainda. Mas a, maioria é assim também em diárias. (PANTOJA, Raimundo Haroldo, 2017)

As atividades no lote são realizadas de forma individual envolvendo apenas os membros da família e em raras ocasiões é contratado o trabalho de diarista rural para o plantio ou colheita. (Diagnóstico do projeto de assentamento INCRA, PDA p. 65)

Embora se utilize a contratação de diárias para o trabalho, prática essa adotada pelas famílias para superar aos desafios e dificuldades, o senhor Carlos Nunes diz haver uma combinação para o trabalho. Assim buscando alternativa na “generosidade recíproca que a educação ensina” como discute Marcel Mauss (2003, p. 314). E, seja, o trabalho baseado na troca de diárias de serviços.

Eu acredito que qualquer família também consegue. Mas aí a gente troca essa diária aí que é para justamente não acarretar muito demais o serviço assim só numa família, até para o serviço ficar mais animado. A gente vai conversando e trocando de experiência com o outro que faz alguma coisa, aí fica melhor. (NUNES, Carlos, 2018).

Em relação às diárias mencionadas nas narrativas acima, e no caso do assentado Raimundo Pantoja, as diárias têm duas funções, A primeira delas refere-se á geração de ingresso de renda para contratado, fato comum dentro do assentamento. A outra questão refere-se ao complemento de mão de obra necessária ao trabalho produtivo. Portanto, neste tipo não há relação de trabalho enquanto permuta, o que sugere se distanciar da dádiva camponesa. Essa relação de contrato de diária aponta para a ausência de iniciativa para ação coletiva nesta unidade familiar de produção.

Para as relações de troca ocorridas na unidade de produção familiar do assentado Carlos Nunes, esta relação se manifesta em reciprocidade defendida por Mauss, ou seja, dar apoio á família para complementar a sua força de trabalho. Nesse sentido, as distintas relações de diárias para completo de mão de obra, sugere refletir quanto ao nível de sociabilidade entre as famílias.

Com tudo isso, as iniciativas de ação coletiva presentes no assentamento sejam de forma espontânea como o trabalho coletivo, ou de caráter institucionalizado como os mutirões da igreja, referem- ao princípio da dádiva de Mauss (2003). O autor caracteriza esse principio através dos atos de dar, receber e retribuir e como exemplo a troca de diária como narrado pelo agricultor Carlos Nunes. Nesse sentido, as diversas formas de ação coletiva manifestas

no assentamento implicam positivamente em relações pessoais de reciprocidade. Com isso, “(...) essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias (...), ou seja, espontânea para o trabalho coletivo e voluntária mas com caráter obrigatório pela institucionalidade religiosa

Entretanto, ainda que haja uma diversidade de formas de trabalho apontadas por meio das narrativas, compreende-se que a superação dos desafios e dificuldades para as atividades agrícolas têm em boa parte relação com a disponibilidade de força de trabalho. A disponibilidade de força de trabalho necessário está vinculada ao número de pessoas da unidade familiar mobilizada pela relação de reciprocidade entre estas. A esta questão, o assentado Valderí Souza descreve como se dá o trabalho na família e argumenta das dificuldades.

Trabalhamos eu e minha esposa, que nós somos só nós dois. Eu tenho um filho aí, mas ele trabalha pra ele. (...) É muita dificuldade mesmo. A gente tem que ter um maquinário para ajudar a gente. Que isso não existe por aqui. Então ó nós temos que trabalhar é no braço mesmo, eu mais ela. Então é muita dificuldade mesmo só para nós dois. A convivência aqui não é fácil. (SOUZA, Valderí Januário de. 2018).

Na narrativa a dificuldade da força de mão de obra para o trabalho e relacionado com a ausência de apoio tecnológico por meio de trabalho mecanizado na limpeza da área.

Isso se tece com outras demandas e necessidades que poderiam contribuir na melhoria das práticas produtivas, o reparo do solo através da calagem. E a aquisição de outros insumos, como fertilizante, á base de NPK, ureia, assim como as sementes e mudas diversas de plantas. Estes aportes e com vista às necessidades com resultados mais imediatos, são necessários tanto quanto a obtenção de conhecimento em técnicas agroecológicas voltadas ao manejo que favoreça melhores condições do solo. Que possibilite à ciclagem de nutrientes por meio de SAFs, de compostagens, de minhocários almejando resultados positivos em médio e longo prazo, ou seja, alternativas de suma importância para o modo de vida no Assentamento.

E além das ações externas, os conhecimentos agroecológicos e técnicas adequadas emergem da formação por meio da socialização de saberes entre as famílias. E esta questão deixa evidente a necessidade de as famílias perceberem a importância das atuações internas e a exemplo, o fortalecimento da participação em ações coletivas que tem se mostrado de fundamental importância. Isso permite maior autonomia e incluso em relação às políticas do

Estado, e uma vez que as mesmas tendem a ser configuradas pelos impasses e até inacessíveis.

Todas estas questões relativas às dificuldades presentes nas relações de trabalho e produção no Assentamento Luís Carlos Prestes sugerem repercutir diretamente nas condições de renda e nas condições de reprodução das unidades familiares e local.

Outra forma de complementar o ingresso de renda por parte significativa dos agricultores do Assentamento e como alternativa para melhorar a renda diante de dificuldades, se dá mediante prestação de serviços como diaristas como relata o assentado Rosivaldo Freitas em atividades dentro e fora do assentamento. Fato este que reflete instabilidade econômica e se prolonga, tendo em vista os registros das narrativas como a do assentado Rosivaldo Freitas que consta do ano de 2014, por ocasião de pesquisa Socioeducacional I cuja tema se trata de narrativa de história local.

Nós *tamo tentado* fazer alguma coisa no terreno e hoje em dia agente plantou uma roça, nosso chão não é um chão mesmo fértil, mas aí teve também uma coisa que o eu precisei sair *pra* ganhar umas diárias, aqui *mermo* (...). (FREITAS, Rosivaldo. 28 anos, 2014).

Posterior a isso, já no ano de 2017, em pesquisa Socioeducacional-VI o tema referindo-se às distintas concepções de trabalho trazem dados para alternativa de complemento de renda por meio de atividades relativas à renda não-agrícola como o comércio de produtos como cosméticos e confecções, e para além destes, há o comércio de açaí, queijo, leite, hortaliças, peixes (renda agrícola) dentro e fora do Assentamento.

A gente já tirou produtos da roça. Já plantou [cultivou] mandioca. Já foi plantado feijão, milho, melancia, que ele [o companheiro] já plantou também bastante. Graças a Deus a gente vende bastante. Este ano que ninguém não plantou. Agora agente tá mexendo com negócio de açaí. Ele [o companheiro] compra e vai vender, vai vendendo. (NASCIMENTO, Antônia Marinalva Conceição, 2017).

Outra fonte de renda de que dependem algumas famílias são os benefícios sociais oriundos do governo federal. E que de certa forma também indica a instabilidade econômica nas unidades de produção familiar quando acabam tendo estes recursos como quase a única fonte de sustento do grupo familiar, fato registrado em diagnóstico da EMATER no ano de 2013, mas que se estende até a atualidade, seja 2017, fato registrado por ocasião desta pesquisa Socioeducacional VI referente às distintas concepções de trabalho. E dos quais como é informado a seguir:

Na faixa de 43%, estão os beneficiários que recebem um salário mínimo, onde 7% são assalariados, 28% aposentados e pensionistas e 8% recebem benefícios de saúde. Destes, a renda acaba servindo de suporte para demais parentes como filhos adultos e netos. EMATER, PDA, 2013, p. 64

(...) É meio devagar. Porque se for viver só da aposentadoria também não dá. Se for viver só da roça também não dá. O problema é ai né? Que o salário você sabe. É aquele pouquinho. Não dá pra nada. Então a gente vive por que Deus é bom, né? Só dá mesmo pra comprar os remédios. O problema é aí, né? (SOUZA, Valderí Januário de. 2018).

Dito isso, e os apontamentos até aqui, vale reiterar que a produção das famílias, embora diversificada, a fonte de renda agrícola é baseada na produção de farinha de mandioca, produção destinada também ao consumo familiar.

De outra parte, o que se deve às condições das estradas do Assentamento que limita o acesso ao mercado e comercialização fora da comunidade e na região. A dificuldade no escoamento da produção tanto se torna onerosa como faz algumas famílias se tornarem reféns de atravessadores. E que ao receberem recursos adiantados para suprirem as necessidades básicas, se tornam obrigadas a vender a produção de acordo com as condições definidas pelos atravessadores.

Isso tudo, como mencionado influi para que um número significativo de agricultores busquem alternativas de renda ou dependam das políticas assistenciais governo federal para permanecerem no Assentamento.

As dificuldades relativas às políticas de acesso créditos, a escassez na força de trabalho, e da realização do trabalho em grupo como contraprestações recíprocas, sem dúvida afeta a comunidade. Ademais, as melhorias nas práticas e sem dúvida estão atreladas as condições de permanência das famílias no campo. Pois tem se mostrado expressivo o percentual de transferência de lotes e, destacadamente, entre os anos de 2009 a 2017. E conforme indica o quadro 4.

Quadro 4: Dados dos números de transferência de lotes entre 2009 e 2017

| | | |
|--------|--------------------------------------|-------------|
| 47 | Nº de lotes do PA | 100% |
| | Nº de transferências de lotes | |
| Causas | 15 vendas | 31,4 |
| | 5 desistências | 9,40 |
| | 3 óbitos | 7,5 |
| | Total: 23 | 48,3 |

Fonte: Dados de Pesquisa de Campo 2017

Não obstante o número significativo de transferências de lotes, a luta pela terra não perde seu sentido pelo fato de a terra ter sido partilhada, o que possibilitou a promoção de dignidade às famílias, embora que algumas tenham optado por deixar a comunidade. A saída dessas famílias do Assentamento se deve a alguns fatores como os mencionados e outros que possivelmente inviabilizaram sua permanência.

Inclusive o que figura na ausência e abandono de parte do INCRA e de políticas direcionadas a infraestrutura e de incentivo à produção. Além disso, coadunados com apontamentos anteriores, dadas as condições ecológicas e com destaque para solo explorado intensivamente pelo uso para pastagens, e como resultado baixo teor de nutrientes e tomados por ervas e capim. Dificultando em função das características dessas vegetações para o manejo, trato da área e interferindo para a baixa produtividade.

Desse modo um conjunto de indicadores internos, somados a fatores externos em que se destaca a ação do Estado. Da negligência em relação às políticas públicas afeta e implicam na organização e na dinâmica da vida no Assentamento, e em especial nas condições de permanência no campo.

Considera os entraves nas políticas públicas de parte da ação do Estado, o que permite dizer que de fato este não é ausente. Mas se mostrava pouco ou inativo em prol do campesinato. O que não condiz com as ações direta e indireta correspondente aos interesses dos grandes empreendimentos e do agronegócio na região.

Em termos de interesses do mercado de terra e de commodities a região tem sido alavancada e apresentado enormes incentivos e crescimento na expansão das monoculturas de dendê, nos últimos anos. A região às margens da BR 010 e rodovias adjacentes e incluso de municípios vizinhos tem sido notória e repentina a mudança. Inclusive com incentivos para pequenos agricultores se inserirem na produção demanda pelo grande mercado.

De acordo como o estudo de Souza e Melo (2016) o “massivo incentivo do governo federal e estadual, aliados a grupos econômicos nacionais e transnacionais, visam ampliar e fortalecer a política de plantio de palma a milhares de famílias de agricultores da região (...)”, (p. 117).

Com isso, sugere-se que no que compete à ação do Estado por via de seus órgãos governamentais, neste caso, o INCRA, as ações para a região nordeste do Pará e ao Assentamento Luís Carlos Prestes, tende para uma intencionalidade de subjugar tanto as famílias quanto a terra em favor do agronegócio. E, portanto, essa racionalidade de mercado que marcam as ações governamentais caminha na contramão e em detrimento do incentivo à produção diversificada e da autonomia econômica das famílias assentadas.

Em se tratando do trabalho produtivo das famílias, nossas observações apontam que há dimensão do conhecimento por parte das famílias da ação intencional do Estado, governos e instituições no que se refere à negação de apoio político. Por outro lado, mesmo conseguindo produzir, as famílias não ignoram o fato de também haver sérias limitações de ordem técnica, econômica e social e tecem suas estratégias internas.

Das experiências e questões nas ações coletivas de trabalho Assentamento Luís Carlos Prestes

No que se refere refletir sobre as relações sociais relativas ao trabalho e produção entre as famílias assentadas discutiremos acerca de questões apontadas nas narrativas dos sujeitos entrevistados e que indicam as implicações em dificuldades para o trabalho em grupo.

Os agricultores do Assentamento Luís Carlos Prestes relatam sobre as práticas produtivas realizadas e de um modo geral, das práticas socioculturais constituídas desde a época do Acampamento. Nelas emergem as práticas de ação coletivas e voltadas a realização dos trabalhos na comunidade.

Hoje mesmo diante das mudanças e diminuição das práticas de trocas de diárias e mutirões estes reconhecem a importância da prática e as dificuldades que recaem sobre elas na atualidade. E que estas atividades em grupo se fazem necessárias para que possibilite superar os desafios e dificuldades inerentes ao trabalho produtivo. E ademais, com isso, possibilite viabilizar condições econômicas e as perspectivas de resistência e permanência no campo.

No que se refere às questões que envolvem a associação para o trabalho em grupo ou para a ausência da mesma, o assentado José Valdecir, coordenador da associação local, trás em sua narrativa algumas questões:

(...) Falta de confiança. Já aconteceu aqui né? Eu caí na besteira de ir ajudar os camaradas primeiro, depois eles não vieram me ajudar. Se um vai pra o outro, aí quando é o dia daquele vir devolver o dia que ele já deu pra o vizinho. aí o vizinho inventa uma viagem: “*Ah eu não posso ir hoje*” e por isso vai passando (...) Falta de interesse. Eu tenho visto estas dificuldades, e tem aqui. (RIBEIRO, José. Valdeci Santos, 2017).

E para outro assentado, a opinião do senhor Valderí Souza, converge com a narrativa à cima.

(...). Pra mim eu não acho não porque é um serviço muito enrolado. Se você vai trabalhar em grupo a metade vai e a (outra) metade não vai. Então não tem condições. É melhor a gente trabalhar só porque a gente já sabe o dia que a gente vai, né? E trabalhar em grupo não tem condição assim de

coletivo. Não tem condição aqui pra nós aqui não tem condição. (Souza, Valderí, Januário de, 69 anos. Entrevista concedida para trabalho de conclusão de curso, 2018).

Contudo, percebe-se que na opinião de ambos entrevistados, as questões relativas ao trabalho em grupo possivelmente estão voltadas aos aspectos de organicidade, de consenso e planejamento.

Outras narrativas trazem argumentos atribuídos mais á questões de aspecto sociohistórico, numa evidente observação, significando que o ser humano é forjado partir da relação espaço-temporal.

Na verdade é a [ausência de] solidariedade mesmo. Hoje o ser humano ele se torna muito egoísta e individualista mesmo. Ele não credita nem nele mesmo. Que ele pode fazer diferente. Então ele passa a não acreditar no companheiro. (NUNES, Maxcleia, 2017).

Com isso, há possibilidades de mudança, visto que na opinião da professora Maxcleia Nunes, para a qual, o ser humano não é: Ele “se torna”.

Outra questão importante que se percebe nas narrativas é que toda atividade a ser desenvolvida em grupo, precede aprendizado. Esse aprendizado demanda um processo sistêmico, portanto, pedagógico. Dessa constatação, observamos que a formação ocorrida no período de acampamento não atendeu as necessárias demandas das famílias no que se refere a formação. Essa formação possibilitaria o entendimento pra as relações de reciprocidade, como aponta o assentado Raimundo Pantoja quando indagado na pesquisa sobre o que inibe as famílias de trabalharem em grupo.

Mas hoje eu acho que falta uma educação sobre isso aí.. A gente se educar pra trabalhar em cooperação... Sempre a gente não é acostumado naquele modo antigo ainda. (...) Principalmente hoje para as que estão vindo. Porque para os velhos (risos) ... Já tá mais difícil.. Mas pra os novos. Se tivesse essa formação aí... Se existe (existisse) na escola aí iam crescer já com essa educação..... (...) Falta uma educação.... Pra as pessoas começarem.. Porque.. Nunca dá certo.. Às vezes a gente começa *nesse negócio de coletivo*, mas sempre têm aquelas divisões. Por isso tem gente que é mesmo individual. (PANTOJA, Raimundo Haroldo, 2017).

Para o assentado Raimundo Carvalho, outra importante questão que é citada e que acaba implicando dificuldade na realização de trabalhos coletivos é o fato de algumas famílias desenvolverem atividades distintas.

Porque aqui nós trabalhamos com estilos diferentes. .. Uns querem trabalhar com pasto e com gado, com essas coisas, e aí sempre *descombina* pra trabalhar coletividade. (...) Eu gosto de mexer com agricultura familiar mesmo. È plantio, è roçado, é feijão... Essas coisas. **Porque eu gosto de trabalhar com uma coisa que eu entendo. Porque coisa que eu não entendo costuma a pessoa ir perturbar os outros.** Mas no caso de eu tá sozinho, eu sei o que é que eu vou fazer. (RAMOS, Raimundo Carvalho, 2017).

Os aspectos relativos à aptidão das famílias sugerem estar relacionados com o compromisso da devolutiva da dádiva, ou seja, se comprometer com a devolutiva acerca do trabalho já realizado, o seja, “receber algo igual”. Portanto aptidões distintas supostamente implicam nas relações de reciprocidade.

Os sujeitos entrevistados levantam em suas narrativas questões como falta de confiança, individualismo e ausência de formação. Essas questões supostamente implicam na realização de iniciativas de ação coletiva como os mutirões, a troca de diárias. Essas iniciativas demandam um nível de organização e tendem a cumprir regras de convivência que se convencionam em reciprocidade como apontam os estudos de Mauss, (2003) nas quais:

(...) as trocas voluntárias obrigatórias (...) não servem à mesma finalidade que o comércio e a troca nas sociedades mais desenvolvidas. (...) É moral. Seu objetivo é produzir um sentimento de amizade entre duas pessoas envolvidas. Se a operação não tivesse efeito, alteraria tudo. Ninguém é livre para recusar um presente oferecido. Todos. Homens e mulheres, procuram superar-se uns aos outros em generosidade. Embora os objetos fossem considerados como presentes, as pessoas esperavam receber algo de igual valor e zangavam-se se o presente retribuído não correspondesse às expectativas. (p.221)

Contudo, como sugere Mauss, percebe-se que estas regras de convivência precedem alguns princípios, dentre estes o sentimento de voluntariedade recíproca que se manifesta na vivência e no trabalho a fim de produzir sentimento de amizade. Esse suposto sentimento de amizade possibilitaria acordos coletivos a serem observados na execução dos trabalhos, portanto, a organicidade assim como o respeito mútuo são fatores importantes que viabilizariam a execução de acordos coletivos.

A partir das narrativas dos entrevistados e da experiência em virtude de pertença ao campo e a realidade de pesquisa, embora que transpareça que alguns pessoas tendem a justificar ou terceirizar o motivo de não participar ou se inserir em associações para o trabalho coletivo, de certa forma, as narrativas apontam que as limitações em relação á coletividade possam estar relacionadas à: aptidões distintas, ou seja, um deseja realizar plantios enquanto outros, criações; Também à falta de planejamento para desenvolver o trabalho; Falta de

observação aos acordos coletivos; falta de confiança mútua; Manifestação de individualismo; ausência de educação/formação.

Percebe-se que as questões acima apontadas nas narrativas podem não ter um caráter determinante em relação às práticas de ação coletiva ou sua ausência. No entanto, são significativas e possivelmente contribuem para a realidade vivenciada em dificuldade econômica de uma maioria de famílias assentadas, isto é, em virtude da insuficiência na força de trabalho necessária à produção. Para além das questões apontadas nas narrativas é relevante destacar outras questões – embora que implícitas - que possam ter implicado na diminuição nas práticas de ação coletiva com o advento do Assentamento. Essas suposições se dão em caráter empírico em virtude da vivência e relação direta com a dinâmica do Assentamento pesquisado.

Anterior ao Assentamento, ainda em fase de acampamento, as famílias se organizavam em Núcleos de Famílias e compartilhavam responsabilidades, dividindo tarefas e se auto-organizando coletivamente. Nesse período a organicidade era possibilitada em função de que as referências das famílias se apresentavam por meio dos coletivos de coordenadores, de militantes e as instâncias de decisões, como reuniões periódicas e assembleias.

Com a consolidação do PA no ano de 2009, emerge as políticas de créditos e burocratização e que demanda poder embutido de ação individual. Com isso, as relações de confiança, de solidariedade, de coletividade, diminuem e têm seu foco direcionado para a associação local que supostamente irá “resolver” todas as necessidades das famílias.

Outra questão relevante refere-se às políticas adotadas pelo INCRA para partilha dos lotes individualizados. Essa distribuição individualizada do lote reforça sentimento de poder, refletindo nas relações sociais referentes ao trabalho e produção.

O Movimento Sem Terra foi o sujeito político que organizou as famílias a serem assentadas. Em um período de dois anos, enquanto esperava-se a regularização da área para criar o PA, o MST fez formação política ideológica com as famílias constantemente. Porém, percebe-se que a ação do Estado no que se refere á burocracias, à associação, ás políticas relativas ao acesso á terra, à concessão de créditos eventualmente fragilizam as dinâmicas coletivas e de formação para com as famílias. Essas burocracias do Estado inviabiliza a pauta política do MST.

O debate do MST em relação á distribuição da terra, trata-se da coletivização desta, ou seja, da propriedade comunal. A partilha da terra nestes moldes reforçaria o caráter coletivo para a vida e trabalho das famílias, porém o Estado através do INCRA não adere a essa política. A esse aspecto, Martínez-Alier (1988, p.301) sugere que:

O Estado seguirá o critério do benefício comercial caso o Estado seja dominado por interesses mercantis. A princípio, pois não há razão para se pronunciar especialmente contrário à propriedade comunitária do ponto de vista da conservação dos recursos naturais.

As observações de Marínez-Alier convergem com a realidade da região em relação das intencionalidades do INCRA. No que diz respeito à concessão de créditos à região nordeste do Pará, a pauta política do INCRA se configura em garantir o incentivo “da cadeia produtiva de dendê”, propiciado pela localização geográfica favorável à exportação e infraestrutura necessária para desenvolvimento da atividade” (Souza e Melo, 2012).

Percebe-se com isso a intencionalidade do Estado e seus agentes em relação à pauta política voltadas à região onde está situado o PA pesquisado, no que se refere desde a partilha da terra, até a concessão de créditos. Estes estão voltados a favorecer o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Portanto, os aspectos relativos às condições de infraestrutura dos assentamentos dificultam a permanência das famílias no campo. Com isso a necessidade de uma retomada do trabalho de base dos movimentos sociais para elencar o debate e possibilitar levar às famílias a compreensão da necessidade de ação coletiva no que concerne à superação dos desafios e dificuldades inerentes do trabalho e produção.

O trabalho e ação coletiva na concepção dos camponeses e camponesas do PA Luís Carlos Prestes e os impactos socioeconômicos, culturais e ambientais decorrentes das práticas ecológicas.

Tendo em vista que as dinâmicas de vida e de relações sociais se entrelaçam a partir do trabalho produtivo, percebemos a necessidade de discutir acerca das concepções de trabalho das famílias a fim de se perceber qual o valor se dá às relações de reciprocidade.

Dessa forma, a discussão acerca desses aspectos se dá a partir das narrativas dos sujeitos, assim como de nossa observação de campo, tendo em vista que o campo de pesquisa também é nosso espaço de vida e reprodução, portanto, de pertença.

As narrativas tratam de exercício acadêmico referente ao VI período do Tempo-Espaço-Localidade do curso de LPEC ocorrido no mês de setembro do ano de 2017, e tinham como orientação investigar as distintas concepções de trabalho.

Para o assentado José Valdecir, coordenador da associação local, o trabalho é visto como meio de conceber condições de vida e reprodução, mas também enquanto exercício de aprendizado no que se refere a habilidades profissional, isto é, ao manejo.

O trabalho é um meio *da gente* viver, né? E a gente vive com o trabalho né? Sem o trabalho a gente vai passar uma dificuldade muito maior do que a gente tá passando trabalhando, né? (...) Praticar aquele trabalho ali que a gente vai aprendendo a trabalhar a cada vez mais a gente vai se habituando mais né? Naquele tipo de trabalho... agricultura mesmo. A gente vai aprendendo a cada dia a gente vai sabendo mais alguma coisa. (RIBEIRO, José Valdecir Santos, 2017)

Na mesma linha de raciocínio, tanto o líder da Assembleia de Deus Raimundo Carvalho quanto a professora Maxcleia Nunes concordam como o trabalho sendo meio necessário à vida, porém, o senhor Ramos acrescenta aspecto relativo à saúde física e mental.

Na minha concepção, trabalho é um meio de sobrevivência. Por que eu trabalho? Primeiro: Porque eu preciso. Tenho família. Mas pra mim a base do trabalho mesmo é a sobrevivência mesmo. É o meio se manter. (NUNES, Maxcleia, 2017)

A importância do trabalho é por que se não trabalhar a pessoa fica sem comer, sem noção, sem nem um tipo de movimentos. E o trabalho é bom. Desenvolve a memória. E a gente tá trabalhando, a gente tá se movimentando. É importante o trabalho. (RAMOS, Raimundo Carvalho, 2017).

Para o assentado Raimundo Pantoja o trabalho está para além de os meios de reprodução de vida, em concordância com o que diz a estudante do ensino médio Gleice Soares, porém, para esta, o trabalho está, sobretudo, para a promoção de dignidade.

O trabalho eu acredito que seja uma forma de contribuição da sobrevivência, da gente. Sem o trabalho não tem nada. A alimentação, o vestuário, e a educação. da gente. Tudo depende do trabalho. (...) (PANTOJA, Raimundo Haroldo, 2017)

Significa uma forma de sobrevivência e da experiência de aprender mais com o trabalho. E a gente pode ser alguém também. Como qualquer profissão. SEM TRABALHO NÃO SE É IMPORTANTE. (SOARES, Glayce, 2017)

Em linhas gerais, as narrativas apontam a concepção de trabalho dos sujeitos do PA à atividade envolvendo condições físicas e mentais vinculadas à produção, à promoção de condições de vida, ao aprendizado e à experiência, à dignidade e às possibilidades de permanência no campo, em consonância ao que diz Ciavata e Frigoto (2012 p. 751).

Na construção da sociedade, cabe interiorizar desde a infância o fato de que todo ser humano, enquanto ser da natureza e, ao mesmo tempo, distinto dela, não pode prescindir de, por sua ação, sua atividade física e mental, seu trabalho, retirar da natureza seus meios de vida.

As concepções de Ciavata e Frigoto convergem com a lógica dos entrevistados. Para estes, de forma geral o trabalho está relacionado a atividades laborais segundo a necessidade de criar condições de vida como as fontes de energia (alimentação), abrigo, vestuário.... Estas atividades emergem da experiência da observação com os pais a transformar o ecossistema local como aponta a da líder MST.

(...) o trabalho. É uma forma de conhecimento. Experiência para o ser humano, pra se qualificar em uma profissão. Se a pessoa trabalha desde pequena.. Ele é acostumado com seu(s) pai(s).. Com a família .. Ali num trabalho... Geralmente quando ele se torna um adulto, ele já vai ter aquela clareza do que é o trabalho... Como era que a família trabalhava... Então ele vai se criando... Uma forma melhor de se viver na sua casa... Em seu dia a dia e até mesmo na sociedade. Eu acredito assim. (FARIAS, Marlene Moreira, 2017)

Acerca da experiência, Bondía (2002) sugere que a mesma está relacionada ao aprendizado a partir do contato “com o que me passa”, ou seja, o que afeta. Isto é, a necessidade afeta e leva o ser humano à observação que conseqüentemente proporciona aprendizado na interação com a natureza que posteriormente é socializado com os filhos.

Para a Marlene Farias, uma das lideranças do MST atuante na comunidade, há possibilidades de consolidar atividades de ação coletiva a partir do reconhecimento dessa importância por parte das famílias assentadas.

(...) Porque se uma roça, uma tarefa de roça você *leva* quinze dias sozinho pra capinar, com o coletivo em dois dias você tira [realiza]. Então é isso que as pessoas tá faltando tomarem consciência.. Para que todo mundo tenha essa convicção que o coletivo é melhor.. E quando isso acontecer – que eu quero muito que isso aconteça na comunidade-, eu tenho certeza que vai ser muito bom pra todas as famílias. (FARIAS, Marlene Moreira, 2017)

As narrativas indicam que embora as famílias tenham conhecimento acerca da importância da coletividade para o trabalho e produção, por outro lado, apontam resistência em relação às dificuldades de conseguirem consolidar grupos de trabalho.

Nos aspectos relativos à relação de trabalho existente na comunidade, em linhas gerais, as narrativas apontam para uma mínima parcela de famílias nas quais há uma relação

de reciprocidade referente ao trabalho produtivo e por conta disso, ocorre serias dificuldades ao desenvolvimento da produção, como declara o assentado Valderi Januário.

Nós trabalha ai é com enxada, né? É enxada, é foice, roçando pra queimar. É desse jeito que a gente tem que trabalhar. Não tem outra maneira de nós trabalhar. Trabalhamos eu e minha esposa. Que nós somos só nós dois. Eu tenho um filho aí, mas ele trabalha pra ele. (...) É muita dificuldade mesmo. A gente tem que ter um maquinário para ajudar a gente. Que isso não existe por aqui. Então nós temos que trabalhar é no braço mesmo, eu mais e ela. Então é muita dificuldade mesmo só para nós dois. A convivência aqui não é fácil. (...). Então nós estamos nessa daí até agora sem ajuda, né? Porque não tem condições de botar um maquinário por nossa conta. (SOUZA, Valderi Januário de, 2018)

Importante ressaltar que embora fossem atendidas as reivindicações e caso sejam efetivadas as políticas públicas, não seria possível individualmente dar conta de determinados projetos (aqui a dependência direta da relação com o número de pessoas trabalhadoras na família). Por exemplo: em função de questão ambiental, uma máquina retroescavadeira não atuaria em determinados subsistema, o que necessitaria de maior força de trabalho para a ampliação do tanque de piscicultura, assim como por falta de investimento. Portanto, a ausência da máquina se resolveria com a coletividade.

Narrativas como a do assentado Carlos Nunes apontam que apesar das dificuldades em relação ao trabalho, assim como quanto as relações de reciprocidade, os camponeses trabalham e produzem, porém as análises apontam que com a falta de incentivo ao crédito, assim como por conta de insuficiente força de trabalho, a produção ainda se limita ao consumo da família, como declara o entrevistado.

É que assim que a gente chegou pra cá a nossa produção era só mesmo mandioca.. feijão, né? A gora a gente já tá produzindo assim - não pra vender - mas para o consumo da gente. A gente já produz açaí que é da nossa planta mesmo [plantas que a família introduziu na unidade familiar de produção]. O peixe também, ainda só pro consumo. (NUNES, Carlos, 2018).

Assim, percebendo as ponderações nas narrativas acerca da percepção dos sujeitos, percebe-se que há uma significativa compressão acerca da importância à ação coletiva. Contudo, ainda assim, fica visível que as iniciativas pautadas em subjetividades individuais têm trazido sérias dificuldades de ordem socioeconômicas para permanência no campo.

Aos que conseguem se coletivizar, aos que contam com o trabalho de um bom número de membros da família, assim como aos que podem contratar diaristas, fica notório os resultados, distintos em relação à quem trabalha sozinho. Estas famílias são as que contam

com uma significativa diversidade na produção, que vai desde SAFs, os sistemas para piscicultura, hortaliças e inclusive o rebanho bovino.

Portanto, diante dessas constatações, entendemos a necessidade dos processos de formação para que se possibilite a compreensão necessária á boa vivência pautada “no respeito mútuo e na generosidade recíproca que a educação ensina” (Mauss (2003 p. 314)

Nesse sentido, percebe-se que a alternativa seria retomar do trabalho de base, propondo por meio do mesmo o trabalho em pequenos grupos de famílias com no mínimo três famílias. Essa possibilidade tornar-se-ia viável em função de as experiências vivenciadas no acampamento, a pesar de ter reduzido as (ações coletiva) ainda se fazem presentes no PA como a troca de diárias, o viveiro de mudas, os mutirões entre familiares e entre pequenos grupos.

A composição desses grupos se daria tanto por aptidão quanto por considerações mútuas constituídas por laços de amizade. Estas atividades se dariam em sistema de rodízio ou segundo as necessidades mais urgentes, o que proporcionaria maior possibilidade de superar as dificuldades econômicas. Ao contar com um maior número de pessoas, possibilitaria racionalizar o tempo e o espaço necessário para a produção. Estas iniciativas em grupos poderiam se voltar também à comercialização, o que facilitaria o transporte em um mesmo dia com divisão de despesas, e por fim, mobilizaria as demais famílias a partir da percepção sobre os distintos resultados entre a individualização no trabalho e a coletividade.

Nesse sentido, quanto aos aspectos voltados às alternativas que objetivem a superação das dificuldades relativas à produção, o MST articulado com o serviço de ATER por meio da Associação do PA tem pautado a formação tanto nos aspectos técnicos quanto social para as famílias. Essa formação se daria a partir de exercícios práticos em coletividades.

Quadro 05: Lista de propostas para exercícios de atividades coletivas

| ANO | PROPOSTA | LOCALIZAÇÃO | Nº DE PART. | RESPONSÁVEIS |
|------|----------|--------------------|--------------------|--|
| 2012 | Horta | NF 04, lote 47 | 12 pessoas | NFS 3,4, e 5, coordenação do PA e associação e SENAI |
| 2012 | Horta | NF 03 lote nº 35 | 12 mulheres | NFs 3 e 4, coordenação do PA , associação e EMATER |
| 2012 | Aviário | NF 03, lote 36 | 12 dos NFs 3 e 4 | NFs 3 e 4, coordenação do PA , associação e EMATER |
| 2012 | Aviário | NF 05, lote 11 | 10 do NF 05 | NF 05, coordenação do PA, associação e EMATER |
| 2012 | SAF | Área coletiva (RL) | 26 de todos os NFs | Todos os NFs, coordenação Do PA, associação e EMATER |

Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2015

Portanto, com o descaso do INCRA e em virtude de se fortalecer as relações de reciprocidade, o MST e as famílias por meio da associação local em articulação com os serviços de ATER, pautaram para a Área de Reserva Legal as atividades enquanto exercícios práticos.

Estes exercícios caracterizados em Unidades Demonstrativas estavam voltados á utilização dos recursos naturais em caráter de coletividade e aptidão, o que fortaleceria as relações sociais e de reciprocidade assim como nas relações com o meio ambiente.

Porém, mesmo havendo estagnação nos aspectos da coletividade, no que consta as questões de aptidão, há iniciativas significativas, tendo em vista que estas influíram para experiências posteriores nas unidades familiares.

Dessa forma, percebe-se que nas experiências em SAFs, assim como tanques para piscicultura, práticas essas que são experienciadas nas unidades familiar dos assentados Carlos Nunes e Francisco Herizon.

Portanto, apesar da influência cultural em relação ao manejo tradicional e dos aspectos ambientais de solo degradado com cobertura característico em capim braquiária, estas experiências coadunam com a preservação do meio ambiente, no qual se evita o manejo à corte e queima, o uso agrotóxicos. Com isso os exercícios nas unidades demonstrativas têm influenciado outras praticas sucessivas à otimização da produção, o que coaduna com fator de possibilidade em virtude da acessibilidade referente á rota de mercado , tendo em vista a localização geográfica do assentamento.

Para além disso, essas atividades experienciadas, assim como as vivenciadas no período de acampamento reverberam nos pequenos grupos de trabalho dentro de cada lote.

Ainda em caráter coletivo, no início do ano de 2016 a associação local em parceria com o MST e o Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade-IDEFLOR-BIO implantaram um viveiro de mudas.

Figura 14: Viveiro de mudas em caráter coletivo presente no PA



Fonte: dados de pesquisa de campo

Quadro 6: descrição do viveiro de mudas

| Medida | Capacidade | Espécies produzidas |
|------------------------------|-----------------|---|
| 200m ² (20X20) | 15 mil Mudas | Bananeiras da espécie Pacôa (<i>Musa acuminata</i>) |
| | | Açaizeiros (<i>Euterpe oleracea</i>) |
| | | Cacaueiros (<i>Theobroma spenciosa.</i>) |
| | | Cupuaçuzeiros (<i>Theobroma grandiflorum</i>) |
| | | Pupunha (<i>Bactris gasipaes</i>) |
| | | Murici (<i>Byrsonima crassifolia</i> (L.)Rich) |
| | | Madeira da espécie Meruquara |

Fonte: Dados de campo

De acordo com as declarações de liderança do MST, as atividades são organizadas e desenvolvidas pelas famílias do Assentamento Luís Carlos Prestes, porém, esta iniciativa não

foi compreendida enquanto tarefa de todas as 47 (quarenta e sete) famílias assentadas. Dessa forma, as atividades são realizadas também por famílias do acampamento Carlos Marighela que fica anexo ao assentamento.

Na verdade o viveiro é do assentamento, para o assentamento mesmo. Mas para não perder, a gente envolveu o pessoal daqui do acampamento. Mas infelizmente devido às dificuldades, muitos foram desistindo, até se foram embora, não se encontram no acampamento. Então passou a ser a maioria agora que trabalha no viveiro é o pessoal do assentamento mesmo. São oito do assentamento e quatro daqui. (SANTOS, Raimundo Nonato (Índio), 2018)

Apesar de não contar com a participação massiva das famílias assentadas, os exercícios acumularam experiências, possibilitando aprendizados significativos a serem vivenciados pelo grupo e trabalho que atua no viveiro de mudas. E para além disso, segundo a opinião da liderança do MST, o viveiro de mudas tem se tornado um importante instrumento de caráter socioeconômico quando se refere à socialização de saberes entre agricultores do assentamento e de outras áreas.

Muitos já plantaram Têm muitas mudas já plantadas nos seus terrenos.. nos seus lotes. E outras tantas, acabamos que para não se perderem, nós distribuimos para as comunidades perto. Para o Maria Bonita [Assentamento vizinho], principalmente distribuimos aqui na curva distribuimos quinhentas mudas e o que sobrou, estas plantamos por aqui. (SANTOS, Raimundo Nonato (índio), 2018)

Percebe-se que as experiências vivenciadas pelo grupo de trabalho são reflexos das experiências vivenciadas em período de acampamento. Assim esta dinâmica torna-se um elemento importante ao incentivo por parte desses agricultores aos novos acampados assim como um elemento significativo para se discutir o trabalho de base entre os assentados para se pensar a retomada dos grupos coletivos de trabalho. Para além disso, outro aspecto relevante a ser considerado é quanto à sua função política frente aos órgãos públicos. O intercâmbio entre as comunidades vizinhas que ocorre por meio do viveiro de mudas possibilita enaltecimento das iniciativas e possibilidades nas áreas de Reforma Agrária.

Ainda no âmbito das questões referentes às iniciativas em ação coletiva, ressalta-se que o assentamento Luís Carlos Prestes conta com uma extensa área de Reserva Legal coletiva. Esta área fica separada das unidades de produção familiar (tabela e mapa abaixo) e tinha como propósito o uso coletivo da mesma.

Quadro 07: A Área de Reserva Legal, APP e uso do Solo no PA Luís Carlos Prestes

| Área (ha) | Área (ha) | % |
|--------------------------------|-----------------|--------------|
| Reserva Legal coletiva | 521,5153 | 40,85 |
| Reserva Legal Individual | 369,4748 | 28,94 |
| Área de Preservação Permanente | 146,7667 | 11,50 |
| Uso do Solo | 238,9571 | 18,72 |
| | 127,7139 | 100 |

Fonte: LVA, INCRA, 2008.

O Assentamento Luís Carlos Prestes fica localizado em uma região geográfica bastante privilegiada em função do acesso à rota de mercado por estar em torno de polos de comercialização em seu entorno, favorecido pela acessibilidade em função de estar às margens da BR010. Por conta dessa característica em relação à sua acessibilidade, segundo opinião informal dos assentados, a forma como foi partilhada a área, com a separação da Área de Reserva Legal das unidades de produção familiar, possivelmente estaria relacionada à intencionalidade tanto por parte do INCRA quanto do MST. A articulação entre MST e INCRA seria com o propósito de coibir a mercantilização dos lotes tendo em vista a localização do assentamento. As combinações a respeito da organização do PA foram consensualmente articuladas entre INCRA e MST a partir de audiências ocorridas em função das mobilizações ocorridas no período de transição do acampamento ao assentamento. Neste período as famílias ainda não contam com uma associação local, com isso, as decisões políticas referentes à organização do futuro Projeto de Assentamento se dão por meio do MST. As ponderações das famílias podem estar relacionadas ao pensamento de Alier-Martínez (1988, p 281) onde o mesmo sugere que “são os movimentos sociais que tratam de retirar os recursos naturais do sistema de mercado generalizado, de racionalidade mercantil, para, mantê-los ou devolvê-los à economia humana (...)”.

Neste sentido, as questões socioambientais referentes à área de Reserva Legal, os estudos de ATER apontam problemas em relação à separação das unidades de produção familiar da área de Reserva.

Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes apresenta alguns problemas ambientais no que se refere aos percentuais de Reserva Legal. Há a ausência de delimitação da Área de Reserva Legal efetiva e um Plano de recuperação de área degradada ou abandonada. (EMATER, 2013 PDA. P. 56.)

No que se refere às observações dos serviços de ATER, nos últimos anos (2016-2018), a política adotada para a Área de Reserva Legal coletiva de separar esta área dos lotes de produção sofreu retrocessos tendo em vista que ocorreram investidas desordenadas para apropriação individual desta área coletiva.

As investidas nesta área sugerem se dá por iniciativa individual de alguns sujeitos que foram assentados posteriormente em substituição aos primeiros ocupantes dos lotes. Estas famílias não comungam das normas e regras orientadas em formação ocorridas no período de acampamento, e dessa discordância acarreta consequências como a inobservância aos acordos coletivos, a exemplo da exploração desordenada na referida área.

Essa exploração desordenada por parte de alguns assentados acaba de certa forma atraindo outros indivíduos de comunidades vizinhas, gerando com isso impactos socioambientais. Assim, para além da degradação da área, há os riscos de conflitos entre os assentados e camponeses das vizinhanças.

A partir dessas denúncias ocorreu uma reunião com o INCRA em Setembro de 2017. Esta reunião foi realizada no prédio da Assembleia de Deus no assentamento com 40 famílias presentes. Os debates se deram em torno da legislação ambiental. Posterior a essa reunião, o INCRA notifica as pessoas que organizaram essas investidas sobre a área a prestarem esclarecimentos na sede do órgão em Belém. Na sede do INCRA esses sujeitos articularam lista paralela de abaixo assinado apresentando proposta para apropriação individualmente da reserva. Com as reivindicações da associação local e do MST, essa proposta foi rejeitada. Importante salientar, de acordo com a narrativa de liderança do MST atuante no assentamento, nada foi feito por parte do INCRA que viesse a coibir as investidas sobre a área e assim seguiram as invasões por pessoas tanto de dentro do PA como de outras comunidades.

E outra que o próprio INCRA além de não fazer nada, de não ter esse interesse, de responsabilidade, (...) E aí o INCRA nunca se prontificou a resolver essa situação apesar de vários ofícios que a gente têm emitido para a legalização mas até hoje não aconteceu nada. É um descaso total. (SANTOS, Raimundo Nonato (índio), 2018)

Quanto á legalização a qual se refere a liderança do MST, trata-se do reconhecimento para além das documentações, ou seja a demarcação e a inserção de placas de identificação da área no sentido de frear as investidas sobre a mesma.

A cerca das atribuições do Estado e seus agentes, percebe-se a necessidade de refletirmos objetivando entender as possíveis razões pelas quais o INCRA não tomar iniciativas frente às denúncias sobre um patrimônio que deveria ser coletivo. Nesse sentido,

Martinez–Alier aponta importantes aspectos segundo as tendências quanto à gestão em relação ao uso dos recursos naturais.

Ser interessante comparar o impacto sobre a conservação de recursos de três formas distintas de propriedade: individual estatal e comunitária. (...). A pesquisa empírica corrobora a tendência dos proprietários privados a esgotar minas, bosques e campos. Ao comparar a propriedade estatal e a comunitária, cabe pensar que as transgressões das regras da gestão comunal estarão, talvez, submetidas a uma sanção pelos vizinhos próximos enquanto as burocracias estatais são constituídas por administradores mais distantes, e, com frequência, mais corruptos.

As possibilidades de sanções por meio dos vizinhos como- refletimos nos estudos em Martínez-Alier- sugerem estar relacionadas às denúncias ao INCRA por parte da associação local em relação às investidas na referida área. Quanto à administração à distância o propósito possivelmente pode estar relacionado à intencionalidade de não conservação desse capital ecológico. Na atuação do INCRA pode estar relacionada direta ou indiretamente à intencionalidade de disponibilizar esse recurso ecológico-não aos camponeses-, mas ao capital em virtude de o PA Luís Carlos Prestes apontar possibilidades para tornar-se celeiro para exploração do agronegócio como apontam Souza e Melo 2016, p. 117) segundo seus estudos em Cruz (2006).

O Nordeste paraense no contexto amazônico apresenta os atributos que favorecem a produção do dendê, especialmente por sua localização geográfica favorável à exportação e infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade.

Dessa forma, percebe-se que no que compete ao INCRA o fato de notificar os ocupantes da área, mas não demarcar a mesma sugere indiretamente incentivar a investida dos assentados sobre esta. Assim, é possível que essa forma de atuar do Estado por meio de seus agentes como o INCRA, a intencionalidade por trás da ação de não mediar esses conflitos seria desmobilizar a coletividade em função da sujeição da terra e do camponês. Portanto, a “permissão” para a ocupação da área por parte de alguns sujeitos seria o mecanismo à entrada do capital no território para exploração da área.

Com isso, percebe-se que grande deve ser o enfrentamento a essa problemática. Sugerindo para além das denúncias frente aos órgãos competentes se faz necessário o trabalho de base com o debate, o estudo, a se pautar tanto a utilização da referida área de fato em caráter coletivo ou a integração desta área às unidades de produção ou a proposta viável da sua preservação por meio de projetos socioambientalmente viáveis.

Portanto, no sentido de conhecer o assentamento, a investigação a priori aponta que as maiorias dos camponeses assentados têm vínculo forte com a terra, visto que apesar das limitações, produziam bastante com destaque para o período de acampamento em função de exercerem princípios coletivos, (mutirão, grupos de famílias, troca de diárias, até o ano de 2009). Porém com a consolidação do PA e a individualização dos lotes, estas iniciativas reduziram bastante. Relevante destacar que a partir do ano de 2012 a ATER exercitou com as famílias algumas as unidades demonstrativas. Estas unidades demonstrativas de ATER embora que não se consolidaram nos espaços coletivos como fora planejado com as famílias, porém se tornaram importante instrumento de formação para experiências posteriores, dessa feita, consolidadas nas unidades de produção familiar a exemplo dos SAFs já implantados por algumas famílias.

Em relação ao manejo percebe-se iniciativas significativas de caráter agroecológico como SAFs, adubação orgânica, compostagem, porém em sua maioria, as famílias ainda fazem uso do corte e queima e uso de agrotóxicos. Assim as famílias produzem bastante, mas sem agregar valor, e dependem ainda de renda-não agrícola (inclusive com venda da força de trabalho em outras atividades não-agrícola como diárias de pedreiros, pintores, prestamistas, vendedores) As famílias resistem no Assentamento a partir criando estratégias para aquisição de renda assim como diversificando a produção (piscicultura, consorciamento de culturas, pequenas experiências em SAFs, açai, gado).

Essas características acima apontam para um PA com forte potencial produtivo localizado em uma excelente rota propícia para o mercado. Mesmo com esses aspectos positivos, mas há ainda a preocupação visto que já há 48,9% de lotes transferidos com 31,9% comercializados. Essa preocupação deve apontar a necessidade de se rediscutir, de estudar formas de mobilizar as famílias à coletividade e a partir desta, possibilitar a otimização da produção pra se possibilitar a permanência no campo.

Percebe-se que em período de acampamento (2007- 2009) as práticas de ação coletiva configuradas em mutirões, trabalhos em grupos (chamados de coletivos) se davam em virtude do estado de contingências socioeconômicas.

As contingências referem-se à necessidade de produzir de forma imediata para criar condições de permanência no acampamento, o que favorecia a compreensão da necessidade de coletividade.

Outra questão que favorecia esta coletividade eram orientações e acompanhamentos do MST, contando ainda com as instâncias organizativas: grupos de famílias, coordenação de

núcleos de famílias, militância, das quais as deliberações se davam a partir de reuniões e assembleias.

Com as políticas públicas pautadas na distribuição individualizada das unidades de produção familiar emergem as subjetividades individuais e cada família se sente autônoma. Essa suposta autonomia tendem a reduzir significativamente as práticas as práticas de ação coletiva. Outra questão relevante é que com a consolidação do PA é necessário criar uma associação. Dessa forma, as responsabilidades para a resolução dos problemas passam a ser do presidente da associação que não conta mais com a mesma organicidade.

Neste sentido, no que se refere às manifestações de individualidades presentes no PA pesquisado, percebe-se que estas possam não determinar o fator produção, porém inibem a viabilidade para as iniciativas de caráter coletivo.

Portanto, embora haja iniciativas de coletividade, no entanto não sendo com a maioria, esse fator sugere implicar em dificuldades em relação à dinâmica de trabalho destas famílias. Com isso, ocorrem dificuldades quanto á produtividade, ou seja, não possibilitando uma produção suficiente para promover renda necessária ao sustento da família. Esse fator leva algumas famílias a criarem estratégias para aquisição de renda (prestamistas, vendedores, atravessadores, representantes de perfumarias, diaristas, aluguel de pasto.) e em última consequência, há fatos de algumas famílias até mesmo vender o lote para voltar á cidade.

Portanto, mesmo com percepções convergentes de boa parte das famílias sobre a necessidade do trabalho em grupos para a vida e produção, por outro lado, há uma tendência por parte de algumas famílias a se justificar e/ou terceirizar as responsabilidades á estranheza para a ação coletiva. Porém é relevante frisar que há também manifestações coletivas experienciadas com êxito por iniciativas de algumas famílias, como os mutirões desenvolvidos em atividades das igrejas, o que se torna uma oportunidade de articulação para alterar nas implicações de forma positiva em relação ás manifestações de reciprocidade.

Assim, as possibilidades tornar-se-ão viáveis a partir da necessária reflexão acerca dos métodos organizativos. Assim, se faz necessário o debate acerca das questões relativas ao trabalho, produção e coletividade com os diversos atores sociais responsáveis pela formação dos sujeitos, ou seja, as instituições escolar e não escolar com ações de formação presentes no PA Luís Carlos Prestes.

Capítulo III

INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO, ATUAÇÃO E PERSPETIVA CURRÍCULAR NO ASSENTAMENTO LUÍS CARLOS PRESTES

Para os que virão

Como sei pouco e sou pouco,
Faço o pouco que me cabe
Me dando inteiro.
Sabendo que não vou ver
O homem que quero ser.
(Thiago de Mello)

Instituições sociais, formação e currículo: um olhar para práticas Socioeducacionais

Este capítulo trata das diferentes instituições formais e não-formais e suas atuações, das se destacam as escolas que atendem os discentes do Assentamento Luís Carlos Prestes. Em relação a educação formal este capítulo sinaliza para a discussão acerca da proposta curricular e da elaboração do Projeto Político Pedagógico – PPP.

Em face disso considera alguns aportes no tema e os dispositivos legais no intuito de alguns apontamentos em torno de uma proposta norteadora das práticas educativas e acerca das Escolas do Campo e no Assentamento Luís Carlos Prestes.

Para adentrar na discussão acerca das instituições locais e de formação presentes no Assentamento é importante um diálogo na temática acerca de educação e formação à luz de alguns pressupostos teóricos e marcos legal para a educação. E se fará a apresentação de cada uma das instituições locais.

A proposta deste terceiro capítulo é discutir o papel das instituições sociais presentes na comunidade e sejam, escolares e não escolares com práticas socioeducacionais e atuação na formação, no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes. Dessa maneira com um olhar para as situações de formação, currículo a relação com as experiências das práticas produtivas, ecológicas, e atinentes às ações coletivas e de reciprocidade desenvolvidas no âmbito da comunidade.

A análise dos capítulos anteriores sugere que os agricultores Assentados descrevem suas experiências, as mudanças, as estratégias e também as dificuldades de permanência no campo. E pelos quais assinalam diversas situações e fatores como falta de apoio político, referente a créditos e infraestrutura, ações coadunadas com aptidão dos grupos e formação; insuficiência da força de trabalho nas unidades familiares e; redução das ações de trabalho coletivo, pela individualização da terra e das práticas de trabalho, asseguradas pela confiança mútua.

Nesse sentido, a discussão se volta no interesse de problematizar a presença das diferentes instituições locais de formação e atuantes no Assentamento Luís Carlos Prestes. E assim sendo, atento para os pressupostos da educação de forma contextualizada, atenta à realidade e para a vida cidadã como argumenta Socorro Silva (2006. p.60) que “a educação é uma prática social que tem o objetivo de contribuir direta e intencionalmente, no processo de construção histórica das pessoas”. Com isso este capítulo propõe descrever as instituições locais de formação tais como: associação, igrejas, centro de formação, movimento social, além da escola de Ensino Infantil e Fundamental do Assentamento.

Com que visa entender em que consiste o papel das mesmas para formação para a vida e trabalho das famílias e suas relações e de que maneira dialogam com as demandas da comunidade e fortalecimento das práticas sociais e com vistas para as ações coletivas e de reciprocidade, e com vista na transformação da realidade local.

Entre as instituições de caráter não formais são o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST; a Associação de produção comercialização do Assentamento Luís Carlos Prestes- APROLCAPES; o Centro de formação e m Agroecologia e cultura Cabana-CEFAC, das igrejas católicas e evangélicas, bem como a empresa prestadora dos serviços de assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER. E como instituição formal se tratará acerca da escola de Ensino Infantil e Fundamental Antônio Santos do Carmo.

O olhar para estas instituições se dá também no interesse de compreender através delas, as práticas socioeducacionais desenvolvidas no Assentamento. E neste aspecto uma estratégia de abordagem se deu através das experiências das Pesquisas Socioeducacionais e dos Estágios-Docência, realizados no processo formativo no curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST

O processo de ocupação da Fazenda São Felipe e Divisa se deu através da mobilização por meio do Movimento Sem Terra – MST, em 2007. Com que deu origem ao Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes. Para Molina (2006), o MST “se caracteriza por ser um movimento de luta social e organização política dos trabalhadores e trabalhadoras sem terra”, portanto, constitui-se em um movimento social do campo.

Para Socorro Silva (2006. p.61 apud. SHCERER- WARREN, 1999), por movimento social entende-se “uma rede de interações informais entre uma pluralidade de indivíduos (...) engajados em um conflito político ou cultural, com base numa identidade coletiva comum”.

E para Mônica Molina (2006. p.330), em sua atuação enquanto movimento social, e sujeito político, seu principal objetivo se volta para “a luta pela terra visando a Reforma Agrária e por condições efetivas de trabalho nos assentamentos que dela já são frutos”.

Com isso, no que se referem às contribuições do MST em relação à educação não formal e se dá por meio de ações pautadas na luta pela terra, Godoy (2008, p.106) aponta que há “por meio das ocupações de terra, uma ação pedagógica de luta social”.

Nessa atuação, um importante espaço proposto pelo MST em caráter formativo se dá por meio das instâncias de organicidade do Acampamento, em primeiro momento e depois no Assentamento. O que pressupõe que a participação leva os sujeitos à politização, os qualificando para o debate necessário ao enfrentamento das situações a partir do diálogo e posicionamento político frente aos diferentes agentes e ao Estado.

Neste sentido, o aprendizado esta relacionado à experiência vivenciada na luta, como sugere Bondía (2002), sendo ela “ o que me passa”, isto é, o que me afeta, é o que emerge da necessidade da luta, do enfrentamento, do confronto da resistência. Portanto, a luta, a experiência que emerge desta é a possibilidade de novos conhecimentos a partir das práticas sociais, neste sentido percebe-se que objetivamente o MST cumpre tarefa significativa por meio da educação não formal. Neste sentido, para Silva (2006, p.61) esta formação se dá por meio de:

Atividades ou programas organizados fora do sistema regular de ensino, com objetivos educacionais bem definidos (...) resulta em formação para valores, para o trabalho e para a cidadania (...) realiza – se por organização distinta das organizações escolares. Tem sempre um caráter coletivo.

E na questão atinente aos aspectos legal, percebe-se que a formação experienciada pelas famílias assentadas por meio do MST embora sendo realizada em caráter não formal sugere estar de acordo com os processos de formação como previsto no artigo 1º da Lei de Diretrizes e Base (LDB, 9.394/96) onde consta que:

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (MEC, 2012, p. 45).

Portanto, o MST enquanto sujeito da formação possibilita oportunidade de articulação com as demais instituições para fomentar o debate em âmbito político e social e trazer contribuições relevantes à construção de um currículo que contextualize a realidade local, ou seja, formação a voltada às relações sociais, ao trabalho produtivo, à cultura, inerentes a dimensão da vida das famílias assentadas.

Centro de Estudo e Formação em Agroecologia e Cultura Cabana – CEFAC

O Centro de Estudo e Formação em Agroecologia e Cultura Cabana – CEFAC situa-se entre umas das instituições presente no Assentamento Luís Carlos Prestes no município de Irituia, região nordeste do Pará. Trata-se de uma estrutura orgânica que articula ações de formação técnica política organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Assim, o CEFAC, surge em função do reconhecimento por parte do MST acerca do acirramento da crise ambiental contemporânea alterada em virtude da introdução do capital no nordeste do Pará e, por assim dizer em contraposição aos impactos socioambientais imposto a região.

Para o líder do MST Raimundo Nonato, a oferta de formação proposta pelo CEFAC está atrelada à pauta política do MST.

Ele surgiu com essas funções. Fazer a formação mesmo. Qualificar a formação técnica também. Dar oportunidade para os assentados, não só para os assentados, mas para os filhos dos assentados e os agricultores em torno de nós. (...) E a importância que o CEFAC tá aqui para dentro da área (do PA) no sentido da formação mesmo. Porque não tem como separar o CEFAC da *Organização* [se refere ao MST]. Separar as famílias do Assentamento que não seja implicada dentro do processo de formação da *Organização* mesmo. (SANTOS, Raimundo Nonato (Índio), 2018)

A formação ofertada pelo CEFAC se volta para as práticas da agricultura de forma sustentável visando à preservação dos sistemas ecológico presente no Assentamento e de modo a manejar em proveito dos agricultores assentados. Nesse sentido e a respeito da acessiva mercantilização da produção Alier-Martínez (1988, p. 281) aponta que “são os

movimentos sociais que tratam de retirar os recursos naturais do sistema de mercado generalizado, de racionalidade mercantil, para, mantê-los ou devolvê-los à economia humana”.

Portanto, o foco em realizar atividades de formação que pautem o fortalecimento do trabalho agrícola e da coletividade é tarefa central para o CEFAC. E deste como importante meio de aportar ferramentas políticas e de resistência, não somente para as famílias do Assentamento, mas também ao conjunto da sociedade, tendo em vista que apresenta em seu Projeto Político Pedagógico (2012) a formação orientada da seguinte maneira:

Formação Político- Ideológica – Compreendida como a formação política do trabalhador cidadão e trabalhadora cidadã para a construção do socialismo, a partir de uma concepção de história e do papel dos trabalhadores nesta história como contribuidor na transformação da sociedade.

Em vista das questões políticas enfocadas e da realidade do Assentamento é necessário reforçar a importância da dinâmica proposta para o CEFAC e para integrar os diversos atores sociais do campo e da cidade em defesa de uma proposta de formação para elevação da consciência crítica dos agentes sociais acerca da necessidade de ações em defesa dos territórios, dos recursos naturais e da vida.

Tal articulação possibilita alterar a correlação de força na perspectiva de instrumentalizar a resistência dos agricultores na região no interesse de que viabilize as transformações sociais no campo e a começar pelo Assentamento Luís Carlos Prestes no que se refere a coletivos de estudo e trabalho enquanto princípio educativo.

Em relação à função social do CEFAC, ainda que as atividades desenvolvidas por meio deste não estabelecem uma programação contínua como aponta Benzaquen (2006, IN: AFONSO, 1989, p. 88), e constituem uma experiência formativa onde a formação ofertada tem caráter de educação não-formal, e conforme indica:

A educação não formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade), diverge ainda da educação formal no que diz respeito à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto. (BENZAQUEN, 2006. p. 84).

Portanto, por “grupo concreto”, entende-se os Assentados enquanto parte do tecido social constituído com experiências no campo, com sua cultura, as relações sociais específicas. Cujo o entendimento e demandas sugerem para necessidade de adequação dos conteúdos e

propostas formativas que se atente para a realidade. E segundo as atribuições das instituições que se apresentam no Assentamento como, no caso do CEFAC.

EMATER e a Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER

No que tange a demanda de formação volta a aplicação de técnicas agrícolas e das se tratando de políticas públicas e em relação ao Assentamento é possível destacar a atuação da EMATER-PARÁ. No Plano de Desenvolvimento das Áreas de Reforma Agrária a prestação de serviço de assistência técnica tem sido uma demanda e se faz de fundamental importância para reforço a formação e capacitação das famílias em suas atuações nas práticas produtivas locais.

Assim sendo, das ações desenvolvidas no Assentamento, em 2012 a partir de convênio celebrado entre o INCRA e a Associação de produção e Comercialização do Assentamento Luís Carlos Prestes-APROLCAPES alguns serviços foram acessados pelas famílias do Assentamento. A responsável pela prestação desse serviço foi executado pela empresa EMATER, por meio da Chamada pública INCRA-SR 01 n 001/2011 Lote 05: ATER.

Nos aspectos reativos à formação ofertada, e segundo as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, as atividades desenvolvidas pela empresa de ATER referem-se a:

Serviço de **educação não formal**, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários, não agropecuários, inclusive as atividades agroextrativistas, florestais e artesanais. (PDA, EMATER, 2013. p.35).

Quanto a essa atuação da ATER/EMATER e segundo a avaliação das famílias, as atividades realizadas foram importantes para o desenvolvimento produtivo e de formação. Porém, as narrativas da liderança do Assentamento e ligado a Igreja Pentecostal do Resgate em Cristo houve questões limitantes, e isso se deu em torno da falta de maior articulação da empresa prestadora de serviço e o INCRA.

Mas das vezes que estiveram ensinando, fazendo os cursos de capacitação. De como plantar, como colher, *tava* bom. Gostei da participação, mas só que durou pouco, E isso eu acho que deveria continuar. Mas não sei porque. Se foi por falta de pagamento. Ou a culpa do próprio INCRA não cumprir com seus deveres com a empresa. (PASSOS, Pedro Paulo Gomes dos, 2018).

Diante da questão indicada pelo senhor Pedro Passos o mesmo registra a interrupção da prestação de serviço por parte da empresa. O que se deu antes mesmo do prazo de 18 meses estabelecido pela chamada pública. Fato que este que prejudicou o acompanhamento de modo sistemático e necessário à capacitação dos agricultores assentados, conforme as demandas e o destaque para sua importância.

Quanto à importância destes serviços prestados pela empresa, a avaliação do líder do MST no Assentamento, os mesmos apresentam qualidade. Em sua entrevista concedida para este trabalho o senhor Raimundo Nonato Santos, 48 anos, destaca as contribuições destas formações e serviços de assistência.

Então 50% de assistência técnica a EMATER contribuiu para o que é hoje o Assentamento. Desse aspecto assim da própria formação, da questão da produção. No aspecto de produzir mesmo não deixa de ter aí mesmo 50% de vontade da EMATER e do próprio povo. E hoje a gente consegue produzir. Que eles aprenderam na assistência técnica. A criação de peixe, SAF no próprio lote, tem gente que tá fazendo. Que foi a única que deu um certo salto de qualidade foi a EMATER mesmo. Com todos os problemas, todas as dificuldades, as críticas que se faziam, no entanto eles conseguiram despertar o interesse destas famílias. (SANTOS, Raimundo Nonato (Índio), 2018).

Percebe-se na narrativa da liderança do MST que a oferta dos serviços tem trazido importante contribuição para o desenvolvimento do Assentamento, e relativos a produção agrícola, de cultivos e criação.

Quando se ao dizer a “vontade” da EMATER e “do próprio povo” destacada por esta liderança, refere-se aos acordos entre a empresa e as famílias e o esforço quanto ao que foi firmado em concordância de ambos para o planejamento e execução das ações.

Embora isso, e por outro lado, se constata as dificuldades encontradas, sobretudo, no desenvolvimento das atividades práticas. De acordo com o assentado Carlos Nunes, coordenador da Igreja católica, no que se refere a participação nas ações, a atuação das famílias ocorreu com dificuldades para o estabelecimento de ações no plano ação coletiva. E no que se trata da formação e ações por meio das Unidades Demonstrativas.

Tais Unidades Demonstrativas referem-se ao desenvolvimento de experiências em caráter experimental e de aprendizagem focada no interesse dos envolvidos e sua aptidão profissional. Trata-se de ações de experimento articuladas a ATER e conforme a proposição das famílias. Trata-se de hortas enquanto ação desenvolvida junto ao grupo de Mulheres. E de aviários desenvolvido em caráter coletivo e por parte dos núcleos familiares. Além do SAF na área de reserva Legal envolvendo todos os núcleos familiares do Assentamento.

Por uma parte elas fizeram o trabalho delas. Agora a gente como assentado, como coletivo não soubemos aproveitar essa questões ai né, não. Mas, na minha opinião ela foi louvável. Mas só que mesmo de fato não funcionou direito foi a questão da coletividade, né? O pessoal que nem elas atuaram aí dentro, aí na questão do viveiro de pintos. A outra foi a horta né? (NUNES, Carlos, 2018).

Nesse sentido, percebe-se que as manifestações e perspectivas individuais sobressaíram-se em relação a ações do plano da coletividade. O que dificulta o avanço desde a formação prática, ou seja, da capacitação. À essa questão, o assentado Francisco Herizon, líder da Assembleia de Deus considera as seguintes situações:

(...) no passado aí nós tivemos um SAF ali. Tinha uma turma que queria, mas tinha uma maioria que não queria. Puxava para trás e acabou sendo parado o trabalho porque não adiantou, não funcionou. Foi abandonado e largado o trabalho. Porque? Por causa da falta de quê? Da falta de união e a vontade própria do coletivo, né? (HERIZON, Francisco, 2018).

Assim como Pedro Passos também tece considerações acerca das dificuldades oriundas de parte do grupo quanto a organização coletiva para o trabalho e a participação das famílias.

A culpa dos assentados. Não foi tanto do INCRA e nem da empresa contratada para ajudar nessa questão. FOI FALTA DE QUERER. Do povo, ou seja, nossa. A falha foi nossa por não ter continuado nessa questão.. Quando dez queriam... vinte diziam não. Então como é que pode? (PASSOS, Pedro Paulo, 2018).

Em relação aos exercícios práticos planejados em âmbito coletivo e acompanhados pela empresa prestadora de ATER, percebe-se que a mesma procurou seguir as proposições relativas a extensão rural, visto que:

A extensão rural está situada como processo interativo entre pessoas, e entre pessoas com o meio ambiente, mediado por uma relação, mútua, dialógica, de natureza pedagógica, que envolve ensino e aprendizagens a partir de valores, ideias, atitudes e saberes tornando-se por excelência uma relação educativa. (PDA, EMATER, 2013 p. 11).

E através da proposta dos exercícios práticos em unidades experimentais e que seriam expandidas, posteriormente às demais unidades familiares e suas práticas produtivas. Contudo, encontraram dificuldades que em parte pode ser atribuídos às subjetividades

reforçadas por interesse e práticas individuais e não aderência às ações voltadas as atividades de forma coletiva e focada na unidade experimental e o que repercutiu nas condições de realização como previsto.

Diante dessas ações e das dificuldades encontradas se nota a importância de articulação entre os serviços de ATER e demais instituições de formação presentes no Assentamento. E de modo a reforçar um conjunto de ações e tangentes a organização e ações coletivas. Com destaque para os princípios de reciprocidade e suas implicações para a relação social e laços sociais como discute Marcel Mauss (2003). E que no contexto do Assento e a unidades familiares se mostra como uma estratégia necessária e importante nas relações para o trabalho nas práticas produtivas e para o desenvolvimento das condições de reprodução da vida e trabalho.

Associação de Produção e Comercialização do Assentamento Luís Carlos prestes - APROLCAPEs

A Associação APROLCAPEs é a entidade de representação legal das famílias assentadas no Luís Carlos Prestes, fundada em 2009. Não tem fins lucrativos e cumpre o propósito de atuar frente as instâncias e órgãos públicos e atendo ao caráter burocrático que as mesmas demandam para o ente de representação em meios aos seus fins. Assim sendo, entre suas ações o caráter de promover a formação com vistas ao associativismo entre as famílias com fins de otimização da produção.

No período de reivindicação da terra para a constituição do Assentamento Luís Carlos Prestes, as iniciativas de trabalho e produção quando se encontravam no Acampamento eram orientadas pelo propósito da ação coletiva. E a realização das necessidades primárias eram atingidas pela ausência da posse da terra e, sobretudo, implicadas na carência de fontes de alimento. Nestas condições as famílias estavam mais motivadas a se organizarem em coletivos voltados a a produção e com foco nas condições de permanência no Acampamento e na espera pela terra demanda.

Nesse momento do Acampamento, a conquista da terra está relacionada aos meios mobilizados como a pressão política exercida pelo acampados mobilizados em torno MST. Assim sendo sem a Associação constituída a mobilização se dá pelo MST. Já com a constituição do Assentamento a Associação passar a assumir determinados papéis. E foi somente por meio desta, as famílias assentadas conseguiram acessar alguns serviços

fundamentais às condições de vida e dignidade no local em que foram assentados na antiga fazenda.

Entre os serviços parte das conquistas realizadas pelos recém assentados se destaca a construção das habitações, a abertura de estradas, concessão de “Credito Apoio Inicial”, apoio para a reforma da sede do CEFAC, a implantação do viveiro de mudas, e a regularização de algumas famílias nos lotes, em substituições aos primeiros ocupantes. Essas substituições ocorrem quando algumas famílias assentadas desde o início da regularização do Assentamento acabam desistindo de viver no Assentamento e transferem sua unidade de produção para outras. Essas substituições implicam em demandas para a Associação local, visando a regularização dessas famílias perante o INCRA.

Nesse processo e a partir das experiências adquiridas, e dos avanços, as famílias ganharam certa autonomia e independência umas das outras. O que se dá mediante a conquista da terra e divisão em lotes. Essa atuação independente, de certa forma altera as realções sociais tendo em vista o foco das famílias para as atribuições da associação. E nesse sentido é que se difere as atuações das mesmas nas relações para o trabalho, entre o período de Acampamento o já consolidado Assentamento. E pode ser atribuído à nova dinâmica da vida mediante a distribuição da terra por lotes e também perpassada de outros elementos relativos as subjetividades e relativa ao modo de vida social orientado por valores da modernidade, conforme argumenta Cavalcante (2014. p 43).

O surgimento do individualismo significará simultaneamente a cegueira perante o social. A ideologia moderna é individualista na medida que valoriza o indivíduo concebido como sujeito moral, independente, e autônomo e ignora ou subordina a totalidade social. Segundo esta configuração de ideias-valores o indivíduo possui atributos como a igualdade e a liberdade.

As reflexões de Cavalcante permitem dizer que esse conjunto de valores oriundo da modernidade constituído como uma cegueira diante do social não deixa de influir no Assentamento. O próprio modo de concepção do domínio formal da terra, com o processo de legalização contribui para as atuações individualizadas.

Assim após a legalização outras dinâmicas de representação emergem. Da mobilização coletiva por meio do movimento passou-se a criação estruturas representativas de caráter legal como a Associação que exerce determinadas formas de mediação.

Em contrapartida, com a consolidação da associação local determinadas atividades antes exercidas coletivamente e a partir de ações mais diretas dos grupos por meio de experiências coletivas, passam a ser atribuições da entidade de representação. Dessa forma,

com as instituições que se formam, como a associação, contribuem com esse processo de "descoletivização" do pensamento e das ações e centralizados na ação dos agentes da coordenação.

Com isso, as estruturas de organicidade do Assentamento, como as coordenações de Núcleos de famílias, de certo modo têm reduzida a capacidade de articulação para a mobilização destas famílias, e com dificuldade para as ações de coletividade que repercute na organização dos mutirões, por exemplo, visto que dessa feita, as famílias atribuem á associação as responsabilidades de responder pelas demandas do Assentamento.

A associação local enquanto representação legal, assume sobretudo, a função de mediar a resolução de questões relativas as políticas públicas frente aos órgãos através da atuação de parte do coordenador executivo. O que muda a forma de atuação quando certas ou tais ações eram empreendidas por meio da organização mais ampliada e de ações coletivas mais diretas.

Com a institucionalização da representação legal, a nova dinâmica em face da divisão da terra, as mudanças de ordem mais amplas e que diz respeito às manifestações das subjetividades individuais de orientação nos valores da modernidade. E de modo que estas subjetividades não possibilitam vivenciar experiências de reciprocidade pautadas em normas orientadas por trocas mútuas de interesses coletivos e não restrita a obrigatoriedades em riqueza monetárias, como discute Marcel Mauss (2003, p. 190).

Nas economias e nos direitos que precedem os nossos, nunca se constata, por assim dizer, simples troca de bens, de riquezas e de produtos num mercado estabelecido entre indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; (...) o mercado, a circulação de riquezas não é se não um dos termos de contrato bem mais geral e bem mais permanente.

Dessa forma, percebe-se que no período de Acampamento as ações se orientavam por um certo tipo de normas de convivência. E a partir de uma orientação pedagógica pautada em princípios estabelecidos para coletividade constituída como sujeito político organizativo, o MST. Já, na atualidade, as responsabilidades de organização, de pautar as demandas são direcionadas ao presidente da Associação. Com isso, as orientações de outrora regidas pelo MST são substituídas por aspirações de orientação até certo modo individualistas e convencionadas pelos princípios da racionalidade moderna que orienta as instituições formais e relativa aos direitos, por exemplo. E como se nota no artigo que dispões sobre o associado

“gozar de todas as vantagens e benefícios que a associação venha a conceder”(Art. 9º, APROLCAPES, 2009).

O curso de Licenciatura em Educação do Campo – LPEC tem como princípio a alternância pedagógica. Esta orientação propicia aos discentes o estudo e a pesquisa em seu lugar de vida e cultura. A proposta da pesquisas como princípio formativo e em caráter de pesquisa-ação orienta para a devolutiva dos trabalhos com a socialização das mesmas junto a comunidade.

Desse modo a Pesquisa Socioeducacional I (PSE I) procurou tratar acerca das trajetórias de vida e de histórias locais do Assentamento Luís Carlos Prestes resultando na sistematização da História Local a partir das narrativas orais dos assentados.

A partir da dinâmica de socialização das pesquisas com a comunidade, ficou mais visível a problemática acerca dos desafios da realização de atividades coletivas e principalmente para trabalho nas práticas produtivas. Fato este tratado constantemente pela associação local como relata o assentado Carlos Nunes.

A associação tem discutindo bastante essa questão do coletivo mesmo ela discute bastante. Aí, mas só que aí as familiares que estão no Assentamento elas pouco acreditam na coletividade, ne? É mais no individualismo mesmo. Mas a associação nunca deixa de discutir essa situação aí. (NUNES, Carlos, 2018)

Por ocasião da socialização da Pesquisa Socioeducacional I, a comunidade por meio de suas instâncias orgânicas propôs atividades relativas ao trabalho produtivo através de pequenos grupos de famílias. Estes Núcleos de Família em parte receberam por coordenadores membros diretores da associação local.

De acordo com coordenação da Associação, em conversa informal, estes Grupos de Trabalho - GT seriam compostos por até cinco famílias. E que estas – na opinião dos coordenadores, pudessem constituir laços recíprocos de amizade, bem como planejar a constituição de grupos por interesses similares.

As falas de diferentes entrevistados lançam questões acerca de certo distanciamento quanto ao desenvolvimento das atividades coletivas relativas ao trabalho e produção. Embora isso e as mudanças é importante destacar o papel da Associação em relação à coletividade vivenciada entre as famílias. E foi com base nesse interesse de coletividade entre as famílias o que possibilitou a própria criação da mesma. E de modo que esta instituição presente no Assentamento prosseguisse em condições de funcionamento. Além disso, uma forma de

expressar as ações coletivas se dá através da realização das assembleias. Em que se demanda participação das famílias em quantidade para garantir o quórum necessário. Momentos em que ocorre o compartilhamento da alimentação e para tanto, as contribuições necessárias para a realização das atividades.

Assim, embora a participação das famílias não seja em sua totalidade, conta-se com a maioria. E dessa forma, a APROLCAPEs constitui-se numa importante instituição de formação no Assentamento. E as ações tendo em vista a participação da maioria dos assentados também reverbera na politização de seus membros diretores. E, igualmente, por meio repercute em ações e tensionamentos frente aos órgãos e agentes do Estado. E ainda internamente quando proporciona aprendizados em meia a gestão, inclusive possibilitando compor um grupo engajado para transição posterior de coordenação.

Neste sentido, a Associação tem um papel e em perspectiva de através da articulação com os demais entes envolvidos em processos de formação. E na proposição de debates e trabalhos de base com vista à retomada e fortalecimento de iniciativas de ações coletivas. Nesse sentido com a discussão de processos com a valorização de experiências forjadas pela luta. E de tal como possibilitado pela vivência a qual os possibilitou resistir no Acampamento. E criar estratégias de superação das dificuldades de ordem socioeconômica.

Igrejas, atuação e formação no Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes

Como parte das relações e sociabilidade das famílias assentadas, as igrejas formam parte das instituições presente no Assentamento. E constituídas desde 2007 logo da proposta de ocupação da área pelas famílias.

No período de Acampamento as manifestações religiosas se davam ainda de modo mais restrito e com presença da Igreja católica e da Igreja evangélica Assembleia de Deus. Neste último caso, ainda, sem a presença de templos utilizados para os ritos da congregação. De maneira que as ações se davam de forma pontual e com a ingerência de agentes externos ao grupo de Acampados.

Com a constituição do Assentamento, face a superação dos conflitos, e com a materialização do processo de conquista da terra as instituições religiosas se ampliaram. E se estabeleceram no Assentamento, em que se destacam as agremiações evangélicas quais vieram e maior número.

Com isso estas instituições se fixaram no Assentamento e entre as unidades familiares e se expandiram. O que reverbera de certa forma na alteração da rotina dos assentados. E de

modo que a periodicidade dos eventos tornando-se importantes espaços de sociabilidade e também das atividades culturais e formativa no seio da comunidade.

Igreja Católica do padroeiro Divino Espírito Santo

A Igreja católica do Divino Espírito Santo se estabeleceu no Assentamento em 2010. Entretanto as ações e das atividades eclesiais e pedagógicas de formação, de maneira mais consolidada se dão a partir de 2014. Na Igreja são realizadas as celebrações dominicais e as missas em datas comemorativas. As atividades de formação se dão por meio de catecismo em preparação para os sacramentos. Sendo a primeira eucaristia, sobretudo, voltada para a preparação das crianças e a crisma, onde a preparação foca os adolescentes, jovens e adultos.

Igreja Congregação Monte Sinai da Assembleia de Deus

A igreja tem sua organização no Assentamento deste 2010. A instalação do prédio de referência está situado em um dos lotes e que pertencente ao dirigente. Sua doutrina segue os preceitos da igreja sede e, portanto, com determinações externas.

Entre os seus ritos a Assembleia realiza os cultos dominicais, semanalmente, mediado pelo dirigente da congregação. E, desenvolve atividades em caráter de formação a partir de orientações e estudos bíblicos junto aos jovens. O que é realizado por uma mulher membro da Igreja.

Igreja Evangélica Pentecostal do resgate em Cristo

A Igreja Evangélica Pentecostal do resgate em Cristo foi instituída na comunidade a partir de 2013. Seu prédio de referência também se encontra situado em dos lotes do Assentamento e que pertence ao próprio dirigente da congregação, na comunidade.

As atividades religiosas desenvolvidas são organizadas segundo a doutrina da igreja sede. Estas atividades eclesiais ocorrem periodicamente, e uma vez por semana. Mas também podem ocorrer em caráter extraordinário e de acordo com solicitações de seus membros participantes. E também em algumas datas comemorativas.

As igrejas e o protagonismo na formação no Assentamento Luís Carlos Prestes

No que tange à função social desses sujeitos coletivos, ou seja, as igrejas presentes no Assentamento, considera-se que é importante a compreensão e uma breve análise sobre a

atuação destas na realidade local. E em especial entender as percepções dos assentados acerca destas atuações.

Para Raimundo Nonato, líder do MST, as convicções religiosas centralizam sua atuação na espiritualidade da alma. E desta feita, se dá com certas perdas ou em detrimento de uma abordagem mais atenta às demandas sociais. E entre as quais sem pautar as questões levantadas acerca das relações de trabalho e das práticas que preconizam a solidariedade e reforço à coletividade neste sentido.

(...) no aspecto da Igreja, tanto ela católica como protestante (...), no aspecto da formação social mesmo, não existe. O que existe é uma formação de um mundo imaginário, ou seja, o paraíso, né? E o pessoal vai nessa da espiritualidade. (SANTOS, Raimundo Nonato (Índio), 2018)

Em consonância com as ponderações do líder do MST supra citado, o próprio dirigente da Assembleia de Deus, o assentado Francisco Herizon destaca que não tem ocorrido debates nesse sentido, da produção material da vida, mas atinente a mudanças do plano espiritual.

Referente sobre produção, assim alimentar, a igreja não faz esse debate, sabe? A igreja ela trabalha de uma forma na mudança do ser humano, na vida espiritual. Então de uma forma, que a igreja ela não se envolve, por exemplo, assim de trabalho assim material, por exemplo, assim de produção. O tempo da igreja é para libertar as pessoas (...). Então toda essa coisa é o trabalho da igreja, né? (HERIZON, Francisco, 2018).

O assentado Carlos Nunes e membro da Igreja Católica relata, por sua vez, não haver relação entre a formação aplicada e vivenciada através da Igreja que envolva uma abordagem em diálogo com a vivência relativa ao trabalho e às ações em âmbito coletivo para o mesmo na comunidade.

Eu exerço a função de coordenador. Mas essa questão da coletividade, nós aqui enquanto comunidade, a gente ainda nunca entrou nesse mérito não. Nesse debate na igreja, não. (NUNES, Carlos, 2018).

As narrativas das lideranças entrevistadas, no que se refere à função social das igrejas presente no Assentamento, sugere as percepções acerca da atuação das Igrejas presentes no Assentamento. Para tanto, as práticas formativas e atuações dessas instituições se mostram em até certo modo um distanciamento em relação ao contexto social. E mais especificamente, quanto às famílias assentadas e às questões atinentes às relações de trabalho e produção.

Quanto às manifestações de religiosidade e a relação com o individualismo, Cavalcante (2014, p. 44) a partir de seus estudos sobre a temática, destaca que “para Dumont, a gênese do individualismo se encontra no cristianismo, já para Stolcke, a gênese do individualismo está na emancipação política e econômica”.

Nesse argumento e em consideração às mudanças e dificuldade de ações em âmbito coletivo no Assentamento, Cavalcante sugere para duas questões. Uma delas que pode estar associada às mudanças e na expansão das igrejas após a regularização do Assentamento. De outra parte atribui as mudanças quanto a atuação passando várias das atribuições desempenhada em coletivo mais amplos à Associação local instituída com representante legal dos assentados.

Não obstante às observações das lideranças e apontamentos de Cavalcante, é importante salientar as atuações dessas instituições emergem em meio a luta por direitos e cidadania. Embora as contradições sóciohistóricas elas formam parte da dinâmica social e com um papel importante. Desse modo, cabe uma maior interação e destaque para esse papel e de que modo está atuação poderia manter uma atuação mais diretamente articulada com a realidade e demanda da comunidade.

Em outros casos e da importância da atuação da Igreja, Godoy (2009) põe em destaque as contribuições da Igreja católica relativo a formação com vista à politização dos sujeitos do campo. Essas contribuições na visão de Godoy reverberam nas atuações sociais e, incluso, no aprendizado do MST. E neste caso na própria formação de quadros, quais - baseado em Granmisc- denomina de intelectuais orgânicos.

A CPT, na década de 70, entendia que era preciso organizar os trabalhadores e fazer surgir de seu interior os intelectuais orgânicos que dariam continuidade ao projeto de emancipação dos trabalhadores. É o que o MST e outros movimentos sociais do campo continuam realizando dentro de seus quadros que sempre se renova (GODOY, 2009, p.107).

Neste sentido, em meio as ações de certo modo particularizadas se nota importante uma articulação entre as diversas instituições de educação não-formal presentes no Assentamento. Tais articulações e reconhecimento do papel para além da dimensão espiritual em si, poderia possibilitar um debate mais amplo e por meio do qual um trabalho de base que contemple discutir as demandas da comunidade, em face das relações sociais constituídas.

Dessa forma, no que tange às possibilidades de se constituir uma reflexão e conhecimento da importância de cada agente social e institucional presente no

Assentamento. Cujas a interação com a realidade do campo e das dimensões da vida se fazem de suma importância. E das quais a dimensão da vida para o trabalho no contexto das relações sociais.

Godoy destaca a Educação do Campo enquanto matriz formadora. Nesta, a educação pauta o estudo vinculado ao trabalho como princípio formativo, à práxis-teoria e a prática- constitui importante ferramenta pedagógica. Por meio dela se tem importante aporte para a constituição de quadros atuantes para a efetivação de um debate amplo acerca das demandas locais. De tal modo, assinala-se para as contribuições nas discussões e proposições de currículo destas instituições não-formais atuantes na educação na comunidade.

... o intelectual orgânico enquanto dirigentes e organizadores do movimento social, da organização, ao contrário do senso comum, trabalha pelo bom senso. Trata-se do intelectual orgânico da educação do campo que irá produzir a disputa pela hegemonia de construção de matrizes pedagógicas da educação do campo (GODOY, 2009. p.1007).

Dessa forma, a integração e atuação desses “intelectuais orgânicos” a partir destas instituições reverbera em ações com possibilidades de alterar a correlação de forças que se produzem com influências nas práticas estabelecidas. E com diálogo e debate a busca de conhecer e articular estas instâncias locais em condições de fortalecimento da organização social. E deste modo, possibilitando à comunidade assentada refletir que:

(...) a ausência de recursos de ação coletiva e suas dificuldades de organização causam profundas desagregação no plano das relações sociais impedindo que necessidades e demandas se transformem em direitos e estes, em decorrência, em plataforma de luta política mais ampla. (SEMIONATO, 2009. p.48).

Dessa forma, aos intelectuais orgânicos, ou seja, aos dirigentes politicamente engajados nas instâncias e mais, especificamente, em grupos de trabalho, a atuação nestes espaços permitiria articular e contribuir com a comunidade considerando as diferentes dimensões da atuação social. E, para tanto uma proposta de articulação entre as instituições tem em vislumbre o um trabalho de base que permita maior reflexão das famílias assentadas sobre a própria realidade, e das possibilidades e capacidade de ação. E como argumenta Freire (1997. p. 58).

(...) a tendência é refletir sobre sua própria *situacionalidade*, na medida em que, estão apoiados por ela, agem sobre ela (...). Os homens são porque *estão*

em situação. E serão tanto mais quanto não só pensem criticamente sobre sua forma de *estar*, mas criticamente atuem sobre a situação em que estão.

Nesse sentido, e quanto as perspectivas relativas à articulação política entre as instituições religiosas presentes no Assentamento, Carlos Nunes, dirigente da Igreja católica aponta para alguma sinalização por parte da Igreja em relação às questões sociais:

Tá com quatro meses aí que ela [a igreja] levantou um tema aí. Que aí o padre queria trazer, por exemplo, assim que nem era assim antigamente. Que eles trabalhavam coletivamente. Então ele queria resgatar de novo essa prática... Que era justamente para o próprio agricultor tirar mesmo da terra ali o seu sustento sem tá saindo da roça pra comprar suas coisas lá na rua. (...) Então ele *tava* querendo resgatar isso aí. Mas até agora foi só uma conversa e aí a gente não conversou mais a respeito disso. (NUNES, Carlos, 2018).

Enquanto que para a Igreja Evangélica Pentecostal do Projeto Resgate em Cristo através de seu dirigente, o assentado Pedro Passos, aponta sugestões de assumir o debate, a partir da mobilização da comunidade.

(...) Mas estou me referindo a trabalho também... Em prol do assentamento, ou seja, das famílias. (...) Não só da igreja a qual eu sou dirigente, mas do assentamento de modo geral. (PASSOS, Pedro Paulo Gomes dos, 2018).

Portanto, tendo em vista as perspectivas apontadas pelas lideranças Carlos Nunes e Pedro Passos, percebe-se possibilidades de viabilização de um debate com a comunidade por meio do protagonismo mediado por estas instituições.

Nas atividades realizadas pelas congregações semanalmente percebe algumas ações, a exemplo dos mutirões voltados a garantia da infraestrutura e das atividades da igreja. Observa-se que, de certa forma estas práticas envolvem aspectos culturais e imbricados nas relações sociais coletivas. Essas manifestações embora que em caráter institucionalizados e presentes nas igrejas do Assentamento possibilita abordagens quanto aos aspectos sociais de vida, trabalho e coletividade. E por extensão a outras dimensões da vida no Assentamento.

Estas possibilidades guardam em si o fato de que estes dirigentes atuantes nas igrejas da comunidade, também são oriundos de experiências nas coordenações de grupos de base. E sejam instâncias de organicidade dentro Assentamento, e conta com experiências e formação nos princípios orientado pelo MST quanto a coletividade. Logo, a se coloca em questão a importância desses dirigentes mobilizarem estas experiências enquanto suas possibilidades para atuarem politicamente nestas instituições.

Escola do Assentamento Luís Carlos Prestes e o contexto histórico da educação brasileira

A Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental (E.M.E.I.F) denominada Antônio Santos do Carmo está localizada no Assentamento Luís Carlos Prestes. A mesma se encontra matriculada no Ministério de Educação e Cultura – MEC desde de 2009, sob o COD. INEP: 15163008.

As atividades educacionais tiveram início alocadas no espaço que anteriormente era utilizado como sede da antiga fazenda. E permanecendo uma vez que ainda hoje não conta com um prédio próprio para desenvolvimento das atividades de ensino.

Figuras 15 e 16: Estrutura onde foi estabelecida a Escola Antônio Santos do Carmo



Fonte: Dados de pesquisa de campo

A escola do atende atualmente 51 alunos do Assentamento Luís Carlos Prestes. Com três turmas distintas, e todas em regime de multisseriação. A escola contando em seu quadro funcional, com uma profissional de serviços gerais e que atua mais especificamente na cozinha com o preparo dos alimentos. E três docentes, e estes com formação em curso superior em pedagogia, pelo Instituto Superior de Educação Programus – ISEPRO.

Quadro 08: Número de alunos por turma na Escola Antônio Santos do Carmo

| Série | Numero de alunos | Turma |
|--------|------------------|----------|
| Pré-01 | 06 | 1ª turma |
| Pré-02 | 05 | |
| 1º ano | 05 | |
| 2º ano | 05 | 2ª turma |
| 3º ano | 14 | |
| 4º ano | 13 | 3ª turma |
| 5º ano | 03 | |
| Total | 51 alunos | |

Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2018

A Escola constitui um anexo da Escola Nicolau Neres da Silva, que fica situada na sede do município, em Irituia do Pará. Portanto, sob a gestão da mesma diretoria desta última. E neste sentido, quanto a organização, de acordo com os professores entrevistados, a escola do Assentamento não conta com um Projeto Político Pedagógico-PPP próprio.

Ainda conforme apontamento de professores atuantes na escola durante as entrevistas realizadas para este trabalho de conclusão, os mesmos não têm acesso ao PPP da escola polo. E como fica dito nas falas de Maxcleia Nunes e Cleidiane Santos.

Não. Até porque o polo ... ele não... ele deixa muito a desejar na questão quando se trata de planejamento, tudo, sabe, a questão do PPP, então fica muito para o polo e as escolas anexas ficam um pouco a parte disso.(NUNES, Maxcleia, 2018).

A escola aqui no caso, anexa, Antônio Santos do Carmo... Ainda não possui um PPP próprio da escola, né? A escola polo tem o PPP que todas as escolas anexas. Então, eu sinceramente ainda não tive acesso ao PPP. (GRANGEIRO, Cleidiane Santos, 2018).

Em virtude da condição de anexo a Escola local, se nota acentuadas dificuldades em relação a gestão. Portanto, se faz necessária a participação ativa da comunidade e organização de um coletivo consolidado para trabalho, um coletivo que pense a autonomia da escola e organização do currículo.

Breve histórico da escola Antônio Santos do Carmo.

A Escola de Ensino Infantil e Fundamental Antônio Santos do Carmo foi criada e se deve a importante atuação e a coletividade vivenciada pelos movimentos sociais do campo. No assentamento Luís Carlos Prestes, a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST foi de suma importância, e ao organizar as famílias para ocupar a área em 2007.

Com a nomeação da escola, a comunidade homenageou o camponês Antônio Santos do Carmo. E segundo relatos esta homenagem se deu em memória e em função de este agricultor ter sido assassinado no conflito no ato da ocupação da área que deu origem ao Assentamento, em 2007.

Importante destacar que no período do Acampamento e ainda em 2008, a escola funcionava mediante a atuação de voluntários, membros da comunidade. Nesse sentido, ainda que as crianças estudassem nas escolas do entorno também estudavam com os voluntários na própria comunidade. Isto é, para constituir um fato e reforçar as reivindicações da escola dentro da área. E uma vez que a SEMED não vinha atendendo as demandas e em cumprimento das observações acerca da Constituição Federal. O que relata a assentada Valdinéia de Souza de 32 anos, em entrevista concedida na realização da Pesquisa Socioeducacional – I.

Houve [resistência] sim, porque nesse período era acampamento (...), então eles [gestores] não queriam legalizar nesse período né? Porque era acampamento. Então, a gente, as pessoas estudavam lá fora de manhã e estudavam a tarde com a gente, com os voluntários, e quem estudava a tarde, estudava de manhã aqui com os voluntários também. (SOUZA, Valdinéia de Lino, 2014).

Neste contexto de luta pela terra e diversos enfrentamentos se tem a demanda e primeiros passos para a criação da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Antônio Santos do Carmo, criada em 2007. Ainda que funcionando de forma improvisada no Acampamento, às margens da BR 010. E posteriormente, no local de Assentamento, na sede de antiga fazenda.

E, por fim reconhecida mediante o processo de regulamentação concretizada em fevereiro de 2009. Portanto, após a criação propriamente do Assentamento em 2008. E de acordo com a Portaria 94 publicada no Diário Oficial da União, em 30 de dezembro daquele ano.

No aspectos relativos a oferta de ensino a escola Antônio Santos do Carmo, compreende sua atuação em caráter de educação formal. De acordo com Silva (2006), essa

modalidade é “oferecida por instituições sociais, seguindo normas estabelecidas pelo governo federal”, Portanto, em caráter oficial e sob diretrizes mais amplas.

E em considerações as questões curriculares, de acordo com Moreira e Candau (2007. p. 18), “o currículo associa-se, assim, ao conjunto de esforços pedagógicos desenvolvidos com intenções educativas”. E no plano local o interesse é pela sua materialização contextualizada para além das determinações hierárquicas institucionais de que procedem. Dessa com a participação da comunidade e da interação com educador e educando.

Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nicolau Neres da Silva

Além do ensino ofertado na escola Antonio Santos do Carmo situada no Assentamento Luís Carlos Prestes, a demanda da comunidade também ainda é atendida fora da comunidade. O que ocorre na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Nicolau Neres da Silva . Com ações de ensino nesta diretamente ligada á vida dos educandos do Assentamento. De maneira que esta escola atender estes educandos também se tornou campo desta pesquisa. E ademais das Pesquisas Socioeducacionais realizadas na formação em Educação do Campo. E com a realização dos Estágio-Docência.

A Escola Nicolau Neres da Silva se encontra situada na Vila São Francisco no município de Irituia, à Rua Aloyzio Chaves. A mesma foi fundada em 27 de junho de 2008. A escola recebeu seu nome em homenagem a um ex-prefeito do município. A gestão da escola se dá por meio da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) e atualmente atende 1.012 alunos, da zona urbana e rural. As atividades letivas são ofertadas em três turnos, nas modalidades de ensino fundamental (em turmas do 6º ao 9º ano), Educação de Jovens e adultos-EJA (3ª e 4ª etapas – 8º e 9º ano) e o Ensino Médio.

Figuras 17 e 18: Escola Nicolau Neres da Silva. Atende o assentamento Luís Carlos Prestes



Fonte: dados de pesquisa de campo, 2016.

Embora a localização da escola esteja numa área classificada como urbana, apresenta características específicas. De um modo geral a população do município de Irituia⁴ é predominantemente rural. Não obstante as características do município a escola atende “predominantemente as populações do campo” (IBGE-Brasil, 2010). Desse modo, a sua proposta pedagógica atende ou poderia ser organizada atendendo a princípios pedagógicos da escola e da Educação do Campo?

Algumas das Pesquisas Socioeducacionais e dos Estágios-Docência do curso de Educação do Campo foram desenvolvidos nesta escola, enquanto uma das instituições de formação e que atende discentes do Assentamento Luís Carlos Prestes. Tratou de investigar acerca do currículo desenvolvido nas escolas do campo do município de Irituia e, mais especificamente, nesta questão a escola Nicolau Neres da Silva.

Além disso, durante a realização das pesquisas e dos estágios, outra questão tomada enquanto ação e, aqui em perspectiva de análise refere-se ao Ensino em Ciências Agrárias e da Natureza.

As atividades pedagógicas foram planejadas com abordagem sobre o tema das questões ambientais e relacionada ao ensino-aprendizagem a fim de entender as atuações pedagógicas e a relação dos educandos com a temática da natureza e as experiências no contexto social e de ações de pesquisa de campo.

4 Densidade demográfica: População: 31.644. Habtantes

Zona urbana: 6.509 habtantes. Zona rural: 24.873 habitantes Fonte: cidade.ibge.gov.br/educaçao (pesquisa Google 2016)

Projeto Político Pedagógico, pressupostos e Educação do Campo

Considerado as situações de atendimento da educação formal no Assentamento Luís Carlos Prestes, o propósito deste tópico se dá em torno da discussão acerca do Projeto Político Pedagógico – PPP. Com isso, com algumas hipóteses enquanto aporte e norteador das práticas educativas e acerca das Escolas do Campo. Para tanto algumas considerações de aportes teóricos e na perspectiva de apontar formulações que possibilitem contribuir para a construção do PPP da escola do Assentamento Luís Carlos Prestes.

Assim sendo, e como foi dito, além da Escola Antônio Santos do Carmo instalada no Assentamento, vale destacar a esse respeito a Escola Nicolau Neres. Mesmo se encontrando fora da comunidade a escola é a responsável pela oferta de formação no Ensino Fundamental, a partir do 6º ano, e do Ensino Médio. Portanto, diretamente veiculada a ação de formação dos educandos assentados.

A perspectiva e também desafio de levantar elementos em termos de uma proposta curricular contextualizada emerge diante das reflexões teóricas e práticas vivenciadas durante o percurso formativo no curso de licenciatura em Educação do Campo, bem como das experiências vivenciadas nos estágios.

Nesse sentido, salienta-se que tanto a escola Antônio Santos do Carmo situada no Assentamento quanto a Escola Nicolau Neres da Silva que atende aos educandos do Assentamento não contam com um Projeto Político Pedagógico próprio. Com isso, o objetivo das proposições é sugerir formulações que possibilite contribuir na reflexão e possibilidade de constituição da proposta pedagógica para essas escolas.

Nesse sentido, Molina e Sá (2012) trazem importantes reflexões a se considerar na elaboração de um Projeto Político Pedagógico e, mas especificamente voltado às escolas do campo. E como é o caso da escola Antônio Santos do Carmo, situada no Assentamento Luís Carlos Prestes. Para as autoras é necessário considerar a identidade desta Escola tendo em vista sua vinculação à vida, ao trabalho produtivo e as relações sociais que deste resulta, ou seja, a vivência entre as famílias assim como dos educandos.

Com isso, as ponderações de Molina e Sá convergem com os pressupostos legais e no que se trata da à autonomia pedagógica das Escolas do Campo, no que tange à construção do PPP, as escolas do campo tem sua autonomia amparadas à luz da LDB segundo o Art. 12.

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; (BRASIL, LDB, 1996. p. 7)

Nesse sentido, no que tange aos pressupostos legais a Escola Antônio Santos do Carmo reúne condições de propor e elaborar uma proposta pedagógica própria da Escola. E isso, a depender da inserção da comunidade e do compromisso político pedagógico do corpo docente.

CAPÍTULO IV

EDUCAÇÃO DO CAMPO, PERSPECTIVA E EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS A PARTIR DE PESQUISAS SOCIOEDUCACIONAIS E ESTÁGIOS-DOCÊNCIA

Educação do Campo, formação contextualização e perspectivas

Este capítulo reúne elementos das experiências sociais e de formação no Assentamento Luís Carlos Prestes. E também faz uma abordagem das experiências em face as pesquisas socioeducacionais e estágios-docência realizados no processo formativo no curso de Educação do Campo.

Com isso discute a Educação do Campo questão da formação contextualizada e suas perspectivas. E considerando as experiências de estágio-docência na educação escolar, faz alguns apontamentos acerca das proposições e perspectiva curricular interdisciplinar. Também apresenta e discute as aspectos das experiência no Estágio-Docência com uma abordagem a partir da área de Ciências Agrárias e da Natureza.

Por meio da experiência dos estágios-docência, este capítulo conclui com a discussão acerca de proposições com vista a debater aspectos e algumas contribuições práticas e possibilidade e tendo em vista a necessidade de uma proposta curricular da escola da comunidade. E neste sentido, levantar questões e perspectivas para pensar uma proposta pedagógica e a elaboração de um projeto pedagógico numa perspectiva de currículo contextualizado para a escola da comunidade.

Essa discussão se dá com a apresentação de experiências de Estágio Docência realizadas no curso de Educação do Campo e com o propósito de conhecer e promover o debate acerca das práticas formativas e sua relação com a realidade local. E também no que diz respeito a relação socioecológica e atento para as ações de reciprocidade na vivência social e na relação com a natureza. Bem como, apontamentos, de questões que dizem respeito às possibilidades de discussão que suscitam diálogos entre as diferentes áreas do conhecimento em mediação com a realidade, em perspectiva interdisciplinar.

Neste sentido, as reflexões que emergem das análises acerca das instituições de formação presentes no Assentamento Luís Carlos Prestes, e como visto anteriormente, sugerem para um distanciamento entre a formação ofertada e o contexto local. Ou seja, e mais propriamente, à desvinculação do debate acerca das relações de trabalho e reciprocidade, enquanto práticas presentes na realidade da comunidade. Esse debate se faz necessário, ao atentar para a realidade das famílias assentadas tanto no que diz respeito à formação, como para o desenvolvimento das condições de reprodução e permanência no campo.

Neste sentido, se faz necessário refletir acerca das perspectivas em Educação do Campo para uma atuação de educadores inseridos e atuantes na comunidade. Pois as Pesquisas Socioeducacionais desenvolvidas no Assentamento durante o curso de licenciatura em Educação do Campo apontaram para estas questões. Ademais, a socialização desses dados permite dizer que há uma ciência acerca dessa realidade local e postas em discussão tendo como referências, sobretudo, as narrativas obtidas em campo.

Nestes aspectos e relativos à formação, requer discutir de que forma as instituições de formação presentes no Assentamento poderiam contribuir na construção de um debate acerca das relações de sociabilidade, práticas para o trabalho, ações coletivas e reciprocidade na comunidade. E de que forma essa discussão pode contribuir ao reforço de tais práticas e na formulação de um currículo que implique no processo pautado em práticas sociais, na importância da coletividade para a vida e trabalho das famílias. E, portanto, atento as experiências da realidade.

Em relação a estas questões e refletindo em Godoy (2009) a partir de seus estudos acerca da *Educação do Campo e a teoria crítica em Gramsci*, percebe-se a necessidade de contribuir na formação dos agentes sociais locais que se constituem em “intelectuais orgânicos”, de modo que possibilitem e se reforce sua atuação no Assentamento.

O reforço às práticas locais também constituem possibilidades de alteração dessa realidade a partir da integração desses agentes sociais nas instituições locais, num processo ativo e permanente de ação e reflexão crítica quanto papel e atuação das instituições no interior da comunidade.

Nos aspectos da formação necessária aos “intelectuais orgânicos”, apontados por Godoy (2009), a Educação do campo se faz fundamental no sentido de possibilitar formação que possa contribuir com as formulações para currículo para as instituições formal e não formal.

Nesse sentido, especificamente em relação á Escola Antônio Santos do Carmo, o currículo voltado a formação no campo em que inclui as demandas nas unidades familiares, as questões de trabalho, organização, sociabilidade, reciprocidade, entre outras.

Dessa forma, de acordo com Saviani (1979. p.163) se faz necessário entender que a crítica por si só não serve. Portanto, há que se formular a articulação de proposições fundamentadas em orientação teórica que norteie as metas a serem alcançadas visto que esta teoria que permeiam a construção de um currículo “não sendo neutra expressa uma intencionalidade, ou seja, interesse”.

É necessário compreender que o que vai ser ensinado precede a atuação didática do educador, e sugere com isso que a dinâmica-didática transpõe as paredes da escola, do currículo, do Projeto Político Pedagógico. Entretanto, contextualizar os conteúdos formulados e socializar conhecimento sistematizados requer atendimento de demandas específicas da comunidade. E nesse caso num esforço de articulação com os saberes e demandas locais.

Educação escolar: algumas proposições e perspectiva curricular e interdisciplinar

Pensar a interdisciplinaridade na educação escolar com essa perspectiva curricular, se dá com o propósito de conhecer e promover o debate acerca das práticas formativas e sua relação com a realidade local e que dizem respeito a relação socioecológica atento para as ações de reciprocidade na vivência social e na relação com a natureza em suas múltiplas dimensões.

As proposições aqui apresentadas têm relação com os dados resultantes de pesquisas socioeducacionais e dos estágios-docência e as considerações se fundamentam em narrativas dos assentados e lideranças locais. Ademais, considera-se as observações e experiências vivenciadas em estágios na escola Nicolau Neres da Silva. E pelas quais tais práticas de pesquisas e estágios possibilitaram formular e elaborar a escolha temática, de tema gerador e eixos orientadores que constituem algumas contribuições para refletir e formentar proposições curriculares que se atente à realidade local.

Ademais, estas proposições guardam enormes relevância para a comunidade, a medida que as escolas não possuem projetos pedagógicos próprios. Nesse sentido além de atentar para a perspectiva de escola, necessita de um documento base que os contemple. E com isso se faz importante articular atividades pedagógicas que se atente aos aspectos culturais da comunidade, e possibilite envolvimento dos conteúdos estudados com a realidade local.

É importante salientar ainda que as proposições aqui apresentadas no sentido de pensar o Projeto Político Pedagógico-PPP, e não se trata de um projeto em elaboração propriamente e acabado. E para tanto é fundamental que toda sua elaboração possa contar com a participação da comunidade escolar. E, seja, do corpo docente da escola, dos pais, do conselho e dos educandos. E, a fim de que a função social da escola se dê a partir das interações sociais, em caráter político, tendo em vista o compromisso de pautar a formação que leve em conta procedimentos e contexto social e em vista da interação dos sujeitos da formação para agir

“com o mundo” no qual estão inseridos e não simplesmente “no mundo” como sugere Freire (2000. p. 23).

Diante da realidade estudada e dessa proposta, uma questão importante é ter em conta o currículo oculto de modo a elaborar estratégias que orientem para atuação frente a vida e o contexto social. E que a “organização e distribuição dos conhecimentos escolares que possibilitem sua apreensão e sua crítica” (MOREIRA e CANDAU, 2007. p.18) em face de situações, que se colcam nas entrelinhas do currículo proposto.

Ademais é importante ressaltar e considerar em base ao contexto situações que reforcem e reconheçam as experiências locais. A título de exemplo, propor o nome de alas de aulas, biblioteca atribuídos a pessoas que lutaram ou lutam em defesa do povo. E articulado com conteúdos propor o estudo da história do Brasil, da luta pela terra, e da luta contra desigualdades sociais.

Assim sendo, e tendo em conta a realidade estudada e neste trabalho outra questão que chama atenção é a combinação de estratégias possíveis, ações e materiais como os registros fotográficos e que reforcem a história da comunidade. E ainda referente às famílias, a luta social e a conquista da terra. A cultura e a místicas presente no processo organizativo como o caso do MST, e a partir das diferentes linguagens (música, teatro, filmes, literatura).

Levar em conta a dinâmica das ações em uma proposta que constituam em elaboração em face da realidade e situações. Assim sendo não restrita à sala de aula e conteúdos sem conexão com a vida e a sociedade permitindo a “recontextualização” das atividades curriculares pautadas na realidade local (MOREIRA e CANDAU, 2007. p. 19).

E fazer isso significa contrapor ações em decorrência de propostas e recursos limitados presentes no sistema educacional que tende pela “descontextualização” dos conteúdos ofertados nas escolas.

Dito isso e com a intenção de refletir sobre os dados de campo e relativo a oferta da formação desenvolvida pela escola Antônio Santos do Carmo no Assentamento e para tal analisar as questões mediante dados da Pesquisa Socioeducacional realizada no processo formativo em Educação do Campo.

Mais especificamente, a Pesquisa Socioeducacional II tratou acerca das atividades pedagógicas desenvolvidas na escola local. Por meio desta pesquisa, emergiram questões referentes a realidade da comunidade. A exemplo das dificuldades presentes nas relações sociais manifestas pelas dificuldades e falta de iniciativas voltadas para a realização de trabalho em grupo na comunidade.

Os dados e aprendizados no percurso formativo em Educação do Campo, e especificamente o componente curricular “Letramento e Participação Social” ministrado pela professora Tereza Maracaipe, possibilitou formular problemáticas e conhecer acerca da realidade e de práticas pedagógicas na comunidade.

A disciplina supracitada somada às observações em campo, promoveu um momento rico nesse exercício e foi de suma importância para a reflexão da realidade local. E um dos elementos de interesse e relevância para este trabalho foram em torno das práticas pedagógicas, escolares e não-escolares presentes no Assentamento.

Ademais foi possível buscar a acerca da concepção dos agentes sociais mediante a realidade e as práticas pedagógicas nos processos educativos na comunidade. Assim que para o professor Orestes Neres, entrevistado em 2015, trata acerca dos conteúdos abordados na escola Antônio Santos do Carmo, e diz:

O que eles colocam para o Campo. Um planejamento para o campo é turma multisseriado, mas se for procurar conteúdo por conteúdo, por exemplo, não é o que tá ali na Educação do Campo. (...) Inclusive eles falaram lá que vai ser visto a questão dos quilombolas, MST, ribeirinhos. Já vinha um planejamento específico pra cada situação. (NERES, Orestes Benedito, 2015)

A fala do professor Orestes Neres, indica que o planejamento é feito a partir de fora e que há uma estrutura externa que rege a gestão da escola. Embora se mencione questões e agentes sociais do campo, ainda há um distanciamento em assegurar a discussão e as especificidades da comunidade. E na prática as atividades pedagógicas em sua organização ainda padronizadas em semelhança e reprodução daquelas desenvolvidas na zona urbana.

Já a professora Maxcleia Nunes, entrevistada em 2017, e também da escola Antônio Santos do Carmo, sinaliza para alguns avanços e diz:

Em parte, por quê? Já teve alguns avanços porque antes vinham livros que só eram pra trabalhar a realidade de São Paulo ... Rio de Janeiro .. Hoje já vêm alguns livros que trabalham essa questão do campo, alguns livros já trabalham essa questão, muito pouco, mas trabalham. (NUNES, Maxcleia Nunes, 2017).

A narrativa da professora Maxcleia Nunes em relação as atividades pedagógicas com abordagem acerca do contexto local sugere alguns avanços e limitações. E ela também relaciona essas dificuldades também a formação dos educadores da referida escola. E que

advem das limitações relativas ao conhecimento dos fundamentos teóricos que regem com base na Educação do Campo.

(...) nós estamos formados em pedagogia. Sendo que nós ainda não temos... o curso e com certeza ia contribuir mais ainda com a questão da Educação do Campo, né? Porém nós já tivemos formação. Algumas palestras. Só que nem todos participaram. POR QUÊ? Porque quando vem a oferta não é pra todos, e fica uns que não participam mesmo (NUNES, Maxcleia Nunes, 2018)

Ademais das limitações atribuídas a formação dos educadores que atuam no campo, em observação das práticas e situações das escolas do campo fica clara a necessidade da oferta de formação continuada de maneira que possibilite um aporte com a que reforce a atuação e a contribuição na proposição de um currículo que atenda às demandas da comunidade.

A partir das falas dos agentes sociais, envolvidos nos processos pedagógicos, na Escola Antônio Santos do Carmo é necessário, é importante a constituição de uma proposta com a participação da comunidade e em diálogo com a realidade local. Pois até então as atividades pedagógicas são organizadas a partir dos entes externos. E esta forma de planejamento e concepção perpassada no currículo parece propensa à escolarização, sem que dê conta de uma formação mais ampla de forma que complete as dimensões da vida no campo. E como aponta T.T. Silva (2007, p. 15).

O currículo é sempre o resultado de uma seleção; de um universo mais amplo de conhecimento e saberes, seleciona – se aquela parte que vai constituir, precisamente o currículo-e aqui as teorias do currículo, cumprem seu papel ativo que é o de explicar porque esses conhecimentos e não aqueles devem ser selecionados. (...) deduzem o tipo de conhecimento considerado importante justamente a partir de descrição do tipo de pessoa que ela considera ideal.

Com isso, o Estado cumpre as determinações legais, constitucionais, sem a responsabilidade de formar cidadãos inseridos no mundo do trabalho e da vida em sentido amplo. Em contraponto as escolas em boa parte ainda estão desfocadas da compreensão da demanda de um currículo voltado a tender os agentes sociais na sua relação com a vida na comunidade e na relação com a natureza pela vivência, trabalho e cultura.

Outra questão relevante em se tratando especificamente das escolas do campo como é o caso da escola Antônio Santos do Carmo se refere à modalidade de oferta do ensino. E como discute Godoy (2009, p. 98) acerca da multisseriação nas escolas no meio rural.

(...) o meio rural esteve historicamente na contramão, ignorado e marginalizado, fora das agendas políticas por parte dos governos que se sucederam na realidade brasileira, reduzida na maioria das vezes a escolinhas com classes multisseriadas como ainda se faz presente em muitos municípios onde não se faz chegar as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo e suas resoluções normativas.

Portanto, quanto a forma de organização e perspectiva curricular que orienta a oferta do ensino na escola Antônio Santos do Carmo ela é multisseriada, atendendo educando com idade de até 12 anos. E a planejamento advem da secretaria do município.

E não obstante, o descompasso em termos de iniciativas mediadas pela SEMED quanto a um planejamento e uma gestão com maior participação da comunidade há atuações que indicam algumas perspectivas. No que tange á compreensão das especificidades dos educandos e da realidade do Assentamento, alguns educadores, têm se mostrado interessados em proposições nessa perspectiva. E para tanto buscado atuação didáticas que contribuam para aperspectivas na escola da comunidade.

Estas atuações resultam de esforços empreendidos por estes educadores. E de modo que estes educadores têm, incluso, participado frequentemente de atividades promovidas pelo MST. E esse diálogo de certa forma têm influenciado para que os educadores se mostrem mais atentos ao contexto e abertos à propor ações para a escola local e, como indica o professor Sharles Araújo.

É por isso que eu já tô com uma ideia que agora no início do ano a gente durante o período de férias-fazer planejamento. Convidar os outros professores para já elaborar um projeto político pedagógico para a escola Antônio Santos do Carmo. Porque? Porque eu vejo que é importante que se tenha um ensino direcionado para a realidade da comunidade, entende? Que é uma comunidade bem particular, bem singular em relação á outras comunidades que têm aqui na região. ... Não tem, mas nós estamos pensando de realizar um aqui. (ARAÚJO, Sharles de Oliveira Araújo, 2018).

Estas questões permitem considerar a importância e assinalar para algumas perspectivas quanto a uma educação que possibilite atender as demandas do Assentamento. As Pesquisas Socioeducacionais desenvolvidas por meio do curso de Educação do Campo foram socializadas com a comunidade e na escola. Isso possibilitou a comunidade tanto conhecer como refletir acerca destas questões da realidade local.

Entretanto, em termos de considerar o contexto e aspectos socioculturais do Assentamento, para alguns a escola ainda não se faz como se requer. E essa é a percepção do professor Sharles Araújo, que atuou em substituição ao professor Neres, no ano de 2018.

Na escola a gente não consegue perceber um currículo ou uma dinâmica voltada para o trabalho em si. Trabalho na agricultura mesmo. A escola trabalha mais na parte de conscientizar os pais de que o trabalho para as crianças- principalmente para as crianças menores de doze anos-seria bem moderado. Porque isso vai refletir no dia a dia do menino em sala de aula. (ARAÚJO, Sharles de Oliveira, 2018)

O professor Sharles Araújo compreende que questões como o trabalho constitui parte desse universo e parte inerente da cultura da comunidade. Mas a discussão e com pauta do processo educativo ainda é algo que precisa se dá de maneira mais aprofundada.

Em entrevista para este trabalho o senhor Raimundo Santos, liderança do MST no Assentamento, diz não perceber vinculação entre ensino-aprendizagem, trabalho e as relações sociais. Ao que sugere muito em decorrência de uma rotina no ensino sob orientação de entes externos à comunidade em âmbito do município, e sem muita atenção às possibilidades de materiais e com a realidade.

Ela [a escola] segue uma cartilha que já vem pronta, ne? E aí já não tem tanto espaço. Até que eles, os educadores, aqui, dependendo do tempo, eles implementam alguns jornais do MST que a gente tem na organização, que faz essa formação nesse sentido, de falar a importância que tem o campo para essas famílias que têm aqui dentro. Mas é muito pouco mesmo. Pouco eles utilizam materiais nosso [do MST], mais é material que vem do município mesmo. (SANTOS, Raimundo Nonato (Índio) 2018).

Nesse sentido a formação na escola do Assentamento constitui, de certo modo, uma escolarização sem muita inserção no contexto local. E o currículo até mesmo se distancia das determinações legais, mais amplas, e referente às especificidades do campo como rege o artigo 28 da LDB:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural” (BRASIL, 1996.p.13).

No que se refere à formação contextualizada, compreende-se a necessidade de se discutir, de maneira mais aprofundada, na comunidade, mais especificamente na Escola Antônio Santos do Carmo esta formação no sentido de que crianças, adolescentes e jovens

possam se situar no mundo a partir da sua inserção neste espaço e os possibilitem compreender, nesta perspectiva, mais de sua própria realidade.

Nesta perspectiva apontadas e na proposição de formação contextualizada da realidade Figueiredo & Mesquita (2012, p. 30) apontam para as seguintes questões:

- Transformar a escola em um centro difusor cultural;
- Trabalhar com textos escritos significativos nos aspectos sociais afetivos e artísticos;
- Reflexão da língua escrita desenvolvendo a oralidade, musicalidade e interpretação cênica;
- Ensinar as crianças a estruturar suas ideias através de texto escrito defendendo ponto de vista contra argumentar e criar cadeia de argumentos;
- Vivenciar a cultura através de cantiga de roda, parlenda, trava – línguas, adivinhas, cordel.

Considerado os apontamentos de Figueiredo & Mesquita e pesando o contexto do Assentamento, uma importante estratégia e elemento da proposição pedagógica se dá em torno da história local, a cultura da mandioca. E para tanto recorrendo a linguagem de cordel, a narrativas de lendas, mitos, dança como o carimbo, entre outras.

Tais atividades e estratégias possibilitam, conforme, Figueiredo & Mesquita (2012, p. 30) “dar significação à capacidade de escrita, mas também contextos de interação social e produção de cultura”.

Nessa preocupação que vem sendo suscitada em perspectiva de se construir discurso que problematize a realidade local. Assim como em torno de contribuições para organização do currículo da escola local os dados desta pesquisa dão alguns indicativos para abordagem e problematizações para refletir nesse interesse.

Nesse processo e no que tange a participação dos pais no âmbito da escola esta tem se dado por meio de reuniões periódicas da escola, sem a ingerência e determinação da gestão escolar. Nesse sentido a participação dos pais se mostra como possibilidade para a mobilização da comunidade em torno da discussão e construção de uma proposta curricular e para a construção do Projeto Político Pedagógico.

Ademais a atuação no Conselho Escolar se mostra como um espaço de possibilidades no reforço da participação da comunidade nas ações. E sinaliza para o fato que a comunidade atua ativamente na escola.

Diante do exposto é possível notar que a possibilidade e viabilidade de uma proposta curricular no âmbito da escola da comunidade envolve importantes aspectos como a atuação de educadores com formação adequada e voltada para a Educação do Campo na escola; O

tensionamento com as autarquias do sistema educacional quanto às orientações e planejamento exógeno, que não atenda as especificidades da comunidade e ainda a participação ativa da comunidade na organização da Escola.

Educação do Campo e práticas pedagógicas e experiências de Estágio-Docência em Ciências Agrárias e da Natureza

Este tópico trata mais propriamente do percurso formativo em Educação do Campo e no que se refere as experiências em estágio-docência. Durante o curso e na área de Ciências Agrárias e da Natureza foram realizados dois estágios-docência.

Estes estágios como parte da vivência em docência e parte da formação em licenciatura em Educação do Campo foram realizados em articulação com a Pesquisa Socioeducacional e que são parte dos componentes pedagógicos do curso. Nesta formação por meio da alternância pedagógica os estágios constituíram de momentos com focos na observação e em ações de intervenção no ambiente escolar e na comunidade como exercício da vivência pedagógica.

Os quatro estágios também se encontram articulado aos eixos temáticos do curso e das etapas em que se organiza e com temáticas que orientam cada ação em cada um dos quatro momentos. Os mesmos sendo articulados com as respectivas pesquisas socioeducacionais do Tempo Comunidade na alternância pedagógica.

Para fins dessa discussão acerca de práticas pedagógicas e currículo escolar se dará destaque às experiências de estágio-docência na área de Ciências Agrárias e da Natureza – CAN.

Nesse sentido, as questões e proposições aqui apresentadas resultam de experiências vivenciadas em um dos Estágios-Docência e por meio da Pesquisa Socioeducacional de referência destes estágio.

Os estágios na escola Nicolau Neres da Silva se deu em dois momentos e em turmas do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e mais precisamente em turmas do 7º ano onde foi desenvolvida a atividade de estágio e uma produção pedagógica.

E no Ensino Médio, em turmas do 1º ao 3º ano em diferentes turmas de química, física e biologia, onde foi realizado o estágio. Mas, com isso não foi possível realizar a produção pedagógica com as mesmas. O que foi feito em processo de formação não formal com um grupo de jovens do ensino médio que estudam na escola e da Igreja católica, no

Assentamento, com se tratará melhor no tópico seguinte. Estes estágios foram realizados na Escola Nicolau Neres da Silva que embora situada fora da comunidade, atende comunidades locais e no caso o Assentamento Luís Carlos Prestes, uma vez que não dispõe da oferta nestes níveis de ensino, e seja até ao 5º ano, na escola Antônio Santos do Carmo.

Os estágios e as atividades pedagógicas referente a formação na área de Ciências Agrárias e da Natureza – CAN se deram, na escola, em Ciências Físicas e Biológicas – CFB como é denominado na grade curricular e que segue a Escola pesquisada. É importante destacar que a escola não dispõe de uma proposta curricular e essa discussão se propõe no interesse de discutir e de contribuir com a construção de um Projeto Político Pedagógico – PPP, para a mesma e de maneira que possa refletir na realidade em que está inserida.

Pois, embora que a escola Nicolau Neres da Silva esteja situada fora da comunidade, as informações de pesquisas e dos estágios são indicativos de que a mesma atende os educandos do Assentamento e outras localidades e que sugere para uma proposição curricular coadunada com as demandas e realidade dos sujeitos atendidos.

Práticas pedagógicas e experiências de Estágio-Docência no Ensino Fundamental

Na atividade de estágio desenvolvida no Ensino Fundamental no 7º ano a abordagem se deu a partir de um de eixos temáticos transversais. E no caso de “Vida e ambiente, seres vivos, ser humano e saúde”. Este eixo temático foi definido tomando por base a grade curricular adotada pelas escola Nicolau Neres. E a partir desse eixo contemplado conteúdos sobre taxonomia, características dos seres e mecanismos de obtenção de energia dos organismos.

Nessa abordagem a estratégia didática girou em torno da problematização dos conteúdos e do eixo temático. Com isso a professora regente propôs incentivar os educandos da turma a explanarem acerca do que conheciam acerca das questões e, seguidamente exercícios de leituras e debates e com foco na abordagem das plantas medicinais.

Como intervenção na realidade e para além da sala de aula, a atividade pedagógica contou com a realização de pesquisa, em que se utilizou um questionário. Este questionário previamente elaborado serviu de importante instrumento para mediar a produção do conhecimento. Em que os educandos puderam utilizar na comunidade e seus próprios familiares, e estabelecendo um diálogo entre saberes escolares e a experiência da comunidade e o olhar para as mesmas. Neste sentido, a investigação acerca dos conhecimentos sobre as

plantas medicinais traz importante contributo acerca da troca de saberes entre educador e educando, como sugere Freire (1987).

É preciso, sobretudo, e aí já vai um destes saberes indispensáveis, que o formando, desde o princípio mesmo de sua experiência formadora, assumindo-se como sujeito também da produção do saber, se convença definitivamente de que ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção. (p.12)

Mediante a pesquisa desenvolvida pelos educandos nas suas respectivas comunidades, ocorreu o processo de sistematização mediante a prática de ensino e a experiência pedagógica. A produção de material e por fim a socialização dos saberes levantados através da pesquisa e a apresentação do material. Tendo por produção pedagógica uma cartilha intitulada “Educação, saberes, Ciências Naturais e Plantas medicinais”.

Esta produção pedagógica resultante da pesquisa apresenta para as comunidades quanto para a escola a possibilidade de se discutir a importância de outras experiências relativas a saúde e alternativas de curas. E, sobretudo, reforça a importância do conhecimento e da socialização de saberes que emergem das experiências locais. E que se dá por meio da relação com a natureza, pela relação com o trabalho e no manejo do ecossistema local.

Em meio a estas experiências que diz respeito ao manejo dos ecossistemas locais propicia conhecimentos que posteriormente são passados à novas gerações que também apreende tais experiências por meio da observação. É para estas experiências que a proposta tem por interesse abordar e sistematizar por meio da produção da cartilha pedagógica.

A proposta de elaboração da cartilha se deu como um instrumento pedagógico. Servindo para mediar as atividades de ensino-aprendizagem. Em vista de uma ação que se mobiliza o trabalho como princípio educativo.

Nesse processo se orienta pela concepção de Educação do Campo e trás imbricadamente conhecimentos sistematizados, elementos da cultura e da tradição camponesa. Em que se reforça enquanto matriz formadora a pesquisa como estratégia didática e como princípio formativo.

Figura 19: Produção pedagogia: estágio docência ensino fundamental e Médio.



Socioeducacional- PSE IV, 2018

Resulta que das atividades vivenciadas nos estágios e com o propósito da construção de uma produção pedagógica foi elaborada uma cartilha como se apresenta na figura acima. Cujo os processo se moveu por meio da pesquisa, da sistematização e com a elaboração do material pedagógico em forma de cartilha.

Atavés dessa elaboração foi possível reforçar que estas experiências constituem importante instrumento para tratar, reconhecer e dar visibilidade à cultura local. Compreendendo que cultura implica “o conjunto de práticas por meio dos quais significados são produzidos e compartilhados em um grupo” (MOREIRA e CANDAU, 2007.p.27). Ademais pela cultura se manifestam e são reproduzidos representações simbólicas, saberes, valores e percepção do mundo.

Estas atividades realizadas com as turmas proporcionou também a interação comunidade/escola/comunidade por meio da participação na pesquisa e na socialização do material produzido.

A pesquisa, sobretudo, possibilitou aos professores, pais e educandos conhecer e aprofundar aspectos dos saberes tradicionais e científico. E com isso objetivando o processo de ensino-aprendizagem e a interação entre escola, contextos e a comunidade e com a

intenção nesse ponto de contribuir na preservação da cultura local. Reforçando o papel da escola em relação aos bens culturais como dispõe os Parâmetros Curriculares Nacionais.

(...) as escolas brasileiras (...), precisam possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo. (MEC, PCN, 1997. p.35)

O processo de estudo dos conteúdos da pesquisa e a interação possibilitada entre educandos e a comunidade foi fundamental na realização do estágio-docência, da pesquisa e do processo formativo em Educação do Campo. Com experiência e a participação dos professores e educandos reforça a compreensão do “potencial que o currículo possui de tornar as pessoas capazes de compreender o papel que devem ter na mudança de seus contextos imediato da sociedade em geral” (MOREIRA e CANDAU, 2007. p.21).

E, portanto, essa elaboração, as prática da pesquisa e do estágio-docência se deram com interesse de aproximar e fortalecer experiências de ensino, de discussões temáticas e dinâmicas didáticas que reforce a relação dos processos educativos com o cotidiano e vida social dos educandos.

A proposta de ação de estágio e da pesquisa com enfoque para questões da comunidade e do contexto de ensino resultou de exercícios produzidos através de componentes curriculares da licenciatura em Educação do Campo desenvolvidos no Tempo Espaço Universidade, do curso. E quais sejam: Interação solo-planta- atmosfera, ministrado pela professora Cristiane Cunha e; Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Ciências, ministrado pela professora Glaucia Moreno. Os mesmo componentes curriculares integrantes da VI etapa do Tempo Espaço Universidade.

Com isso, as formulações as quais são apresentadas emergem por meio de dados de pesquisa socioeducacional, as quais apontam para o cultivo da mandioca com forte indicativo desses aspectos culturais na vida dos assentados. Pensando em contextualizar conteúdos em processo interdisciplinar, assim como apresentar sugestões para atividades pedagógicas no contexto local foi proposto a abordagem em relação à mandioca enquanto tema gerador para as experiência práticas vivenciada nos exercícios do Tempo Espaço Universidade.

Dessa forma, a fim de refletir sobre estas questões e da proposta de ação pedagógica na prática do estágio-docência e da pesquisa socioeducacional no curso de Educação do Campo e interdisciplinaridade foram se apontando alguns entrelaçamentos em consideração das experiências locais.

Assim dentre as questões que e no interesse da questão interdisciplinar enquanto perspectiva e possibilidade destacamos o tema da cultura local. Nesse ponto e no que se refere às estratégias didático-pedagógicas e os conteúdos de abordagem em sala e os diálogos com as diferentes áreas do conhecimento.

Em um olhar para experiência local e práticas produtivas, da relação com a natureza, o cultivo de mandioca tem destaque no Assentamento. Nesta prática e na relação com processos educacionais é importante compreender como o cultivo de mandioca faz parte seja das relações de trabalho, seja das práticas culturais que são tramitadas entre as gerações e garante a produção da existência das famílias.

A esta prática também está atrelado um saber e o cultivo de mandioca constitui um elemento cultural no Assentamento e na história e das relações sociais com a natureza. Portanto, de relevante interesse e que se mostra como possibilidade de aprofundamento e de maneira que o estudo pode se articular com tema da história, da formação social no Brasil e local. E visto que conforme diretrizes para a educação “O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia”. (MEC, LDB, Art. 25, 2002. p. 31)

Outro ponto de interesse em se pensar uma proposta pedagógica no contexto da pesquisa e das discussões aqui suscitada e que perpassa a área de Ciências Humanas e Sociais é referente a se dá no tema da agricultura, articulada com a questão da política agrária. O tema da identidade considerando a realidade do campo e às experiências culturais e políticas.

Outra abordagem no interesse de discutir interdisciplinarmente é importante conhecer como as variedades ou espécie específicas ganham importância local e no contexto da região como o cultivos da mandioca. E na relação com outras práticas, mercado e política agrícola na região.

Na abordagem em Ciências Agrárias e da Natureza é possível destacar o estudo sobre as características dos vegetais. Também acerca da taxonomia das plantas, por exemplo, e com interesse de relacionar com os conhecimentos formulados pela comunidade. Bem como, relacionar saberes que estas espécies manifestam suas interrelações, solo-planta e atmosfera.

E numa aproximação ainda com as Ciências Humanas e Sociais, enfatizar sobre as espécies características da região relacionando com processos de avanço de agronegócio na região com a introdução de espécies exóticas. E por conseguinte os impactos e conflitos socioambientais. Pois como se nota na área próxima ao Assentamento tem-se introduzido e ampliado a produção em monocultivo de dendê.

Dentre as possibilidades de diálogo também com área de Letras e Linguagens considerando enquanto estratégia didática seria discutir acerca da etimologia das palavras do vocabulário local e os conteúdos do ensino. Para tanto, a partir de tema gerador relacionar com os saberes locais, as manifestações culturais e a escrita. Nesse sentido a escrita e leitura produzida em contexto formal e em situação de letramento social.

Em “Alfabetização e letramento no campo: desafios e perspectivas” Figueiredo & Mesquita (2012) trazem importante problematização acerca de como a escola pode propiciar situações de alfabetizar letrando, em perspectiva de letramento.

A alfabetização na perspectiva do letramento inclui uma segunda dimensão, a da inserção do aprendiz nas práticas de leitura e escrita. Tal dimensão é que pode garantir que as crianças, os jovens e os adultos do campo consigam fazer uso real da leitura e da escrita, em seu cotidiano, nas diferentes situações políticas e sociais. (FIGUEIREDO & MESQUITA, 2012. p. 21).

Essa abordagem a partir das Letras e Linguagens e interação com as Ciências Humanas e Sociais, por exemplo pode ainda dá destaque à cultura local com ênfase para as lendas, e a construção do imaginário local. Nesse sentido a própria lenda da mandioca. E ainda nessa estratégia realizar a interpretação de texto e desenvolver a produção textual. E na produção textual recorrer as diferentes linguagens como a escrita de cordel. De práticas de criar e recitar produções da literatura local e de âmbito mais ampliados.

No que se refere à área de Ciências Exatas e do ensino de matemática das situações evidenciadas na experiência e estágio e no interesse de pensar uma proposta curricular, como se vem indicando, algumas questões se colocam quanto possibilidades. Uma delas e em diálogo com outras áreas do conhecimento é a no tema das grandezas e medidas.

Neste ponto e a considerar as práticas produtivas no campo, e mais especificamente no Assentamento são as medidas agrárias. E de maneira como práticas locais e convencionais são vivenciadas na comunidade. E de que maneira elaboração, conveções, classificações, cálculos e quantificações elaboradas como próprios dos saberes produzidos neste espaço. E que podem ser conhecidos por meio da etnografia do lugar.

Além disso, em relação com as Ciências Humanas e Sociais, bem como a Ciências Agrárias e da Natureza pode ser apreciada a partir da produtividade e dos impactos na economia, no ambiente e práticas culturais.

Como se percebe no Assentamento as práticas produtivas tanto sofre com algumas dificuldades, como se tem criado estratégias e a conjugação de novas práticas locais. O fato

do Assentamento ter sido criado num área de antiga fazenda tem implicado em consequências ambientais e para a produção. Além disso, no contexto da região tem avançado os grandes cultivos de dendê.

E retomando a proposta de articulação com a área de Letras e Linguagens e com a relação com as unidades de medidas se mostra interessante olhar para as roças locais. E em base a relação com a formulação de medidas de comprimento, volume de produção e as narrativas acerca das construções locais quanto às medidas, possibilitando exercícios de síntese e de produção textual e socialização de saberes na escola e na comunidade.

As questões até aqui levantadas em face das observações e experiências de estágio-docência se dão no interesse de problematizar as possibilidades de ações pedagógicas e em sentido mais amplo de uma proposta curricular na escola que atende o Assentamento Luís Carlos Prestes. Nesse sentido a experiência junto a turma de 7º ano e os apontamentos de pesquisas e se mostra interessante no conhecimento acerca da realidade local e em escala mais ampliada na valorização dos saberes e de sua socialização no âmbito da escola e da comunidade.

A partir de atividades vivenciadas no processo formativo em Educação do Campo e do exercício proposto por meio deste trabalho e no sentido de contribuir com a reflexão acerca da formulação de uma proposta curricular para as escolas que esteja atenta e interação com o contexto local. E isto com vista a perspectiva de Educação do Campo e contribua para aprofundar as experiências escolar e da comunidade.

As possibilidades e um avanço neste sentido requer empenho em diferentes pontos. Um deles se trata da articulação da comunidade escolar. Neste sentido, a escola que atende os educandos de 7º ao 9º ano é externa ao Assentamento. Considerando a gestão, percepção e atendimento é importante considerar as hierarquias e políticas referentes ao sistema educacional e seus tensionamentos.

Porém, a depender do nível de organização da comunidade e das escolas de como segue em suas vivências reforça a possibilidade de construção. As experiências dos estágios-docência são indicativas de que em meios aos desafios há certa preocupação e interesse. Estas experiências dos estágios, sobretudo do ensino fundamental foram possibilitadas por meio da articulação prévia, e em concordância com a escola e os regentes e mais importante ainda por meio da interação com a turma e que por conta das atividades planejadas envolveu também as comunidades.

Práticas pedagógicas e experiência de Estágio-Docência no Ensino Médio

A Pesquisa Socioeducacional VII e o Estágio–Docência IV compõem componentes curriculares do curso de Educação do Campo tem por objetivo discutir temática Juventude e Trabalho. Nessa abordagem se interessa pelas concepções de trabalho no âmbito da escola e contexto da comunidade.

A abordagem neste sentido se faz necessária e se de entender e discutir em dimensões mais ampla a categoria e concepção de trabalho. E especial com a juventude no campo e presente nos processo formação escolar na comunidade. E cabe compreender entre os quais aspectos culturais imbricados nos processo de trabalho vivenciados pelos educandos, e por meio do contato direto com a natureza.

Assim através da pesquisa se buscou entender as concepções de trabalho e mais especificamente, na avaliação dos jovens assentados, estudantes da Escola Nicolau Neres da Silva. Nesse interesse alguns dos jovens apontaram para percepção e acerca de suas compreensões em face das experienciais.

Gleice Soares, estudante do Projeto Mundial destaca sua percepção da seguinte maneira:

Significa uma forma de sobrevivência e da experiência de aprender mais com o trabalho. E a gente pode ser alguém também. Como qualquer profissão. Sem trabalho não se é importante. (SOARES, Gleice, 2017).

Já para o Lemilson Cordeiro estudantes do 1º ano também assinala para o trabalho em perspectiva de atividade laboral que permite garantir condições de vida e da existência.

(...) É uma forma de crescer na vida honestamente e atingir (alcançar) meus objetivos de uma forma correta. (...) É um meio de a gente viver ne? (...), a gente. Garantir um futuro melhor pra gente. (CORDEIRO, Lemilson)

Percebe-se uma forte vinculação por parte destes jovens do trabalho como meio de existência. E na comunidade pela inserção nas atividades e constituindo a força de trabalho necessário para realização das práticas produtivas e por fim, as condições de reprodução da família no Assentamento.

Mas também ocorrem situações em que o trabalho é buscado fora da comunidade em busca de outras formas de trabalho e geração de alguma renda que garanta a existência e condições de vida. Assim que parte desses jovens acabam abandonando o trabalho no campo. Por conseguinte, a saída implica na redução na força de trabalho disponível ao grupo familiar

e necessário para a realização do trabalho. E por vezes também implica em dificuldades para a família com interferência no fator de produtividade. Embora e por vezes e em outras situações em que o trabalho externo se torna também importante complemento de renda do grupo familiar, e para se manter no campo.

Em relação aos conteúdos de ensino na área de Ciências Humana e da Natureza ao contexto em que estão inseridos os educandos parece distanciado da realidade no que refere a articulação com tema do trabalho e as experiências do Assentamento. A formação escolar e a abordagem acerca do trabalho enquanto princípio educativo e parte da experiência social importante na reprodução do Assentamento não tem tido atenção necessária.

Bem como, para o fato de que a escola atua com os educandos em sua maioria oriundos do campo e, como percebem e os educandos da escola pesquisada. E em se tratando da abordagem em Ciência Agrárias e da Natureza - CAN e a temática e a vivência no trabalho e como relata o jovem Lemilson cordeiro educando do 1º ano.

Bom, o ensino de ciências é diferente do que a gente vive no nosso dia a dia aqui como camponês. Pouco se fala sobre o que agente vive. Como a gente trabalha aqui. (...) A gente estuda uma coisa que a gente não entende. Diferente do que a gente entende no nosso dia a dia como camponês entende? (...) E pra mim, é uma matéria que não vejo se me serve para o meu futuro. (CORDEIRO, Lemilson. 2017).

Na compreensão do educando a relação entre conteúdos curriculares e a questão do trabalho, parece não encontrar conexão com a vivência e o fazer na comunidade. Sobretudo, no que diz respeito ao manejo do solo, ao ambiente e a dinâmica de vida, cultura e trabalho do grupo familiar.

Para a educanda Gleice Soares o aprendizados que podem estar associados aos conteúdos de CAN ocorrem mais propriamente por meio da experiência vivenciada com os pais no mundo do trabalho com os pais que na escola.

(...) É no trabalho. Porque na escola a gente quase não tem. (...) Aí no trabalho eu tenho uma experiência ainda com a natureza. Aí já é um tipo de formação de Ciências também. (...) é na roça, no campo mesmo... Com meus pais. (...) vejo como uma forma de aprender a cuidar da natureza, em trabalho e cultivo. (SORES, Gleice, 2017).

Neste sentido a escola parece deixar de realizar um importante papel na articulação de sua abordagem no processo de ensino e da realidade no sentido de contribuir com experiências significativas. E de modo a contribuir teoricamente no sentido de contextualizar a vivência

dos jovens no campo. E sistematizar as experiências vivenciadas no trabalho e por meio das práticas produtivas na relação com a natureza.. E como observou um professor falta atentar para a questão.

Como é que uma escola como a nossa [onde trabalho], nós recebemos tantos alunos do campo... E quase nada se tem de trabalho de Ciências?, Como no caso: nessa relação do agrário, nessa relação do humano, nessa relação com a biodiversidade. (FREITAS, Maria Jacione, 2017)

No que a própria discussão pautada em educação/trabalho/formação na escola e na experiência de estágio no ensino na área de CAN e não se observou relação trabalho como princípio educativo. O que indica a necessidade de refletir sobre a categoria trabalho para além da noção de ocupação.

Os impactos esperados pela escola nos processos educacionais não são percebidos em articulação com as vivências da comunidade e no tema do trabalho em perspectiva ampla.

Nessa questão se nota uma lacuna quanto à articulação da formação escolar e as práticas pedagógicas vivenciadas com a temática do trabalho e em maior concordância com o próprio PCN (MEC,2000, p. 79).

O trabalho é o contexto mais importante da experiência curricular no Ensino Médio, de acordo com as diretrizes traçadas pela LDB em seus Artigos 35 e 36. (...) o trabalho é princípio organizador do currículo, muda inteiramente a noção tradicional de educação geral acadêmica ou, melhor dito, academicista. (...) todos, independentemente de sua origem ou destino socioprofissional, devem ser educados na perspectiva do trabalho enquanto uma das principais atividades humanas, (...), enquanto espaço de exercício de cidadania, enquanto processo de produção de bens, serviços e conhecimentos com as tarefas laborais que lhes são próprias.

Assim mesmo a considerar as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio – DCNEM (2000 p. 103):

Art. 9º. Na observância da Contextualização, as escolas terão presente que:

II - A relação entre teoria e prática requer a concretização dos conteúdos curriculares em situações mais próximas e familiares do aluno, nas quais se incluem as do trabalho e do exercício da cidadania;

III - A aplicação de conhecimentos constituídos na escola às situações da vida cotidiana e da experiência espontânea permite seu entendimento, crítica e revisão.

De acordo com a professora Jacione Freitas, o fato de a escola não se organizar coletivamente implica em dificuldades de articulação em relação às propostas didáticas que possibilitem a contextualização com a realidade local. Para além disso, no que se refere às observações da professora entrevistada, percebe-se o quanto é importante a vinculação da comunidade em relação à sua participação nas atividades organizativas da escola.

(...) Eu tenho grande dificuldade porque eu procuro desenvolver projetos com os alunos- e eu percebo que os alunos querem. AgoraA gente acaba tendo pouco apoio da comunidade, apoio da família, e também apoio de outros professores... Porque eu não sei o que tem acontecido, mas nós temos muitos docentes desacreditados da educação. (FREITAS, Maria Jacione) 2017)

A partir da pesquisa e observação em sala de aula, a escola carece de maior participação de parte do corpo docente e da comunidade. Ademais formas de abordagem e do ensino desenvolvidas por professores que apresentam dificuldades metodológicas, didáticas ou mesmo desmotivados com a condição da educação.

O Estágio-Docência com observação no Ensino Médio indica que as práticas de ensino-aprendizagem distanciadas da realidade e das realizações humanas no que tange ao trabalho constituem um desafio a enfrentar. E isto num esforço de problematizar e elaboração de uma educação contextualizada e interação com a realidade e as dimensões da vida, além disso sugere que tais desafios se requerem iniciativas menos individualizadas por parte de alguns educadores. E sendo imprescindível a participação da comunidade no debate da proposta curricular.

E quanto a prática propriamente do ensino requer ações de planejadas e com planos de aulas e projetos pré-elaborados como processos específicos e dentro a perspectiva de educação que se quer. Pois, ainda compreende-se a didática como sendo politicamente subjetiva, isto é, prescinde da atuação dos educadores como “artífice do currículo” (MOREIRA e CANDAU 2007.p.19).

Nesse sentido, o tema trabalho e as concepções apontadas pelos educandos ao vivenciar o trabalho, constitui umas das possibilidades de propor uma abordagem de conteúdos e a utilização de recursos didáticos mais apropriados ao contexto educacional.

Com isso maior interação e participação dos educandos como possibilidade frente aos desafios de se pautar uma proposta pedagógica e projeto pedagógico e, por fim práticas pedagógicas pelos quais o ensino encontre maior sentido e atenda os sujeitos do campo.

Dessa maneira, para Socorro Silva (2006. p.63), as transformações em relação ao currículo requer da escola responsabilidades no processo, porém a tarefa se dá a partir da necessidade de “luta pela escola no âmbito dos direitos, defesa de projetos de desenvolvimento que contemple as especificidades dos sujeitos do campo, defesa por uma educação voltada à formação que se relacione com a realidade do sujeito”.

Portanto, uma proposta que se articule assentada no tripé comunidade/escola/comunidade e se pautar a formulação de um currículo “que se efetive a valorização da cultura dos povos do campo na escola” (MEC, 2006. p. 45). E permita dialogar sobre várias dimensões com a realidade local e contextos mais amplos. Em perspectiva interdisciplinar e em diálogo entre os campos do conhecimento, bem como, das experiências da vida e da relação com a natureza.

A discussão proveniente da experiência do estágio-docência no Ensino Médio e algumas proposições em perspectivas interdisciplinares. As atividades do Estágio-Docência IV do curso de Educação do Campo enquanto ação de referência nesta abordagem teve suas ações desenvolvidas com as turmas do 1º, 2º e 3º ano no Ensino Médio. E tendo em vista a temática trabalho como princípio educativo. E a relação trabalho, educação e juventude.

Esta atividade é trazida neste trabalho num esforço de discutir as situações vivenciadas, os dados de campo decorrentes das ações de pesquisa e estágio num sentido de dialogar e levantar possibilidades na contribuição com vista a uma elaboração de caráter interdisciplinar a partir da área de Ciências Agrárias e da Natureza.

A pesquisa e o estágio tiveram como propósito a conduzir pesquisa e a observação em espaço de ensino e, seguido de sistematização e elaboração de uma produção pedagógica. Assim sendo, com a construção de atividade interdisciplinar na área de Ciências Agrárias e da Natureza.

Ao solicitar apoio para estágio no Ensino Médio, a diretora sugeriu ampliar a proposta da produção pedagógica já realizada com o ensino fundamental e para envolver as turmas do Ensino Médio.

Em virtude da dinâmica da Escola quanto ao planejamento da grade curricular da mesma, tendo em vista o pouco tempo para a realização da proposta, nos foi sugerido pela diretora enfatizar o estágio apenas uma turma, seja de 2º ano, para que se possibilitasse a viabilidade tendo em vista a concretização da proposta.

Necessário salientar que por inviabilidade de mobilizar os demais docentes para a atividade, sobretudo os docentes da área de Ciências da Natureza, com isso, o estágio se

estendeu para o Assentamento Luis Carlos Prestes. A pesquisa se deu por meio de articulação e diálogo com a cordenação e grupo de jovens da igreja católica presente no assentamento.

Nesse sentido, num primeiro momento a atividade do estágio foi procedida através de observações realizadas em turmas com a disciplina de química. E nesta, mais especificamente, na abordagem sobre ligações químicas. Num segundo momento, a pesquisa orientada para a produção pedagógica, propriamente se deu em espaço de educação não formal. E no caso em espaço de atuação da Igreja católica e junto a grupo de jovens. E que são educandos de 1º ao 3º ano.

O interesse aqui é trazer um pouco dessa experiências vivenciadas em estágios com o Ensino Médio com destaque para o exercício didático de perspectiva curricular proposto durante o processo de ensino vivenciado no VI período do Tempo Espaço Universidade do curso em Educação do Campo. E por meio dos componentes curriculares “Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Ciências Agrárias e da Natureza” ministrado pelas professora Glaucia Moreno. E do componente “Interação solo-planta-atmosfera” ministrado pela professora Cristiane Cunha.

A aprendizagem nestes componentes curriculares norteiam a articulação com a Escola Nicolau Neres para a realização dos estágios na área de Ciencia Naturais. Dessa feita, a proposta foi apresentada para a diretora da escola e esta por sua vez, ao demonstrar interesse tratou de articular a proposta com a professora regente. Por meio dessas combinações, propomos as atividades em plano de aula posteriormente organizado.

Nesse sentido, o tema gerador foi pensado segundo a articulação que envolvesse a demanda da grade curricular da escola Nicolau Neres da Silva, bem como a proposição do curso de educação do campo. A grade curricular do curso de educação do campo sugere desenvolvimento de uma produção pedagógica.

Dessa forma, e visando organizar conteúdos que dialogasse com a realidade e a cultura local, pautamos discutir taxonomia. O objetivo seria discussão teórica da taxonomia universal de Lineu mas considerando os saberes etinográficos.

A partir destes componentes o tema gerador que orientou a ação pedagógica do estágio-docência começou a ser esboçado. E com a definição e relação dos eixos temáticos coma realidade da comunidade de referência para o desenvolvimento da pesquisa e do estágio. Logo a preocupação que se apontava era de refletir sobre práticas pedagógicas com a atuação docente voltada à problematização da realidade local, estando os mesmos relacionados às seguintes áreas do conhecimento descritas abaixo.

A abordagem de ensino que se chegou foi de tratar os conteúdos de taxonomia e relacionar com as práticas produtivas realizadas na comunidade. Nesse sentido considerado a experiência da comunidade foi possível propor e discutir também sobre a cultura da mandioca. Tendo a importância no Assentamento e em vista a forte influência nas práticas socioculturais na região.

Pensando em contextualizar conteúdos em caráter interdisciplinar, ainda no VI Tempo Espaço Universidade foi vivenciado exercícios pedagógicos por meio dos componentes curriculares “Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Ciências Agrárias e da Natureza” e “Interação solo-planta-atmosfera”.

Os exercícios pedagógicos vivenciados por meio destes componentes mobilizou formulações que tem a mandioca enquanto tema gerador. Essas formulações se dão pensando articular conteúdos com a realidade local. Sendo essa realidade observada tanto mediante a pesquisa socioeducacional, quanto em face da observação nos estágios-docência. E, envolvendo os seguintes aspectos: 1) A cultura da mandioca é apontada nas pesquisas como um forte elemento que envolve tanto a cultura quanto o trabalho; b) A população assim como o número de educandos participantes das atividades do estágio são camponeses; c) O aprendizado por meio da vivência no curso e nas disciplinas já mencionadas sugerem embasamento para pensar docência em processo interdisciplinar tendo a mandioca enquanto tema gerador segundo o contexto local e regional.

Nesse sentido, o tema gerador foi pensado segundo a articulação que envolvesse a demanda da grade curricular da escola Nicolau Neres da Silva, bem como a grade curricular do curso de educação do campo e aspectos do contexto local como sugestão para o desenvolvimento de uma produção pedagógica.

Na realização do estágio e ao relizar a intervenção a partir do conteúdo proposto na escola e com a turma levanta-se a possibilidade de discussão das questões suscitadas com base na experiência da comunidade. E na área de Ciências Humanas e Sociais com uma abordagem perpassada pela História da agricultura e acerca da origem dos cultivos das espécies e uso pelos diferentes grupos. Com destaque para a importância da agricultura na história e na atualidade e; que tem grande relevância econômica no Assentamento e para a vida dos grupos familiares.

Ainda em se tratando de taxonomia das espécies com abordagem das práticas produtivas na comunidade a partir das Ciências Agrárias e da Natureza é importante destacar os conteúdos relativos a à taxonomia universal e etnográfica e a fim de entender e trabalhar as

diferentes categorias e formuladas frente a sistematização dos conhecimentos e produzidos na comunidade.

Com base nas pesquisas e considerado as práticas produtivas na comunidade e as questões levantadas anteriormente para a garantia da reprodução da vida no Assentamento é importante discutir uma proposta que mobilize conteúdos que tratem sobre manejo do solo em consideração dos aspectos culturais, como corte e queima das roças. Assim, objetivando por meio do estudo, que se possibilite reflexão acerca das possibilidades de mudanças e intensidade das ações sobre o meio ambiente, a fim de se considerar os impactos ambientais, as estratégias e alternativas introduzidas pela comunidade e tangendo as técnicas, as práticas em perspectivas da agroecologia e do reforço de práticas que valorizem a relação ser humano e natureza.

É considerar as ações realizadas na escola e a sua articulação com as práticas vivenciadas na comunidade. No caso do viveiro de mudas existente no Assentamento Luís Carlos Preste poderia ser um importante local de observação de atividade junto aos discentes. Embora não esteja integrado ao espaço direto da escola Nicolau Neres da Silva, há os educando que são da localidade.

Uma experiência que pode ao mesmo tempo combinar teoria e prática por meio de visita, de estudo e trabalhos que tenha o viveiro de mudas espaço e meios de mobilizados enquanto instrumento pedagógico. Uma possibilidade de atividade com a utilização do viveiro poderia ocorrer por meio de pesquisas orientadas e sob o foco da interdisciplinaridade.

E de modo a contemplar as formulações locais, e dos educadores acerca de manejo de espécies cultivadas; da importância da produção de alimentos, das propriedades nutricionais, e pelas condições de reprodução das famílias no Assentamento; para as relações de trabalho e a relação com a natureza. Além de contemplar as espécies e taxonomia, fisiologia vegetal.

O interesse por estas questões se encontra reforçado em face da função social da escola e relevância para uma articulação entre demandas e realidade do Assentamento e as proposições quais sugeridas e em acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais.

(...) as escolas brasileiras (...), precisam possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo. (MEC, PCN, 1997. p.35)

Em continuidade do propósito de lançar elementos que possibilitem articular os conteúdos e realidade local por meio dos conteúdos definidos para a área de Ciências Agrárias e da Natureza. Mais especificamente com a química e nesta em abordagem e em torno de técnicas de adubação verde, entre outras.

O foco é ressaltar a elementos que possibilitam articulação entre procedimentos e estratégias de ensino, conteúdos, e concepções. E neste ponto ainda, relativos às interações bioquímicas e de simbiose; no ciclo de CHON; Compostagem; Fertilização natural; Elementos químicos presentes nas propriedades dos vegetais (vitaminas, lipídeos, amido.); Nutrição vegetal; Ascensão capilar; Ph do solo; Osmose; Troca catiônicas, são alguns dos elementos que suscitam por meio do estudo de química. E, igualmente, para os conteúdos de física sugerem-se abordagens quanto à importância nos conhecimentos acerca dos Estados cíclicos da água; O ar; Gases; Relação de entrada e saída de energia (entropia e entalpia); Conceito de matéria; Conceito de biomassa.

Além disso, os conteúdos na área de Letras e Linguagens e como foi sugerido anteriormente possibilidade de por meio de exercícios e discussão articular com a área de Ciências Agrárias e da Natureza. E ainda e nesse sentido a partir da abordagem de matemática e seus conteúdos. E nesta suscitando temáticas quando a classificação e os saberes locais; as medidas agrárias universal e etnomatemática; questões socioeconômica e ambientais; produção e produtividade e tipos de manejo dos agroecossistemas locais.

Importante salientar que a interdisciplinaridade requer conhecimentos prévios e mobilizados nas diferentes dimensões da questão que a suscita. Portanto, recorrendo aos distintos campo do conhecimento e frente as questões e problemáticas da realidade.

Tais elementos e são indicados enquanto possibilidades e exercício em caráter interdisciplinar. Para tanto, sem estarem acabadas, devem ser precedidas de articulação e planejamento da comunidade escolar especial pelo corpo docente e instituições. Percebendo-se com isso, a necessidade de tensionamento, seja interno, na escola e comunidade, assim como com as autarquias, tendo em vista que “o currículo é um território em que se travam ferozes competições em torno dos significados” (MOREIRA e CANDAU, 2007.p. 28)

As observações decorridas nestes estágios encontraram ressonância nos foram alimentadas por espaços de reflexões por ocasião dos componentes curricular do curso de Educação do Campo. Assim, permitindo nesse formativo em alternância pedagógica a interação em Tempos Comunidades e Tempos Localidade. E como foi práticas refletidas a partir de exemplos em atividades interdisciplinares experienciadas nas disciplinas de Análise

de Funcionamento de sistemas agroecológicos de produção familiar e Interação solo planta atmosfera. E mediante as ações de estágios na escola onde juntamente os professores foram definidos os conteúdos a serem tratados.

Os conteúdos propostos nas disciplinas abordadas durante os estágios nas escolas e tomados a partir da grade curricular adotada nas mesma. E sugerem oportunidade importante para atuação em caráter interdisciplinar estabelecendo conexões entre os conteúdos e observando questões de transversalidade..

Contudo, é importante considerar a complexidade e buscar os caminhos e conhecer de que modo os conteúdos acionam aso as diversas disciplinas, num exercício que se possibilite um movimento interdisciplinar. E sabido que, é necessário habilidades para lidar com as disciplinas de forma conexa e não isolada como destaca o texto abaixo dos Parâmetros Curricular nacional para o Ensino Médio-PCNEM:

(...) Por isso tudo, o aprendizado deve ser planejado desde uma perspectiva a um só tempo multidisciplinar e interdisciplinar, ou seja, os assuntos devem ser propostos e tratados desde uma compreensão global, articulando as competências que serão desenvolvidas em cada disciplina e no conjunto de disciplinas, em cada área e no conjunto das áreas. Mesmo dentro de cada disciplina, uma perspectiva mais abrangente pode transbordar os limites disciplinares. (MEC, 2012.p.9)

No que se refere às orientações dos PCNs em relação ao planejamento da ação pedagógica, estes se organizados coletivamente sugerem-se possibilidades a uma dinâmica em caráter interdisciplinar. Com que demandaria tarefas escolares que objetivando envolver ativamente os educandos.

Assim sendo, maior nível de participação e interesse pelas disciplinas e conteúdos, ao compreender a importância das abordagens, com melhoras significativas no aprendizado e na relação entre escola/comunidade/escola e, entre professor/educando/conteúdo.

Conclusão

A investigação realizada tendo por referência o Projeto de Assentamento Luís Carlos Prestes demarca que a maioria dos camponeses assentados têm suas atividades produtivas fortemente vinculadas a terra. E visto que apesar das limitações, tem produzido como forma de permanecer e garantir a existência na terra.

Dessa relação e organização para o trabalho na terra tem destaque para o período de Acampamento. Período em que as famílias vivenciavam mais intensamente ações de princípios coletivos, (mutirão, grupos de famílias, troca de diárias). E em função de suas necessidades primárias, ou seja, a necessidade de se unirem para fortalecer a luta pela terra e superarem suas dificuldades econômicas.

A partir da consolidação do Assentamento essas práticas atreladas as ações coletivas reduziram significativamente. E repercutindo com alterações referentes às ações de reciprocidade entre as famílias em boa parte resultante da suposta independência ou individualização das ações para o trabalho em função da distribuição dos lotes e da constituição das unidades de produção familiar individualizadas. Ou seja, cada família se torna independente na gestão da unidade e que incide nas práticas de ação coletiva.

Com a criação do Assentamento houve uma desarticulação e o enfraquecimento das estruturas orgânicas coletivas (coordenadores de Núcleos de famílias, militantes e as instâncias de decisões, reuniões, assembleias). Isso se dá ao mesmo que tempo em que se configura a Associação local em virtude das exigências burocráticas do INCRA.

Esse fato ao que parece incide nas práticas de ação coletiva e as que tiveram redução significativa e por vezes infligidas por aspirações individuais. E que sugere, por conta das famílias direcionarem todas as suas expectativas e ações organizativas as forças atribuídas a essa entidade e depositadas na figura central do coordenador executivo da associação.

Para além disso, com as diversas instituições religiosas que emergem no interior da comunidade com a criação do Assentamento, as ações coletivas se apresentam mais propriamente voltadas para os mutirões necessários às atividades das igrejas, mas sem essas práticas em relação ao trabalho produtivo dos grupos de família.

A pesquisa apontam para o conhecimento de parte das famílias da ação intencional do Estado e seus agentes negligenciando apoio político as diferentes ações no Assentamento e na questão da produção. E ainda que de forma individualizada, os agricultores realizam suas atividades e produzem. Também reconhecem que em função da insuficiente força de trabalho, ocorre instabilidade com sérias limitações de ordem técnica, econômica e social.

Em se tratando das atribuições relativas ao trabalho produtivo das famílias, apesar das alterações significativas nas paisagens a partir da diversificação da produção (piscicultura, consorciamento de culturas, pequenas experiências em SAFs, açazal, gado,) o manejo ainda está distante do desejado em termos ecológicos em que predomina o corte e queima para o tratamento do solo e algum uso de agrotóxicos.

A localização geográfica aponta para o Assentamento com forte potencial produtivo, porem com dificuldades técnicas, econômicas e de caráter organizativos em que muito influi as ações individuais dificultam a viabilidade para as iniciativas de caráter coletivo e interferem na vida e dinâmica das famílias assentadas. Ainda que haja percepções convergentes das famílias sobre a necessidade do trabalho em grupos em caráter organizativo e para a produção.

Dessa forma, as ações de caráter individual em detrimento das ações coletivas no Assentamento embora que não sejam determinantes no fator produção, porém, podem guardar implicações no fator produtividade. Ou seja, não possibilitando uma produção suficiente para promover estabilidade econômica, levando algumas famílias a criarem estratégias para aquisição de renda não agrícola (prestamistas, vendedores, representantes de perfumarias, diarista).

Com isso, essas dificuldades para as atividades em grupo implicam em redução quanto á participação das famílias no que se refere aos exercícios para aprendizado em técnica de manejo organizados em Unidades Demonstrativas pautadas pelo MST, associação e ATER.

Nesse aspecto o olhar para paráricas educacionais e as reflexões que emergem acerca das instituições de formação presentes no Assentamento Luís Carlos Prestes, também sugerem para um distanciamento entre a formação ofertada e o contexto local. Ou seja, e mais propriamente, a desvinculação do debate acerca das práticas organizativas, das relações de trabalho e reciprocidade, enquanto práticas presentes na realidade da comunidade.

Neste aspecto, percebe-se a necessidade de uma discussão ampla a fim de problematizar sobre a realidade local. E com isso, discutir de que forma as instituições de formação presentes no Assentamento poderiam contribuir na construção de um debate a fim de reforçar as relações de sociabilidade, práticas para o trabalho, ações coletivas e reciprocidade na comunidade.

Dessa forma, observa-se a relevância de um trabalho de base que possibilite situar os sujeitos na sua vida e situação no mundo para refletir e atuar sobre este (Freire, 1997), isto é refletir acerca de problemáticas locais. Com isso propor análises sobre as questões relativas a vida, a organização e o trabalho em vista de garantir e fortalecer o modo de vida e da garantia da existência do Assentamento.

Nesse interesse e com possibilidade de alteração das relações sociais considerar o aporte de um debate sistêmico em relação ao mundo do trabalho. E deste efetivado de forma integrada tendo como princípio dessa articulação, a formação política. E isto é, por meio das reuniões, das mobilizações, das assembleias coordenadas pelo MST, APROLCAPEs, a

formação para aptidão profissional do CEFAC, igrejas e escola e suas ações em diferentes momentos e no âmbito do Assentamento e de seu contexto.

Neste sentido, a depender do nível de inserção da comunidade nas instituições presentes e especificamente na organização da escola, há grandes possibilidades de articulação entre estas instituições para que se fomente a proposta de um currículo voltado á realidade local. E de modo que este articulado a realidade também possa reforçar as ações sociais e o desenvolvimento local.

Com isso, a partir dessa articulação voltada a uma formação contextualizada nos leva a acreditar na possibilidade de que os processos de formação possam contribuir para o Assentamento. E, embora não sendo para a resolução imediata, mas, sobretudo, pela reflexão, para a problematização acerca da própria realidade e da possibilidade de alterações da mesma.

No que se refere ás perspectivas de mudança no Assentamento Luís Carlos Prestes, importante salientar que a comunidade assentada conta com fatores potenciais em instâncias organizativas. E com a presença e atuação Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST. Nesse sentido, o fato de a Associação de produção e Comercialização do Assentamento Luís Carlos Prestes-APROLCAPES, ser composta por militantes do MST aponta relevante expectativa por conta do engajamento no movimento, o que lhes proporciona experiências importantes.

Outro fator importante trata-se da presença na comunidade do Centro de Estudo e formação em Agroecologia e Cultura Cabana-CEFAC, possibilitando formação técnica e política aos camponeses e camponesas. Um exemplo foram as experiências em coletividade por meio da instalação de viveiro de mudas. E que gerou as parcerias e articulação entre MST, associação local e Instituto de Desenvolvimento Florestal- IDEFLOR.

Para além disso, no que se refere à Escola de Ensino Infantil e Fundamenta Antônio Santos do Carmo, o fato de a mesma está localizada no assentamento o que possibilita participação política da comunidade nas atividades da mesma. Em relação às igrejas presentes no Assentamento, o fator relevante se dá por conta de algumas dessas instituições serem dirigidas por pessoas ligadas ao MST o que possibilita os mesmos terem embasamento para o debate.

No que compete às atribuições na formação dos sujeitos por meio da Família e da igreja as ponderações de Benzaquen (2006. p. 84 in AFONSO. 1989.p.88), indicam que essa formação “abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado”.

Dessa forma, percebe-se que através da inserção desses sujeitos coletivos nessas instituições, possibilita a efetivação do Trabalho de Base, com grandes possibilidades de influir para a organização e mudanças, por meio dessas atuações.

Assim mesmo, as proposições as quais apresentamos acerca de uma proposta curricular e acerca da elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas locais coadunam com uma perspectiva de educação e diálogo e responde às demandas do Assentamento. E, não tendo a pretensão de ser panaceia para a “*educação libertadora*” proposta por Freire (1997), propões antes de tudo uma reflexão acerca das experiências e contexto local em diálogo com as práticas educativas. E neste trabalho em decorrência do processo formativo em Educação do Campo.

Nesse sentido, este trabalho considerou para estas reflexões as experiências vivenciada no curso de Educação do Campo durante o processo formativo. E mediante as pesquisas socioeducacionais e os Estágios-Docência, com ênfase numa abordagem a partir da área de Ciências Agrárias e da Natureza. E que permitiu conhecer a experiência do Assentamento Luís Carlos Prestes a partir da dinâmica social e da produção na relação com o meio ambiente. Bem como, mediar esse debate com as práticas educacionais e ações pedagógicas no sentido de estabelecer uma relação entre estas dimensões importante na vida e organização social do Assentamento.

REFERÊNCIAS

BENZAQUEN, Júlia Figueiredo. **A SOCIALIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO: uma análise de práticas de educação não formal** Estudos de Sociologia, IFPE, 2006.

BONDÍA, Jorge Larrossa. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Universidade de Barcelona, Espanha. Tradução de Wanderley Geraldi. Universidade de Campinas, departamento de linguística, 2002.

BRASIL, DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Secretaria de Estado da Educação, Curitiba. 2006.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (MEC). DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, MEC, Brasil, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura (MEC). DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB nº 9.394/96), MEC. Brasil, 1996.

BRASIL, PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL, Parâmetros curriculares Nacional- PCN (Ensino Médio). Ministério da Educação e Cultura (MEC), 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Conselho Nacional de Educação (CNE). Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002: institui diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo. *Diário Oficial da União*, 9 abr. 2002.(Diretrizes Operacionais da Educação do Campo)

CALDART, Roseli Salet. Educação do Campo, práticas pedagógicas e questão agrária, INCRA, Rio de Janeiro, 2017.

CALDART, Roseli Salet. MOVIMENTO SEM TERRA: lições de Pedagogia, Coletivo Nacional de Educação do MST e Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) Brasil. Dicionário da Educação do Campo Currículo em Fronteiras, ISSN 1645-1384 (online) www.curriculosemfronteiras.org. v.3, n.1, pp. 50-59, Jan/Jun 2003.

CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Organizadores). Dicionário da Educação do Campo. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Rio de Janeiro, São Paulo. Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Raimundo. Assentado. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa socioeducacional, 2017.

CAVALCANTE, Thayene Gomes. Individualismo e Cultura: **uma abordagem de algumas perspectivas de estudo na antropologia do mundo contemporâneo**.. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Nº 7 – Setembro de 2004.

CORDEIRO, Lemilson. Educando do 1º ano do Ensino Médio. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa Socioeducacional, 2017.

FELIPPI, Ângela. Jornalista da EMATER/RS. Entrevista: Stephen Gliessman: "A agricultura pode ser sustentável" <https://agroecologiace.blgspot.com.br/2011/2012/stephen-gliessman-agricultura-pode-ser.html>

FIGUEIREDO, Carolina de Sá e MESQUITA, Rui G. M. **Alfabetização e letramento no campo: desafios e perspectivas**, Ed. Brasília, Ministério da Educação, 2012.

FREIRE, Paulo Reglus Neves .Pedagogia da Autonomia, 11ª. Ed.. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.

FREIRE, Paulo Reglus Neves Pedagogia do oprimido, 11ª. Ed.. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo Reglus Neves. **EDUCAÇÃO: ATUALIDADE BRASILEIRA**, Editora Cortez, instituto Paulo Freire, São Paulo 2001.

FREITAS, Maria Jacione. Professora da Escola Nicolau Neres da Silva, entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa socioeducacional, 2017.

FREITAS, Rosivaldo Soares de. Assentado. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa Socioeducacional-I 2014.

GLADISON, Márcio. Professor da Escola Nicolau Neres da Silva. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa socioeducacional, 2017.

GODOY, Claudemiro do Nascimento. Educação do campo e a teoria crítica em Gramsci Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2009.

HERIZON, Francisco. Líder da Assembleia de Deus. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso, 2018.

JANUÁRIO, Jose Valderí, assentado. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa socioeducacional, 2017.

LIMA, Raimundo Pereira de. Entrevista concedida em Pesquisa Socioeducacional-VI, 2017.

LIMA, Ezequias Nazareno de. Relatórios de Pesquisas Socioeducacionais -PSEs ,I,II,III,IV,V, VI e VII, Unifesspa, 2014-2018.

MACHADO, Altair. SANTILLI, Juliana e MAGALHÃES, Rogério. Agrobiodiversidade com enfoque agroecológico: implicações conceituais e jurídicas. EMBRAPA: Informação tecnológica, Brasília, DF, 2008.

MARTÍNEZ- Alier, Joan. Da economia ecológica ao ecologismo popular, Blumenau, Editora da FURB, 1988.

MAUSS, Marcel. Da dádiva e, em particular, da obrigação de retribuir os presentes. In: ensaio sobre a dádiva [1923-1924], 2003. p.183-313.

MOLINA, Mônica Castagha. Educação do Campo e pesquisa: *questões para reflexão*, Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. In: MANÇANO FERNANDES, Bernardo **Os campos da pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais.**

MOLINA, Mônica Castagha; SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete. et. al. Dicionário da educação do Campo. 2. Ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MONTOYA, Urpi Uriarte. **O que é fazer etnografia para os antropólogos.** Ponto Urbe Revista do núcleo de antropologia urbana da USP 11 | 2012

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa e CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento cultura. Ministério da Educação, Secretaria de Educação básica, Brasília, 2007.

MOREIRA, Marlene, Farias. Líder MST. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa Socioeducacional-I 2014 e pesquisa para trabalho de conclusão de curso, 2018.

NASCIMENTO, Antônia Marinalva Conceição. Entrevista concedida em Pesquisa Socioeducacional-VI, 2017.

NUNES, Carlos. Dirigente da igreja Católica local. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso, 2018.

NUNES, Maxicleia, Professora da Escola do Assentamento. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa Socioeducacional-I 2014 e pesquisa para trabalho de conclusão de curso, 2018.

PAIXÃO, Francisca da. Entrevista concedida em Pesquisa Socioeducacional II, 2015.

PDA- Plano de Desenvolvimento do Assentamento. EMATER/ INCRA, 2012.

RIBEIRO, José Valdecí Santos. Coordenador da associação local. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa socioeducacional, 2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL, Editora vozes, Petrópolis, [1930\1973], 2001.

RVA- Relatório de Viabilidade Ambiental, INCRA, 2008.

SANTOS, Raimundo Nonato (índio). Líder do MST. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa para Trabalho de Conclusão de Curso, 2018.

SAVIANI, Dermeval. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. Revista Brasileira de Educação. v. 15, n.44, maio/agosto, 2010. p. 380-412.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; SOUSA, Glauca. Macedo. **Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará.** Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental. Belém, Pará, Museu Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, 2017.

SILVA, Maria do Socorro. Da Raiz à flor: Produção Pedagógica dos movimentos sociais e escolas do campo. IN: MOLINA, Mônica Castagha. Educação do Campo e pesquisa: *questões para reflexão*, Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SIMINIONATO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem Gramsciana, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, 2009.

SOARES, Gleice. Educanda do Ensino Médio no projeto Mundiar. Entrevista concedida a LIMA, Ezequias Nazareno de. Pesquisa socioeducacional, 2017.

SOUZA, Haroldo de; MELO JUNIOR, José Gomes de. **Construção do conhecimento agroecológico de experiências camponesas do Nordeste Paraense: Os desafios do Centro de Estudo e Formação em Agroecologia e Cultura Cabana.** In MOREIRA, Erica Macedo; LIMA, Mariana Cruz de Almeida (org). CADERNO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. Santa Maria, Editora Gráfica Caxias, 2016.

T.T.SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

Apêndices

| |
|--|
| Apêndice 01: Proposição curricular em caráter interdisciplinar para o ensino fundamental 8º e 9º ano |
| As proposições foram sugeridas a partir de síntese de exercícios desenvolvidos a partir das disciplinas Interação solo-planta – atmosfera –ISPA ministradas pela Profa, Msc. Cristiane Cunha e Fundamentos teóricos e metodológicos do ensino de Ciências com a Prfª Msc. Glaucia Moreno (reformulado para este trabalho) |
| ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO E FUNDAMENTAL e NICOLAU NEREES DA SILVA Educadores: ANA CLEIDE MOREIRA CABRAL, DEUSINA LAURINDA, DOMINGOS CARDOSO BEZERRA Jr, EZEQUIAS NAZARENO DELIMA, LUCILEIA TORRES, MARIA CARLENE, VIEIRA LIMA, RIVELINO TORRES, MIKAELLEN SANTOS DA SILVA. ENILDO MANOEL |
| TEMA GERADOR Interação Solo-Planta Atmosfera e a Relação sistema familiar de produção (agroecossistemas). |
| EIXOS TEMÁTICOS SERES VIVOS, VIDA E AMBIENTE; SER HUMANO E SAÚDE; SAÚDE E MEIO AMBIENTE; SOCIEDADE E TECNOLOGIA; ECOLOGIA. |
| Objetivos gerais <ul style="list-style-type: none">- Compreender a importância do cultivo da mandioca para a cultura e a geração de renda família, tendo em vista que o cultivo de mandioca é um forte aspecto cultural dos assentados;- Interpretar textos a partir de lendas sobre a mandioca, da etimologia das palavras- Conhecer a partir do estudo sobre as características dos vegetais, com destaque a cerca do metabolismo das plantas,- Perceber a importância nas inter-relações solo-planta e atmosfera.- Compreender a importância do cultivo da mandioca para a cultura e a geração de renda família;- Domínio teórico através de atividades pedagógicas para embasamento visando atuação na comunidade. |
| Objetivos específicos: <ul style="list-style-type: none">- Reconhecer a necessidade da interação entre o ser humano e as inter-relações solo-planta e atmosfera.- Compreender o que foi discutido e apresentar seus conhecimentos sobre a cultura da mandioca, sua importância cultural e econômica através de sua participação contribuindo nas reflexões e socialização em sua comunidade.- Capacidade de refletir sobre a origem da família como fator determinante para compreender e valorizar o vínculo da família com a terra e a aptidão para o cultivo (CH)- Alunos com capacidade de formular situações problemas contextualizando o processo de cultivo e geração de renda enfatizando a relação custo- benefício, produção –produtividade (matemática) |
| METODOLOGIA |

- Aulas expositivas e dialógicas através de explanações orientadas em referenciais teóricos; exposições em material audiovisual (slides); proposições a partir de livros didáticos;
- A partir do diálogo acerca dos conhecimentos dos alunos sobre a cultura da mandioca;
- Leitura de textos em coletivo de literatura cultura referente á cultura da mandioca
- Exibição de slides,
- Recitar literatura de cordel
- Proposições de atividades sobre medidas agrárias convencional relativas a cálculos de área,
- Cálculos de área através de medidas agrárias, porcentagem, razão e proporção regra de três
- Atividades complementares: Não identifica o nível de aprendizado, mas propõe o exercício de elaboração, de síntese a partir do nível de interesse
- Tendo em vista que a comunidade conta com um viveiro de mudas, propor atividades a partir da interação socialização de saberes com os agricultores

Recursos didáticos

- Quadro branco, notebook, livros didáticos, materiais complementar (revistas , artigos ,,), pinceis, Data Show, celular, calculadora, textos, filmes, livro didático, internet

Avaliação

- **Assiduidade nas aulas:** o nível de frequência nas aulas não justifica a participação, mas possibilita o grau de assimilação segundo interesse do aluno em função do acompanhamento sistemático;

A frequência assídua não determina o nível de aprendizado, porém se faz necessária a se observar o nível de interesse nas aulas e nos conteúdos

- Participação nas discussões

A partir da interação nas aulas com o professor e com a turma possibilita a percepção do nível de interesse e do grau de assimilação por parte dos alunos concomitantemente favorecendo o professor em se auto- avaliar didaticamente.

Participação coletiva através de leituras e debates em sala de aula, resolução de atividades propostas relacionadas aos conteúdos.

A **avaliação individual** possibilita a percepção do nível de interesse e aprendizado dos conteúdos abordados;

- **A produção textual** individual e coletiva objetiva a percepção do nível de aprendizado tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo.

- **Resolução em grupo aos problemas propostos e produção textual:** não define o nível de assimilação, porém possibilita visibilizar a capacidade de interação coletiva e os devidos cuidados com as informações assim com demonstra a capacidade de sistematização.

CHS

- **Cultura e identidade:** Historia local, origem da família, características socioculturais da família.
- A memória e a historia da fundação do PA
- A luta pela terra na história e na conquista do PA
- A importância da coletividade na luta e conquista do território Não há conquistas individualmente

- Quais as perspectivas (como trabalho em grupo há possibilidades, porém as vantagens são várias, para o ser humano e para a natureza)

- Estudar, apreender sobre a origem das espécies

(matemática)

Em relação à cultura da comunidade referente ao cultivo de mandioca:

- Importância econômica, nutricional (tabela de taxa de % Kcal) e cultural da cultura da mandioca na alimentação e na geração de renda da familiar **(CH MATEMÁTICA, CAN, E LL)**

CAN. BILOGIA (CFB)

- Taxonomia, universal de LINEU, Etnotaxonomia, fisiologia vegetal a partir do contato direto com as mudas junto ao viveiro.

- O valor ambiental e nutricional de determinadas plantas visibilizadas no viveiro de mudas

- Translocação de água e nutrientes; condutores de seivas bruta e elaborada; Plantas vasculares (Xilema e Floema); transpiração.

- Variedades cultivadas pela família, tratos culturais fator determinante na relação de produtividade;

- Tipologia do solo, cuidado com o solo (aragem: benefícios, prejuízos ambientais, minhocas, irrigação, drenagem, microrganismos)

- Incentivo e organização de pesquisa: levantamento das espécies encontradas nos lotes espécies plantadas, técnicas adotadas, propriedades nutricionais, valor econômico

- O incentivo ao cultivo

- Ecologia: Conteúdos relacionados à corte e queima, fato comum em relação ao Manejo do solo na comunidade e região, -Trabalhar os impactos do manejo de solo

- A importância do pousio, tendo como ferramenta os conhecimentos da Ciências Naturais.

- Quais as alternativas técnicas: a agroecologia, a roça sem queima.

- Quais as vantagens e implicações,

- Adubação, rotação de culturas, ciclagem de nutrientes (relação carbono/nitrogênio a partir da compostagem)

-Fatores bióticos e abióticos dos ecossistemas

- Época para plantio (ecologia)

- Adubação verde, compostagem (somente introdução) : o que é, como fazer, quais as vantagens;

- Ecossistema, agroecossistema, Ecologia, Agroecologia, biodiversidade, sustentabilidade
Ascensão capilar, xilema, floema, clima

- Propriedades da tuberosa (quantos e quais elementos químicos na tabela periódica, número de átomos, número atômico,) teor de ácido cianídrico

MATEMÁTICA

- Quantidade de manivas necessária/ hectare

- Produção esperada da mandioca

- Medidas agrárias, Quais os conhecimentos etnomatemáticos; cálculos de área através de medidas

agrárias, dimensões de área manejada e quantidade produzida, relação produção e produtividade em proporção de área cultivada; a importância para a família dos saberes matemáticos, das medidas agrária (relação produção/produtividade

LETRAS E LÍNGUAS

- Etimologia das palavras (origem da palavra, variedade linguística)
- Propor historia da comunidade em cordel, da região, a cultura regional do carimbó
- Propor leitura e interpretação de texto a partir das lendas da mandioca mitos, cordel
- Estrutura dos versos

REFERÊNCIAS

- , ÀGUA E SEU CICLO NO SISTEMA SOLO-PLANTA- ATMOSFERA,
- MIRANDA.Coletivo de produção, MST, Santa Catarina, 2016.
 - BRASIL, Parâmetros Curriculares Nacional- PCN. MEC, 2002
 - SANTOS, Edivaldo. Agricultura familiar (et,al),Teresina: Meio Norte, Sistema de produção:1º Agricultura familiar sistema de produção. Desenvolvimento sustentável. EBRAPA Meio norte, III série.

Apêndice 02: proposição didática para o ensino interdisciplinar no Ensino Médio

| | | | |
|------------|---|---|--|
| CH | - História da agricultura - Origem das espécies | -A importância e a necessidade de se ampliar o leque de cooperação, fator determinante a se constituir viabilidade socioeconômica e ambiental no agroecossistema. | |
| LL | -Etimologia das palavras que identificam as espécies | -Variedades linguísticas | |
| CAN | - Matéria orgânica; - Manejo do Solo, - Conteúdos relacionados à corte e queima, fato comum em relação ao manejo. - Quais os impactos, prejuízos ambientais; - Quais as alternativas: técnicas, a agroecologia, a roça sem queima; - Quais as vantagens e implicações; - microorganismos: os distintos tipos de Vírus, fungos, bactérias, parasitas, companheiros | -Trabalhar os impactos positivos e negativos do solo baseado no método de corte e queima da vegetação: - Plantas companheiras, espécies com propriedades repelentes; -Adubação verde; -Rotação de culturas | -Ecossistema, -Ecologia, - Agroecologia, -Sustentabilidade, - Biodiversidade; -Agrobiodiversidade; -Matéria orgânica; -Biomassa. -Fatores bióticos e abióticos; - Biota |
| QUIMICA | - Fotossíntese; - ciclagem de nutrientes - Cobertura orgânica (relação Carbono Nitrogênio) - CHON - Compostagem; - Biodigestor para fertilização natural; - Elementos químicos presentes nas propriedades dos vegetais (vitaminas, lipídeos , amido....) | -Ascensão capilar -Tabela periódica; - Evolução da tabela periódica; - Nutrição vegetal; -Ascensão capilar; -Ph do solo;; - Osmose; -Troca catiônicas; - As relações químicas da simbiose a partir da adubação verde; | - Grupos e períodos; - Classificação dos elementos da tabela periódica.; - Ligações químicas; - Ligação iônica; - ligação covalente normal e coordenada; - Camada de valência; - trocas catiônicas -propriedade química dos gases |
| FÍSICA | -Estados cíclicos da água; - O ar; - -Gases | -Fatores climáticos; -Estado físico da matéria | -Relação de energia; - Conceito de matéria; - Conceito de biomassa, |
| MATEMÁTICA | -Proorcionalidade; -Regra de três; - Porcentagem | - Orientação à percepção acerca da (in)viabilidade socioeconômica e ambiental para determinados manejos nos agroecossistemas | Área Área |

Fonte: Recorte de trabalho acadêmico do V TA, reformulado para este trabalho. 2018

Apêndice -03 Imagens de Pesquisas socioeducacional
Narradores de História oral



Fonte: dados de pesquisa de campo, 2014

Atividades pedagógicas escolar e não escolar vivenciadas no assentamento Luís Carlos Prestes
Socialização de Pesquisa Socioeducacional - II



Fonte: Dados de pesquisa socioeducacional. 2014, 2015.



Fonte: Dados de pesquisa socioeducacional. 2015.

Atividades pedagógicas em Estágio-docência no Ensino fundamental



Fonte: dados de pesquisa socioeducacional. 2017

Atividades pedagógicas em Estágio observação no Ensino Médio.



Fonte: dados de pesquisa socioeducacional. 2018.

Atividade pedagógica com educandos do ensino Médio. Eixo temático: Juventude e trabalho e o ensino em CAN



Fonte: Dados de pesquisa socioeducacional, 2018.

Juventude do Ensino Médio e o trabalho com a família no assentamento Luís Carlos Prestes



Fonte: Dados de pesquisa de campo, 2018

Imagem 01: Plano de aulas para as atividades pedagógicas no Ensino Médio

Imagem 02: Questionário de Pesquisa de campo com educandos do Ensino Médio

PLANEJAMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM EM CIÊNCIAS
Período: Da primeira ABRIL à última semana de MAIO de 2018

II. Dados de Identificação:
Faculdade: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO NICOLAU NERES DA SILVA
Professora: ISABELA RIBEIRO
Professor estagiário: EZEQUIAS NAZARENO DE LIMA
Disciplina: CIÊNCIAS DA NATUREZA
Série: 1º ano do ENSINO MÉDIO
Turmas: N2NR04 e N2NR01
Período: Noturno

III. Tema: CONHECIMENTO CIENTÍFICO, CONHECIMENTO POPULAR, SAÚDE, PLANTAS MEDICINAIS

IV. Objetivos gerais:

- Compreender a importância da classificação dos seres vivos para a identificação das espécies para atuação responsável sobre o meio ambiente;
- Compreender a saúde pessoal, social e ambiental como bens individuais e coletivos que devem ser promovidos e socializados;
- Saber combinar leituras, observações, experimentações, registros para coleta, comparação, entre explicações, organização, comunicação, discussão e informações acerca de saúde;
- Valorizar o trabalho em grupo, sendo capaz de ação crítica e cooperativa para a construção coletiva do conhecimento;
- Demonstrar domínio técnico através de atividades pedagógicas (comunicação) para embasamento visando atuação na comunidade.

Objetivos específicos:

- Proporcionar aprendizagem conceitual aos alunos sobre saúde, doença, fitoterapia
- compreender o que foi discutido e apresentar seus conhecimentos sobre saúde através de sua participação na orientação em sua comunidade;
- Alunos capazes de compreender e valorizar os objetivos e a importância de práticas alternativas (receitas caseiras a partir dos conhecimentos sobre ervas medicinais, sobre fitoterapia);
- obter capacidade de formular conhecimentos e compor material didático informativo a ser socializado com as comunidades;
- socializar aprendizado relevante aos membros da sua comunidade;
- valorizar a vida em sua diversidade e a conservação dos ambientes.

Isabela R. Ribeiro 25.05.18

07/06/2018

Pré V. Estágio IV
Questionário de pesquisa II
Tema: Jurenhole e Trabalho
Aluno: Jurenhole da Costa Carneiro
Data: 17 maio Série 1º ano do ensino médio

R: 1) O saber popular não são utilizados na minha escola.

R: 2) Não, o que os alunos estudam na escola é sobre ciência natural, não tem nada a ver com a realidade do aluno.

R: 3) A escola não trabalha com isso.

R: 4) Não existe relação nenhuma.

R: 5) O trabalho na comunidade foi para o povo, também várias vezes em coletivos mas não vai pra frente.

R: 6) Primeiro a gente broca, com a fome depois de isso a gente faz o trabalho e depois depois encerra com o fazo depois vai a escola pra copiar e prestar.

R: 7) Como eu já falei mais a cima também vários trabalhos mas não vai pra frente.

Fonte: pesquisa socioeducacional VI e estágio Docência- IV, 2018